



CONCEPTOS
Y FENÓMENOS
FUNDAMENTALES
DE NUESTRO
TIEMPO

UNAM

UNIVERSIDAD NACIONAL AUTÓNOMA DE MÉXICO
INSTITUTO DE INVESTIGACIONES SOCIALES

A REINVENÇÃO DOS TERRITÓRIOS NA AMÉRICA
LATINA/ABYA YALA
CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

Mayo 2012

A REINVENÇÃO DOS TERRITÓRIOS NA AMÉRICA LATINA/ABYA YALA
Por Carlos Walter Porto-Gonçalves¹

1. Introdução	02
2. O lugar da na constituição do sistema-mundo moderno-colonial	03
3. Da invenção de Territórios: breve digressão teórico-política	11
3.1 - Brasil: un gigante instituído por un pacto político-territorial conservador...14	
3.2 - Colômbia: a difícil unidade territorial	15
4. A Reinvenção dos territórios: perspectivas hegemônicas	21
5. A Reinvenção dos territórios: perspectivas emancipatórias, territorialidades Emergentes	
5.1 De Camponeses, de Indígenas, de <i>Campesíndios</i> ou de <i>Indigenatos</i>	33
5.2 - Estado monocultural e tensões de territorialidades: novas questões epistêmico-políticas trazidas pelos movimentos emancipatórios	43
5.3 - a reapropriação da escala de poder nacional pelos movimentos Emancipatórios	49
5.4 - Novas Territorialidades Vindas do Urbano Subalterno	55
6. - De mobilidade e de Multiterritorialidades	56
7 – Bibliografia	59

¹ - Carlos Walter Porto-Gonçalves é Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense, membro do Grupo de Trabalho ‘Hegemonias e Emancipações’ da Clacso, Pesquisador do CNPq. Em 2004, recebeu o Prêmio Nacional de Ciência e Tecnologia – Prêmio Chico Mendes – do Ministério do Meio Ambiente do Brasil e, em 2008, foi laureado pela Casa de las Américas (Cuba) na categoria Ensaio de Literatura Brasileira por seu livro *A Globalização da Natureza a Natureza da Globalização*, Ed. Casa de las Américas, Havana, 2008.

1. Introdução

Ali pelos anos sessenta ecoou das ruas um brado: ‘abaixo as fronteiras’. A expressão libertária mostrar-se-ia, também, liberal. Ou melhor, neoliberal. Que não se critique os que estavam naquelas ‘*barricadas do desejo*’ em 1968 (Matos, 1981) propugnando pelo fim das fronteiras porque, depois, um gerente de empresa transnacional, o Sr. Jacques Maisonrouge, invocaria o mesmo brado. Afinal, Karl Marx e Frederic Engels também nos haviam antecipado que o capital não tem pátria, nos convocando imperativamente - ‘*proletários de todo o mundo, uni-vos*’ – e, assim, a pensar e agir para além dos territórios nacionais. A resposta burguesa ao internacionalismo proletário do Manifesto Comunista de 1848 foi o nacionalismo, uma territorialidade que, logo, logo, tornar-se-ia imperialismo².

À crescente importância dos partidos operários social democratas³ na segunda metade do século XIX se seguiu a expansão imperialista. O milionário inglês Cecil Rhodes, em 1895, assim se expressou no *Die Neue Zeit*:

‘Ontem estive no East-End londrino⁴ e assisti a uma assembléia dos sem-trabalho. Ao ouvir na referida reunião discursos exaltados cuja nota dominante era: Pão! Pão!, e ao refletir, de volta para casa, sobre o que ouvira, convenci-me, mais do que nunca, da importância do imperialismo ... Estou intimamente convencido de que minha idéia representa a solução do problema social: para salvar da guerra funesta os quarenta milhões de habitantes do Reino Unido, nós, os políticos coloniais, devemos dominar novos territórios para neles colocar o excesso de população, para encontrar novos mercados onde colocar os produtos de nossas fábricas e de nossas minas. O império, tenho-o sempre dito, é uma questão de estômago. Se não querem a guerra civil, devem converter-se em imperialistas’ (C. Rhodes apud Lenin, 1947: 102).

² - A rigor, o nacionalismo enquanto ideologia do Estado-Nação é uma forma de imperialismo. Que o digam os povos indígenas e os afrodescendentes na América Latina e no Caribe ou qualquer povo que foi submetido a um Estado Nação em qualquer lugar do mundo (os bascos, os catalães e os galegos na Espanha; os irlandeses na Grã Bretanha). Para melhor apurar o tema ver HOBBSBAWN, Eric *Nações Nacionalismo* e CASANOVA, Pablo Gonzalez em *Colonialismo interno: una redefinición*. In BORON, Atilio (Org.) *Marxismo Hoy*, Ed. Clacso, 2006: 409-434.

³ - O mais importante deles, o alemão, teve entre seus mais eminentes fundadores K. Marx e F. Engels.

⁴ - O *East End* à época era um bairro operário de Londres.

A história mostrou que não se tratava de retórica ou de bravata de um político, ainda que muitos dos que se acreditavam críticos do capitalismo afirmassem a missão civilizatória que o capital cumpria ao penetrar na Índia ou no México. Não são poucos os textos que, ainda hoje, acreditam nessa missão civilizatória, mesmo depois de tanta barbárie cometida em seu nome. O eurocentrismo parece comandar corações e mentes também entre pensadores críticos. Não era a primeira vez que diferentes escalas territoriais se conformavam desde a constituição do sistema-mundo moderno-colonial iniciada em 1492 (Wallerstein, 1998 e Quijano, 2000). Desde aquele momento novos horizontes geográficos se mundializavam conformando novas territorialidades. O local, o nacional, o regional e o mundial foram sendo redefinidos no mesmo processo em que as relações sociais e de poder foram constituindo o mundo moderno-colonial que nos conforma hoje. Nesse artigo se pretende contribuir para a análise desse complexo processo de conformação dessas diferentes escalas territoriais que caracterizam a ordem mundial que aí está, em crise, a partir de um lugar específico, qual seja, dos movimentos sociais da América Latina e o Caribe que protagonizam novas geo-grafias⁵ numa perspectiva emancipatória.

2. O lugar da América/Abya Yala na constituição do sistema-mundo moderno-colonial
O Estado Territorial, forma geográfico-política por excelência no mundo moderno-colonial, teve sua origem nos séculos XIII e XIV na península ibérica com a expulsão dos mouros. São as monarquias territorialmente centralizadas de Portugal e Espanha que, financiadas com capital genovês, buscarão novos caminhos para o lucrativo comércio no Oriente superando a derrota imposta pelos turcos em 1453, em Constantinopla.

O encontro com o continente que viria se chamar América muda o destino do mundo. Esse encontro é, de fato, o fenômeno capital da constituição do mundo moderno que assim, desde o início, é colonial. A partir dali, e só a partir dali, a Europa passará a se tornar o centro do mundo e, para essa centralidade, a América/Abya Yala foi decisiva. A Europa, até então feudalizada em toda parte menos na península ibérica, vai, com a conquista colonial do novo continente, reunir uma riqueza sem precedentes por meio do saque, da servidão indígena e da escravidão negra.

⁵ Ver PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter em *Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades*. In CECEÑA, Ana Ester e SADER, Emir (Coord.) *La Guerra Infinita*, Ed. Clacso, Buenos

Observemos, pelo significado atualíssimo dessa história que continua habitando nossos corpos e nossos *habitats* que, enquanto a África e a Ásia são outros para a Europa, a América/Abya Yala é parte do seu novo mundo. Esse *novus*⁶ significa o primeiro e fundante silêncio sobre o que aqui havia até porque não se reconhece sequer seus nomes próprios⁷. O descobrimento do novo continente foi o encobrimento dos seus povos. Esse novo continente somente muito mais tarde vai passar a ser conhecido como América, haja vista que, para os espanhóis, não passava de Índias Ocidentais que, aliás, abarcava as terras e mares que iam desde as ilhas caribenhas até as Filipinas (terra de Felipe) passando pelo México. O nome América, diga-se de passagem, ficara restrito ao mapa feito, em 1507, por Martin Waldseemüller (1475-1522) quando ao atualizar o mapa Mundi de Ptolomeu observara que as referências de localização de Américo Vespúcio indicavam terras até então desconhecidas a oeste do oceano Atlântico. Em homenagem ao Américo, feminizou seu nome haja vista serem femininos todos os continentes conhecidos. A conquista da América/Abya Yala conforma o eurocentrismo. Aqui, na América/Abya Yala, teremos as primeiras cidades racionalmente planejadas, as *ciudades das letras* de Angel Rama. A racionalidade entre nós é, desde o início, razão dominante, razão colonial. O açúcar, principal mercadoria manufaturada nos séculos XVI e XVII, era produzido nos mais modernos engenhos até então construídos e, assim, as primeiras manufaturas não estavam na Europa, mas, sim, no Brasil, em Cuba, no Haiti⁸. A técnica das grandes monoculturas também tem por aqui grande expansão e enquanto técnica trás em si a dimensão colonial da

Aires, 2001.

⁶ Não olvidemos que essa verdadeira síndrome do novo deve ser entendida em perspectiva histórica onde a tradição estava sendo negada e a tradição estava no Oriente. Até então tomar o caminho certo era orientar-se, ir para o Oriente. O novo continente foi designado por algo que lhe era externo, Índias Ocidentais, embora tivesse nomes próprios, como vimos em Abya Yala (PORTO-GONÇALVES, 2008) e, assim, a Europa pode afirmar como seu o novo continente, fonte da riqueza que permitiu sua afirmação como centro do mundo. Já ali, na primeira moderno-colonialidade, o continente novo tinha um papel protagônico.

⁷ Ver PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter *Abya Yala* in SADER, Emir et al *Enciclopédia Latinoamericana* (ed. em espanhol), Ed. Boitempo, 2008, São Paulo.

⁸ - Há toda uma história contada a partir da Europa que fala da passagem do artesanato à manufatura e desta à maquinofatura, à grande indústria. Ela pode ser lida n'Ó Capital de Karl Marx sem nenhuma referência a essas primeiras tecnologias modernas que estavam aqui na América e não na Europa. A consideração dessa geografia talvez possa contribuir para a crítica do tecnocentrismo eurocêntrico tão cultivado também entre os críticos do capitalismo.

sua criação⁹: fazer grandes monoculturas só tem sentido se não se produz para si próprio, mas sim, como era bem o caso, para exportar. Somos modernos há 500 anos!

O discurso eurocêntrico da modernidade fez com que a diferença específica do novo continente, sua colonialidade, se diluísse. O discurso da modernidade não consegue ver a colonialidade que lhe é constitutiva e, assim, não vê as clivagens, a opressão e a tragédia que lhe são coetâneos. Deste modo, continua-se oferecendo modernidade para superar as mazelas da modernização num ciclo vicioso que, mais do que como farsa, se reproduz ampliadamente como capital por meio de injustiças, devastações e tragédias nesse sistema-mundo moderno-colonial que nos governa

Para os que vivem no novo continente o encontro das diferenças é, diferentemente dos discursos pós-modernos, tensão, resistências, tragédias e reinvenção permanente da vida em circunstâncias que exige de cada um de nós agir-pensar a modernidade por quem a sente enquanto expulsão das terras, por quem não pode falar sua própria língua em seu próprio território e, ao mesmo tempo, tem que falar a língua dominante com outro sentimento porque a modernidade chega com a mão santa da chibata ou com o glifosato da Monsanto. Não olvidemos que o agronegócio da soja de hoje é tão moderno-colonial como o foi, ontem, o do açúcar com seu engenhos.

A segunda modernidade pós-século XVIII e sua colonialidade específica desloca a hegemonia ainda mais para o Norte. Não mais a península ibérica, mas a Europa Norte Ocidental, sobretudo inglesa, francesa e holandesa. Não mais a missão religiosa católica dos Reis de Espanha ou de Portugal, mas a missão histórica emancipatória da ciência e da técnica¹⁰. Não mais o meridiano de Tordesilhas, mas o de Greenwich e, assim, tal como se marca o gado para que se saiba quem o dono, também se marca a Terra com linhas imaginárias bem reais para o destino dos povos e regiões. Os ingleses, franceses e holandeses disputaram a América/Abya Yala e se fizeram mais presentes no Canadá e nos

⁹ Por mais que uma ideologia tecnocêntrica atribua à técnica um dinamismo a partir do qual tudo gira, como se fora algo que caminha por si mesma e determina as demais esferas da vida social, nossa análise nos permite afirmar que a técnica é uma criação social e, como tal, é, sempre, parte das relações sociais e de poder. Para aprofundar esse tema ler BARTRA, Armando *El Hombre de Hierro: los límites sociales e ambientales del capital*, Ed. Era, México, 2008 e PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter *La Globalización da la naturaleza e la naturaleza de la globalización*, Ed. Casa de las Américas, La Habana, Cuba, 2008.

¹⁰ Não menosprezemos a dimensão religiosa embutida na ciência e na técnica. A Fé na Ciência, em sua contribuição fundamental para o progresso, é, como toda Fé, religião e não Ciência. Não é incomum ouvir-se dizer que Ciência e a Técnica operam milagres, ou que ouçamos alguém dizer do bom Físico ou do bom matemático que se trata do Papa da Física e do Papa da Matemática.

EUA, mas também nas Antilhas e no Caribe, com destaque para o Haiti, que foi a mais rica colônia da França. No Caribe e nas Antilhas, além do espanhol, se fala o inglês (Jamaica), o francês (Haiti) e o holandês (Aruba), que mais do que línguas oficiais são línguas dominantes, posto que foram impostas a outras línguas originais que são subalternizadas, quando não foram simplesmente dizimadas. Ainda no Caribe sul-americano ficaram as marcas da Holanda, no Suriname, e da França e da Inglaterra nas Guianas, após as frustradas tentativas dos ingleses, franceses e holandeses de tomar territórios a Portugal no Brasil (Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão, Amapá). O antigo colonialismo externo continua, ainda hoje, entre Paris e Caiena, e entre Londres e as Malvinas, para não falarmos da situação *sui generis* de Estado Livre Associado que os Estados Unidos da América revestiu sua dominação colonial em Porto Rico desde 1952.

Começava a Inglaterra a sua revolução (nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia) industrial e a França a sua revolução social e política de 1789, marcos da segunda modernidade, e a América introduzia, em 4 de julho de 1776, um componente novo no mapa e na política mundial com a primeira luta de libertação nacional vitoriosa nos Estados Unidos da América. A revolução daqueles colonos foi uma revolução contra o colonialismo do Estado inglês. Afinal, os colonos do *May Flower* haviam forjado suas vidas na Nova Inglaterra, em Nova Iorque, à revelia do Estado inglês e o relativo sucesso autônomo dessa colonização do Norte do que viria a ser os Estados Unidos da América estimulou a Coroa Britânica a cobrar taxas e impostos, o que ensejou que os colonos se rebelassem contra o Estado na primeira luta anti-colonial vitoriosa¹¹. A aliança entre o bloco histórico (Gramsci, 1974) do Norte, formado pelos colonos pequenos e médios industriais, agricultores e comerciantes, com o bloco histórico do sul, formado pelos latifundiários, escravocratas monocultores das *plantations*, conformaram as Treze Colônias que manteve no interior do novo território a mesma clivagem racista constitutiva do mundo moderno-colonial. Enfim, a colonialidade sobrevive ao fim do colonialismo.

Assim, o 4 de julho de 1776 nos EUA inaugura um território que é independente, sim, mas conformado a partir de uma independência só para os homens, para os brancos e para

¹¹ - Talvez tenhamos muito a aprender com essa revolução, até para compreender como de uma revolução contra o Estado nasce um Estado tão poderoso como o Império estadunidense atual.

os proprietários individuais. Se os EUA vão poder gozar, a partir de 1776, das prerrogativas de um Estado soberano, tal como desenhado pelo Tratado de Westfallia de 1648, é preciso ver que esse desenho da ordem política mundial que ainda hoje serve de base para as relações internacionais, havia sido feito pela pena das mentes de homens de um mundo no auge do colonialismo e, portanto, não pensado pela e nem para a América/Abya Yala, África e nem pela e Ásia (ver mais adiante o que pensa Hegel da América/Abya Yala e da África) e nem para os camponeses radicalizados que, na Inglaterra em 1648, exigiam igualdade (os *levellers*).

Considere-se, ainda, que quando se forjou o primeiro Estado Territorial independente fora da Europa, em 1776, na Europa o soberano ainda era o Rei e não o povo, ou seja, estado territorial sem povo, mas sim súditos. Atente-se, entretanto, que a emergência da soberania do povo na Revolução Americana era a de um povo em que os negros chegaram a ser considerados como 3/5 de um branco para fins eleitorais e os índios sequer constaram seja como o que quer que fosse (Porto-Gonçalves, 2001 e Negri & Hardt, 2000). Aqui, com a Revolução de Independência dos EUA, a América começa a ganhar corpo com a necessidade de afirmação da elite que comanda o processo de independência e afirma seu lugar geográfico de enunciação: *americans* é como os colonos estadunidenses se afirmam contra a Coroa inglesa e passam a inventar histórica e socialmente a América. As elites *criollas* do resto do continente falarão a partir daí cada vez mais de América para se afirmarem contra a Espanha e também contra a Monarquia. Somente em finais do século XVIII e inícios do XIX a América salta do mapa elaborado em 1507 por Martin Waldseemüller para o mundo da social e político como afirmação das elites *criollas*¹².

Que a liberdade nos marcos eurocêtricos não era extensiva aos que não fossem do gênero masculino, brancos e proprietários individuais foi uma realidade experimentada cruelmente pelos negros haitianos, em 1804. Ali, no Haiti, se inauguraria outra página que, todavia, permanece aberta na geografia política mundial, que tentava uma dupla emancipação que fosse além de emancipar-se da metrópole colonial, no caso da França de quem o Haiti havia sido a colônia mais rica, mas, também emancipar-se dos senhores, no caso dos latifundiários brancos com a libertação dos escravos. O temor do que vinha do Haiti, cujo ‘*mau exemplo*’, segundo as palavras de Tomas Jefferson (1743-1826), “*deveria*

¹² Ver PORTO-GONÇALVES (2008).

ficar confinado à ilha”, ainda hoje vale uma placa colocada na fronteira com a vizinha República Dominicana que alerta para ‘*o passo mal dado*’ do outro lado da fronteira. Ainda iluminado pelas luzes da razão de Paris, Napoleão não titubeou indicando que se restabelecesse o estatuto colonial no Haiti. A burguesia, revolucionária na França, não admitia que a liberdade fosse além do Trópico de Câncer e manteve a escravidão no Haiti. Toussaint Louverture (1743-1803), o líder haitiano morreu nas masmorras de Paris, tentando obter a liberdade dos escravos nos marcos de uma França que além de européia fosse também caribenha e, embora não conseguindo, ensinou que a única maneira para os haitianos serem livres seria fazendo a independência da França, o que viria a ocorrer em 1804.

Como nos ensina Hanna Arendt em *Sobre a Revolução* (Arendt, 1971), é na América/Abya Yala que se descobre que a miséria não é um estado natural e que o destino dos homens pode ser mudado por eles mesmos. A idéia de revolução como agência humana surge na América/Abya Yala, embora o modelo de revolução que ganhará o mundo seja o europeu, mais precisamente o da revolução francesa. Assim, é na América, mais especificamente nos EUA, que o povo se torna, pela primeira vez, soberano, mas é ainda uma soberania dos machos, dos brancos e só de proprietários. Há uma colonialidade atravessando essa descolonização que, assim, é parcial. O Haiti, ao contrário, é o primeiro país do mundo a declarar o fim da escravidão e sua situação atual talvez nos ensine muito acerca do significado desses princípios quando confinado aos marcos do eurocentrismo hegemônico nos dois lados do Atlântico Norte.

Considere-se, ainda, que quando a América (EUA e Haiti) colocava na agenda política do mundo a descolonização, ainda que parcial nos EUA, os ingleses e os franceses começam efetivamente a colonizar a Índia, a China e o norte da África. Atentemos para o que diz Hegel (1770-1831) sobre a América/Abya Yala e a África, ele que foi contemporâneo de todos esses acontecimentos e um dos mais importantes pensadores europeus, para que tenhamos uma idéia do espírito da época e de como se desenhava uma geografia imaginária, mas politicamente real, do mundo. Diz-nos Hegel sobre a América/Abya Yala:

‘O mundo se divide em Velho Mundo e Novo Mundo. O nome de Novo Mundo provém do fato de que a América (...) não tenha sido conhecida até

pouco tempo para os europeus. Mas não se acredite que esta distinção é puramente externa. Aqui a divisão é essencial. Este mundo é novo não só relativamente, mas também absolutamente; e o é com respeito a todos os seus caracteres próprios, físicos e políticos (...) o mar das ilhas, que se estende entre a América do Sul e a Ásia, revela certa imaturidade no que toca também a sua origem (...) Da América e seu grau de civilização, especialmente no México e no Peru, temos informação de seu desenvolvimento, mas como uma cultura inteiramente particular, que expira no momento em que o Espírito se lhe aproxima (...) A inferioridade destes indivíduos em todos os aspectos, é inteiramente evidente’.

Sobre a África Hegel nos diz que

‘(...) é, em geral uma terra fechada, e mantém este seu caráter fundamental (...) Entre os negros é, com efeito, característico o fato de que sua consciência não tenha chegado ainda à intuição de nenhuma objetividade, como por exemplo, Deus, a lei, na qual o homem está em relação com sua vontade e tem a intuição de sua essência (...) é um homem bruto’. (...) Este modo de ser dos africanos explica porque que seja tão extraordinariamente fácil fanatizá-los. O reino do Espírito é entre eles tão pobre e o Espírito tão intenso ... que uma representação que se lhes inculque basta para impulsioná-los a não respeitar nada, a destroçar tudo ... África ... não tem propriamente história. Por isso abandonamos a África para não mencioná-la jamais. Não é parte do mundo histórico; não apresenta um movimento nem um desenvolvimento histórico ... O que entendemos propriamente por África é algo isolado e sem história, sumida por completo no espírito natural, e que só pode mencionar-se aqui no umbral da história universal’ (Hegel apud Dussel, 1995: 15-17).

A julgar pela ação política que se seguiu à Revolução do Haiti, tanto por parte dos EUA, como vimos pelas palavras de Tomas Jefferson, como da ação dos franceses pelas palavras de Napoleão, a liberdade, fraternidade e igualdade não valiam fora do território francês, ou estadunidense. Duas Américas já ali medravam o que ensejaria que, mais tarde, José Martí (1853-1896) distinguisse uma outra América, a *Nuestra América*.

Já em 1803, um ano antes da Revolução haitiana, os EUA adquirem à França um extenso território, a Louisiana, iniciando uma nova fase do seu *Destino Manifesto* com o expansionismo territorial que chegará ao Pacífico contra os indígenas e contra o México, sobretudo. Essa aquisição do novo território à França reforça a luta anti-colonial contra a Inglaterra e alimenta uma idéia que se tornará cada vez mais forte entre os estadunidenses – *a América para os americanos* –, ideal que será compartilhado com outras elites crioulas da América/Abya Yala, como Simon Bolívar (1783-1830) e San Martín (1778-1850). Napoleão (1769-1821), a partir da França, se deu conta do que estava se desenhando e cunhou a expressão América Latina, para designar o interesse francês e disputar a hegemonia diante das revoluções de independência que, depois do Haiti em 1804, se generalizam, ainda que a herança *criolla* teime em tomar 1810, com a Revolução de independência do México, o início dos processos de independência.

A Inglaterra que viria exercer a hegemonia geopolítica com a queda da hegemonia ibérica não a exercerá somente em função da poderosa marinha que lhe permitirá o controle dos mares e do mundo, mas principalmente porque já tivera o precedente de uma burguesia que conseguira derrotar, com a Revolução Gloriosa, em 1688, a grande revolução popular de 1648, quando os *levellers* reivindicavam, entre outras coisas, o voto universal, uma sociedade de pequenos proprietários e a defesa da igualdade de propriedade, enfim, postulavam igualdade política. John Locke (1632-1704) se encarregará de sistematizar enquanto filosofia liberal a derrota dos *levellers* que reivindicavam o direito dos camponeses à propriedade transformando os direitos desses homens comuns às condições naturais de vida em direito dos proprietários, no direito de propriedade como fundamento da sociedade civil. Com John Locke a propriedade está (con)sagrada acima dos homens e mulheres mortais. A filosofia lockeana será louvada nos Estados Unidos até porque legitimava a guerra justa contra os que se colocassem contra o direito natural que, para Locke, era a propriedade privada individual visando a acumulação e, consagrava direitos de escravizar e tomar as terras, e tudo que ela comporta, dos que, para ele, se colocavam contra esse direito (entenda-se, os negros e os povos originários) (Hinkelammert, 2006). Assim, os Estados Unidos da América conseguiu que os pequenos e médios proprietários do Norte convivessem, harmônica e lockeanamente, com os latifundiários escravocratas do

sul e com a expropriação generalizada dos Sioux, Peles Vermelhas e tantos outros povos, que ainda seriam satanizados em pleno século XX pela cinematografia de Hollywood.

Pouco a pouco se verá que essas elites brancas/criollas que se miram no progresso europeu não falam a mesma coisa. O argentino Juan Bautista Alberdi (1810-1884) afirmaria orgulhosamente que “poderíamos definir a América civilizada dizendo que é a Europa estabelecida na América. Nós, os que nos chamamos americanos, não somos outra coisa que europeus nascidos na América” (Alberdi apud Zea, 1976: 102 e segs.). Embora Simon Bolívar tenha recebido armas de Toussaint de Loverture em seu breve exílio no Haiti, que também o aconselhou a que libertasse os escravos, a escravidão permaneceu nos estados independentes que nasceram sob seu comando.

Nos albores da segunda moderno-colonialidade, o novo continente renomeia-se enquanto tal no mesmo movimento que constitui múltiplos territórios com nomes próprios, como mais tarde Simon Bolívar distinguiria a Pátria Grande, a América, das *pátrias chicas*, os diversos estados territoriais que nasciam. O novo continente muito contribuiria para a *débâcle* do *ancien regime* e suas monarquias conservadoras ao debilitar os antigos impérios ibéricos com suas lutas emancipatórias, ainda que a medias, como vimos.

Com a única exceção do Brasil, as monarquias seriam rejeitadas do lado de cá do Atlântico em nome da República e até mesmo um país, o Haiti, instituiu a liberdade para todos os cidadãos abolindo a escravidão. A Revolução Francesa de 1789 viria redimir em nome do cidadão, ainda que somente em parte, a defesa exacerbada da propriedade privada por parte de John Locke, na verdade a defesa da propriedade desconectada do trabalho e da necessidade em função de uma propriedade em função da acumulação, ainda que mantendo o direito à propriedade individual como um direito primordial (Hinkelammert, 2006). A forte presença dos *sans culottes* e a reforma agrária indicam o caráter popular subjacente a essa Revolução, mas seu caráter burguês impediria que a liberdade dos escravos chegasse ao território francês de ultramar, o Haiti, o que nos dá conta da sobrevida da colonialidade na segunda moderno-colonialidade que está se iniciando. Essa história de longa duração no habita aqui e agora, atuando. Enfim, é atual.

O quadro geopolítico mundial se complexificou quando as elites *criollas* iniciaram os processos de independência que mudaram o mapa político do mundo trazendo, pela primeira vez, estados territoriais não imperiais e que se verão, exatamente por isso, alvo de

disputa de hegemonia como se vê com as ações expansionistas estadunidenses que, em nome de uma América para os americanos buscava exercer a hegemonia sobre a América que se tornava independente e, já Napoleão inventava uma América Latina que se contrapusesse com uma só tacada contra as ações inglesas no Caribe, na América Central e no Canadá, mas também contra a América Anglo-saxônica do império estadunidense nascente.

Observemos, todavia, que o espírito imperial também está presente nos novos estados, como se vê claramente nos Estados Unidos, mas também que essa dimensão imperial se forja enquanto colonialismo interno, como mais tarde, Pablo Gonzalez Casanova viria destacar e os povos originários e os cimarrones e quilombolas viriam abertamente colocar em pauta em suas lutas por afirmação territorial demonstrando que no interior de um mesmo estado territorial existem múltiplas territorialidades. Negá-las tem sido uma das mais profundas características do colonialismo interno, herança imperial eurocêntrica¹³.

Observados desde um olhar subalterno a partir da América Latina e do Caribe, a nova configuração geopolítica da segunda modernidade se conforma sobre os pilares da primeira. Afinal, com o deslocamento da hegemonia política da península ibérica para a Europa Norte Ocidental, a língua dominante imposta na América ao sul do rio Grande pelas elites criollas, o castelhano e o português, sendo línguas dos impérios decadentes da primeira moderno-colonialidade serão, portanto, línguas subalternas na nova geografia política que, sabemos, fala inglês, sobretudo. O Destino Manifesto dos estadunidenses se ampliará em 1847-8 com a anexação das terras do Colorado, do Novo México, do Texas, de Utah e do Arizona que, em seus próprios nomes, trazem as marcas da territorialidade indígena.

Com a constituição territorial dos Estados Unidos da América como um estado que vai do Atlântico ao Pacífico, o controle da América Central se torna uma verdadeira obsessão geopolítica para o Império. Afinal, como fazer para que sua marinha de guerra se desloque do Atlântico para o Pacífico em caso de uma guerra? A abertura de um canal era, para os Estados Unidos, algo mais que o controle de uma via importantíssima para um comércio internacional que não pára de crescer ao longo do século XIX. Para os Estados Unidos da América a criação de um possível canal sob seu controle é, também e, sobretudo uma

questão de segurança nacional. A balcanização da América Central e o significado da expressão *La Embajada* indicam o tormento político que se abaterá sobre a região e seus povos pela aliança sempre frágil entre os *terratenientes* locais e o imperialismo estadunidense por manter sob controle a grande massa camponesa e indígena e, mais tarde, dos desruralizados e suburbanizados que cada vez mais se reterritorializam em condições precárias nas periferias das cidades.

O século XIX revelará, portanto, que a ‘*América para os americanos*’ de Simon Bolívar e San Martín não era a mesma ‘*América para os americanos*’ da Doutrina Monroe dos EUA (1823). Quando os navios ingleses no final do século XIX cercam Caracas exigindo o pagamento de uma dívida, os EUA apoiam não a Venezuela, mas sim a Inglaterra¹⁴. Se, para Bolívar, o Panamá podia ser uma passagem de integração das Américas, para os EUA o controle de um possível canal era estratégico para realizar seu *Destino Manifesto*. O Panamá, em 1903, seria tomado à Colômbia, assim como o Novo México, o Texas, o Utah e o Arizona foram tomados aos povos indígenas do atual México.

A clivagem entre as duas Américas se afirma tanto no Norte como no Sul da continente. Há os indígenas, os camponeses, os afrodescendentes, o indigenato (Darci Ribeiro, 1986), os brancos pobres que têm em Toussaint de L’Overture, em José Martí, em Tupac Amaru (?-1572), em Zumbi dos Palmares (?-1695), em Sepé Tiaraju (guarani) (?-1756), em Tupac Katari (Bolívia) (1750-1781), em Emiliano Zapata (1879-1919) e em tantas e tantos outros e outras que assinalam a necessidade de uma dupla emancipação que se coloca no horizonte desses povos ainda hoje.

Desde 1492 que, aqui, nesse espaço que viria se chamar América Latina e Caribe, convivem diferentes temporalidades por meio de relações fundadas na opressão, no preconceito e na exploração. O hibridismo é pouco para caracterizar o que aqui se passou e se passa. O segundo momento de nossa formação social, que nos legou os Estados Territoriais independentes, preservou a colonialidade do primeiro. O gamonalismo, o coronelismo, o caudilhismo, o patrimonialismo, o clientelismo, o fisiologismo e, já com a

¹³ Esse caráter imperial eurocêntrico remonta ao Império Romano e chamar de Renascimento o período europeu contemporâneo da invasão/conquista da América é um dos indicadores dessa atualização imperial, ou seja, uma história de longuíssima duração que atua, e, assim, atual.

¹⁴ - O mesmo faria na Guerra das Malvinas, preterindo os argentinos em favor, mais uma vez, dos ingleses.

urbanização, o populismo, conformaram relações em que a *lógica do favor*¹⁵ predominou, ao contrário de uma *lógica de direitos*, sobretudo com relação aos direitos coletivos e sociais, cujas lutas foram consideradas “casos de polícia” e não de política. O salvadorenho Farabundo Martí (1853-1932) e o nicaragüense Augusto Cesar Sandino (1895-1934) pagaram com suas próprias vidas a tentativa de, junto com os camponeses, romper o bloco histórico oligárquico e sua aliança com o imperialismo ianque buscando realizar a dupla emancipação já aludida.

A exacerbação do nacionalismo nos anos 1950 e 1960 na Ásia e na África, nos daria, na América, Domingo Perón (1895-1974) na Argentina, Getúlio Vargas (1882-1954) no Brasil, Jacobo Arbenz (1913-1971) na Guatemala, a Revolução boliviana de 1952 e a cubana em 1959, essa uma nova ‘revolução impossível’, tal como se dissera da Revolução haitiana de 1804. A partir daí o espectro de um novo haitianismo, o comunismo, passa a tirar o sono das oligarquias.

São enormes as contradições vividas nos estados coloniais latino-americanos e caribenhos, posto que os princípios liberais se mantêm somente para fora das suas fronteiras – o exclusivo colonial sendo substituído pela moeda exclusiva, seja a libra esterlina ou mais tarde o dólar – e, dentro, a propriedade privada, sobretudo da terra, permanece extremamente concentrada. Ao sul do Rio Bravo na fronteira mexicano-estadunidense o liberalismo se mostrará como farsa até porque os liberais por aqui invocam não a propriedade dos que trabalham a terra, como o *Homestead Act* consagrara nos Estados Unidos¹⁶, mas a grande propriedade latifundiária. O liberalismo entre nós é conservador, quando não abertamente reacionário.

Os anos 1960, e já sob os efeitos da Revolução Cubana, verão oscilar ora para a direita, ora para a esquerda o pêndulo de nosso quadro político movido, no fundo, por essas lutas sociais indicadas acima. Daí surgirão diferentes movimentos guerrilheiros, desde Che

¹⁵ - Talvez pudesse se dizer que, mais do que a busca da institucionalização do conflito por meio da norma escrita (o direito), teríamos a cordialidade, tal como formulada por Sérgio Buarque de Holanda. Segundo Holanda, essa cordialidade deriva do latim *cordis*, coração, e, assim, está marcada pelos impulsos, para o bem e para o mal. A cordialidade não é, necessariamente, afetividade ou afabilidade.

¹⁶ Sobretudo no Norte e no Meio Oeste do país, posto que no Sul o latifúndio monocultor e escravocrata deixou heranças típicas da colonialidade, como se pode comprova recentemente, e de modo trágico, em Louisiana e Nova Orleans, em 2005 com o furacão Katrina.

Guevara (1928-1967) às FARC¹⁷, passando por governos nacionalistas com fortes colorações de esquerda (nacionalização dos recursos naturais, reforma agrária), culminando com o verdadeiro teste da democracia liberal entre nós, em 1971, com a eleição, no Chile, do democrata socialista Salvador Allende. As ditaduras militares de direita, em grande parte apoiadas pelos EUA, que já vinham se ensaiando contra o novo haitianismo cubano pelo menos desde 1964, com a ditadura civil-militar que se instala no Brasil, iniciará, em 1973 no Chile, sob tortura e cadáveres a primeira experiência neoliberal de que se tem notícia com a ditadura de Augusto Pinochet. É sintomático que a primeira experiência neoliberal se faça com tanta violência contra uma experiência democrática e socialista.

Mais uma vez, é na América Latina que se conforma uma nova ordem geopolítica mundial que, depois, sob Reagan e Thatcher, conformará a ordem neoliberal que, com o supranacionalismo constitucionalista¹⁸ (Estrada, 2005) des-loca grande parte do poder dos estados territoriais. Na América Latina e no Caribe esta reestruturação do Estado significou novas relações com/contra as classes dominantes tradicionais configurando um novo quadro político. Nele, as relações tradicionais de dominação historicamente tecidas pela elite crioula com/contra os povos originários, os indigenatos, os camponeses, os afrodescendentes e os assalariados públicos e privados – o gamonalismo, o coronelismo, o caudilhismo, o patrimonialismo, o clientelismo, o fisiologismo, o populismo, enfim, toda a *lógica do favor* - começam a ser diluídas. Como a preocupação com a inserção na economia global é maior que a preocupação com a integração social interna como, de certa forma, se colocava nos anos 60 e 70 sob a forte presença dos movimentos populares, começam a emergir, já nos finais dos anos 1980, velhos protagonistas que, até aqui, estiveram invisibilizados e submetidos àquelas relações sociais e de poder tradicionais.

¹⁷ - Observemos os muitos grupos e movimentos que se denominavam de libertação nacional: Exército Libertação Nacional, com destaque para a Guatemala e Colômbia; a ALN - Aliança Libertadora Nacional, no Brasil; a Frente Sandinista de Libertação Nacional, na Nicarágua; o Exército Zapatista de Libertação Nacional que, sob nova forma, se faz zapatismo. Registremos, ainda, a Frente Popular de Libertação, de Camilo Torres, o M-19 e a atual FARC^s – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia; os Montoneros e o ERP – Exército Revolucionário Popular - argentinos; os Tupamaros (Uruguai), o Sendero Luminoso (Peru), o Movimiento de Izquierda Revolucionária - o MIR – chileno, entre vários.

¹⁸ Por supranacionalismo constitucionalista entendemos o conjunto de reformas constitucionais que serão impostas à América Latina e Caribe por instituições só formalmente multilaterais como o FMI e o Banco Mundial que são iguais em todos os países independentemente de suas especificidades, sobretudo a partir da trágica experiência chilena.

Aníbal Quijano caracterizou as independências dos países da América dizendo que entre nós o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade. E Quijano (Quijano, 2000) nos remete a Mariátegui (Mariátegui, 1996) que, nos anos 20 do século passado, já nos chamara a atenção para o significado da luta indígena para os movimentos emancipatórios na América. Mas, além desses intelectuais e daqueles protagonistas das lutas em prol da dupla emancipação, é preciso que remetamos à sua expressão atual no zapatismo, no MST, no indigenato, nos afrodescendentes, nos indígenas, nos piqueteiros, nos *rappers* que re-escrevem, hoje, a história da moderno-colonialidade e da racialidade a partir de um lugar subalterno. É aqui que novas territorialidades com valores emancipatórios podem ser encontrados.

Não olvidemos que, ainda recentemente, em 2003, foi numa ilha dos Açores portugueses que os primeiros mandatários dos EUA, da Inglaterra, da Espanha e de Portugal se reuniram para decidirem os detalhes finais da invasão do Iraque, depois de muitas tentativas do governo estadunidense, inclusive com informações duvidosas, para convencer a ONU a apoiar a invasão e mesmo depois da mais ampla manifestação anti-guerra jamais vista no mundo, quando mais de 60 milhões de pessoas foram às ruas na Europa, na Ásia, na América Latina e mesmo em Nova Iorque. Os geógrafos que, como eu, temos essa estranha mania de acreditar que os lugares não são alheios aos feitos que o fazem enquanto lugares, vemos na escolha dos Açores o profundo significado dessa história de longa duração que nos habita ainda hoje. Afinal, estavam reunidos ali nos Açores os próceres da primeira modernidade, Portugal e Espanha, além de Inglaterra e EUA, pela segunda modernidade. As ilhas dos Açores são parte do arquipélago que o Papa tomou como referência para dividir o mundo com o Tratado de Tordesilhas, em 1493, consagrando com sua autoridade religiosa a conquista da América e a divisão do mundo. Deus abençoou a conquista da América. A principal potência hegemônica de hoje, os EUA, acompanhado pela Inglaterra, potência hegemônica dos oitocentos e por Portugal e Espanha, potências hegemônicas da primeira modernidade, estavam ali fazendo atuar a geopolítica inscrita no sistema-mundo moderno-colonial desde 1492. Assim, os Açores se ligando a Bagdá e a Kabul nos mostram como Constantinopla continua atuando na conformação geopolítica do mundo moderno-colonial. Há, hoje, uma América que, com toda a sua pujança, se afirma como centro de um

pólo hegemônico que, cada vez mais, se quer Atlântico Norte¹⁹. Há, todavia, uma outra América, a *Nuestra América*, que se liga a todas e todos que se vêem na perspectiva subalterna desse sistema-mundo moderno-colonial. Eis o pano de fundo que subjaz às tensões de territorialidades que nos conformam hoje.

3. Da invenção de Territórios: breve digressão teórico-política

Há uma batalha de descolonização do pensamento que a recuperação do conceito de território talvez possa contribuir. “*Abaixo as fronteiras*”, “*o capital não tem pátria*”, imperialismo (ou império?), “protecionismo/nacionalismo”, “*socialismo num só país*”, internacionalismo proletário, “*proletários de todo o mundo, uni-vos*”, crise do Estado, “não queremos terra, queremos território” são expressões que nos indicam a importância do território e das novas territorialidades. Entretanto, a recusa a pensar o território para além da visão eurocêntrica, profundamente impregnada pelo Direito Romano²⁰ e sua legitimação do direito de propriedade (melhor seria dizer dos proprietários) tem sido persistente. Tal visão, com seu princípio de soberania mutuamente excludente, foi consagrada no Tratado de Westfália (1648), onde as reflexões acerca do território ficaram restritas ao direito positivo e ao positivismo e, assim, sem negatividade histórica. Até mesmo Hegel, considerava o território como uma base sob o qual se erige o Estado e, assim, como algo externo às formações sociais, naturalizando-o.

De tal forma a territorialidade inventada pelos portugueses e espanhóis enquanto Estado Territorial conseguiu impor-se ao mundo, sobretudo pós 1648 que, sequer, nos damos conta de que os territórios não são substâncias a-históricas e que são, sempre, inventados e, como tais, realizam concretamente os sujeitos históricos que os instituíram. Portanto, há que se considerar o território e seus sujeitos instituintes e, assim, é fundamental que desnaturalizemos esse conceito.

O Estado Territorial enquanto espaço sociopolítico que reúne sob um mesmo centro, a capital²¹, diversos lugares, conforma um “*container* de poder” (Anthony Giddens) por

¹⁹ Otan – Organização do Tratado do Atlântico Norte – por exemplo.

²⁰ - Ou pela leitura seletiva do Direito Romano por parte do Código Civil napoleônico, conforme Maria Mercedes Maldonado.

²¹ É importante esclarecer que a cidade capital incorpora a metáfora do corpo onde é a cabeça que tem o comando do território, numa tradição que sobrevaloriza a mente em relação ao corpo. Assim, cidade capital além de ser sede do poder é sedenta de poder.

meio de pactos político-territoriais entre ‘blocos históricos’ de regiões distintas (Gramsci, 1974). Já o vimos para o caso dos EUA com a aliança entre os blocos históricos do Norte e do Sul. Antonio Gramsci em *A Questão Meridional* nos fornece uma excelente chave analítica para compreendermos a conformação dos Estados Territoriais por meio de seus protagonistas. Assim, cada Estado Territorial comporta não só um espaço delimitado por fronteiras externas, mas, também, por relações sociais e de poder internas que se constituem por meio de pactos e alianças, os “blocos históricos” (e geográficos)²². Esses ‘blocos histórico-geográficos’ são conformados a partir de relações sociais e de poder assimétricas que refratam, tal como se fossem fractais, em outras escalas as relações sociais e de poder que os constituem (Ver também Porto-Gonçalves, 2001b). Num mesmo estado territorial, os diversos blocos histórico-geográficos conformam relações de poder assimétricas, até mesmo quando nomeiam/autonomeiam²³ como regionais os blocos histórico-geográficos subordinados²⁴.

Antes de entrar na análise das perspectivas territoriais contraditórias em curso na América Latina, ofereço ao leitor, ainda que a guisa de ilustração, uma brevíssima apreciação de duas formações territoriais latino-americanas, a do Brasil e a da Colômbia, que nos ajudarão a compreender o caráter instituinte da formação dos territórios.

²² Também Gramsci vê bloco histórico e olvida do caráter geográfico que, todavia, está tão no centro de sua análise que denomina os dois blocos históricos que vão conformar o estado territorial italiano como “Norte” e como “Sul”.

²³ O excelente livro, *A Invenção do Nordeste*, de Durval Muniz de Albuquerque Junior, nos mostra como a região Nordeste brasileira é uma invenção, nas circunstâncias históricas do início do século XX, das oligarquias do sertão semi-árido algodoeiro-pecuarista e da zona da Mata canavieira a partir do momento, final do século XIX e inícios do XX, em que ocorre o deslocamento do pólo geopolítico e econômico para o sudeste do país, com o avanço do café e o início da industrialização reconfigurando as relações de poder. Aquelas oligarquias tradicionais começam a invocar uma regionalidade que, até então, inexistia. Segundo o autor, em nenhum pronunciamento político de deputados e senadores ao longo de todo o século XIX foi invocada a palavra Nordeste. Que a existência do Nordeste seja uma invenção política datada prova-o a inexistência dos outros pontos colaterais nomeando outras regiões, como o Noroeste ou o Sudoeste do Brasil, posto que ninguém invocou politicamente essas regiões.

²⁴ Por exemplo, no Brasil existem nordestinos, nortistas e sulistas enquanto nomes que se atribuem aos que nascem nas regiões Nordeste, Norte e Sul do país e não se usa a expressão sudestino para designar os que nascem no Sudeste do país onde, hoje, concentra-se o poder econômico e simbólico do país, inclusive os principais centros de comunicação. Por ser o centro e, como tal, o Sudeste brasileiro não se vê como região. Região é como se fosse parte de um todo, por exemplo, de região frontal do cérebro. O regional, assim, nunca é o nacional e, sim, parte dele e só fala enquanto tal. Por isso, no Brasil não há sudestinos: o centro de poder não é parte e, sim, o próprio todo, inclusive o poder de nomear a parte enquanto tal. O mesmo pode ser visto no caso dos endereços de *email* onde cada país se vê obrigado a colocar sua sigla após o ponto final: *.br* para pó Brasil; *.ve* para a Venezuela; *.cu* para Cuba; *.fr* para a França e assim para cada um. Só os Estados Unidos da América não é obrigado a usar *.us*. Nesse caso, cada país é obrigado a se ver como parte (região) e, mais

3.1 - Brasil: un gigante instituído por un pacto político-territorial conservador

Um mapa do Brasil de oito de setembro de 1822, isto é, um mapa feito um dia depois da independência, revelaria que a atual região amazônica, cerca de 54% do território brasileiro, não ficara independente junto com o Brasil permanecendo ligada a Portugal. Somente um ano depois, em 1823, os luso-amazônidas de Belém, capital da então Província do Grão-Pará, se desligariam de Portugal e adeririam ao Brasil ensejando, com isso, a formação do maior estado territorial entre os latino-americanos e caribenhos. Uma das razões que levaram os luso-amazônidas a aderir ao Rio de Janeiro, então capital do Brasil, foi o fato de temerem o fim da escravidão que a Revolução Liberal do Porto (1820) ameaçava extinguir. Assim, a adesão da Amazônia ao Brasil se fez tendo em vista manter a escravidão. O aumento da exploração sobre as populações indígenas, negras e de brancos pobres na Amazônia que se seguiu a essa adesão ao Brasil, esteve entre as razões da maior rebelião popular da história do Brasil – a Revolução dos Cabanos (1835 a 1839) – e que foi debelada à custa de muitas vidas de cabanos²⁵. Registre-se que a escravidão e o latifúndio foram os dois pilares que sustentaram a aliança entre as diferentes oligarquias provinciais das diferentes regiões do Brasil, num pacto político-territorial que manteve a unidade do país. Enfim, no Brasil a unidade territorial foi conformada por meio do pacto das oligarquias em torno de um monarca e de uma burocracia esclarecida de gestores estatais com formação acadêmica em Coimbra, (Carvalho, 1996) e se fez contra os ‘de baixo’ ao manter o latifúndio e a escravidão. A Monarquia do Império saberá agenciar tropas militares no sul do país sempre que as oligarquias escravocratas e/ou latifundiárias de alguma província regional do Norte estivessem sob ameaça de alguma rebelião popular ou quando alguma província do sul estivesse sob as mesmas ameaças mobilizavam forças armadas do Norte, quando não mercenários europeus que pudessem ajudar a manter *manu militari* a unidade territorial. Assim como os revolucionários haitianos tiveram que pagar literalmente por cada escravo liberto, o Brasil também nascerá sob o tacape da dívida externa. No Brasil, o medo do haitianismo será o mesmo das demais elites crioulas da América, acrescido do medo da República. Como vimos a Monarquia não só preservou a

do que isso, é obrigado a se colocar como tal pelas regras estabelecidas pelo centro. Ver Porto-Gonçalves, 2006 in Lander, 2006.

unidade territorial do antigo Vice-reino do Brasil como ampliou o território unificando a antiga província que abarcava grande parte da atual Amazônia, mantendo os interesses primordiais das oligarquias provinciais (regionais) em torno da escravidão e do latifúndio.

O Brasil será, entre todos os novos países independentes da primeira metade do século XIX na América, o único que se reivindicará como um Império e se fará em torno de uma Monarquia. Foi um membro da família real portuguesa que proclamou a independência assumindo a dívida da antiga metrópole portuguesa com a Inglaterra. Uma mentalidade colonial ganhará corpo entre as oligarquias brasileiras entre outras razões pelo fato de o Brasil ter vivido a situação *sui generis* de ter visto a sede da metrópole colonial se trasladar para a colônia com a transmigração da família real para o Brasil, em 1808. Até mesmo invadiu-se a Caiena a partir do Pará de onde os luso-brasileiros expropriaram grande parte das espécies do Jardim Botânico da Guiana francesa. Se, de um modo geral, podemos afirmar que há muito de continuidade histórica colonial na descontinuidade do processos de independência da América Latina, no Brasil as continuidades são muito mais significativas do que as descontinuidades.

No restante da América Latina, ao contrário, a balcanização prevaleceu ensejando que diversos países novos se constituíssem, mantendo, entretanto, a mesma base na oligarquia latifundiária e na escravidão, com a exceção do Haiti.

3.2 - Colômbia: a difícil unidade territorial

Talvez a Colômbia expresse melhor do que qualquer outro país o significado do território até porque, ali, a tensão de territorialidades está posta de modo aberto enquanto guerra civil. A imbricação do local, regional, nacional com o internacional se dá, ali, de modo instável, até porque nenhuma das forças sociais e políticas em conflito conseguiram estabelecer qualquer forma de hegemonia ou, até mesmo, de alguma coerção minimamente aceitável, que pudesse conformar um território enquanto abrigo a não ser nas áreas restritas sob controle de cada qual que, todavia, permanecem em tensão. A geografia física coloca para os colombianos desafios políticos importantes na conformação de uma unidade territorial, haja vista seu caráter caribenho, pacífico e amazônico entrecortado pela cordilheira dos Andes e seus vales longitudinais. Somente um bloco histórico muito sólido

²⁵ - Cabano deriva de cabana que significa habitação pobre, o que dá bem a idéia de quem eram os cabanos.

que se coloque um projeto nacional seria capaz de forjar tal unidade territorial. Já em outros períodos os colombianos viram seu território amputado por ingerência clara do império estadunidense. Ali, as forças políticas colombianas se dividiram algumas apoiando enquanto outras negavam a abertura do canal do Panamá sob pressão de empresas e do estado norte-americanos. Ao mesmo tempo, as históricas lutas camponesas no país jamais deixaram de lutar pela democratização do acesso à terra e, assim, impediram que a hegemonia se fizesse em torno do latifúndio. Contra isso, as oligarquias liberais e conservadoras chegaram, até mesmo, a forjar um pacto entre si de rodízio no governo²⁶.

A história registra que a violência sempre esteve estruturando os estados territoriais nas mais diversas regiões do mundo, sem exceção²⁷. A Europa, por exemplo, registra guerras de todo tipo e é um sub-contidente²⁸ extremamente fragmentado territorialmente. O impasse na formação do estado territorial colombiano se coloca, hoje, como um desafio à formação de uma territorialidade fundada em valores democráticos com respeito à diferença e à igualdade. Há, hoje, recursos de novo tipo à disposição das populações subalternizadas que não estavam disponíveis quando da formação dos demais estados o que, todavia, não tem impedido violências e massacres, mas, com certeza, tem deslegitimado aqueles que as protagonizam²⁹.

Talvez o fenômeno que melhor demonstre a tensão de territorialidades na Colômbia seja o dos *desplazados*. Os *desplazados* constituem uma nova categoria, diferente de refugiado e de migrante, haja vista serem aquela(e)s que perderam o direito à *plaza* que, se pensado no

²⁶ Diante disso, não restou alternativa às forças políticas liberais mais à esquerda e à própria esquerda que organizar politicamente a resistência histórica do campesinato sob a forma de luta armada. As FARC's se forma a partir dessa aliança entre comunistas e liberais de esquerda. A legitimidade dessa resistência demonstra-o a própria permanência das FARC's e do ELN, ainda hoje, o que não se explica por razões militares unicamente, mas sim pelo apoio que, em algum sentido, esses grupos obtêm, mesmo que somente local ou regionalmente.

²⁷ A situação vivida no Iraque e no Afeganistão chega a ser didática ao demonstrar as dificuldades dos pactos territoriais e a conformação de qualquer unidade territorial. Ali, nenhum grupo ou classe social e/ou etnia consegue exercer a hegemonia nem, tampouco, a coerção que, quase sempre, antecede o exercício da persuasão (hegemonia, segundo Gramsci, é coerção + persuasão).

²⁸ Em nome do rigor científico me recuso a chamar a Europa de continente. Somente o eurocentrismo consegue esse milagre de transformar as várias penínsulas que emanam da Ásia – as penínsulas escandinava, ibérica, itálica e balcânica – em um continente. A Europa não passa de um subcontinente que se projeta desde a Ásia até o Atlântico.

²⁹ Mais uma vez os casos do Afeganistão e do Iraque podem nos ajudar, quando vemos os curdos e outras etnias territorializadas sofrerem violências difundidas mundialmente pelos meios de comunicação hegemônicos ou pela internet, o que não estava presente quando da formação de estados territoriais em outros períodos históricos. O exercício da violência implica outras negociações hoje.

mesmo sentido da *polis* grega, nos indica que, no fundo, o que está se passando com a militarização do conflito social é o fim da própria *polis*, enfim, da política. Assim, deslocado é des-politizado. É de sem-território que estamos falando, e não de sem-terra. Uma população completamente desterritorializada, entre 3 e 8 milhões de pessoas, de 8% a 20% da população total do país, segundo as diferentes fontes, vive refugiada em espaços provisórios na esperança de retornar aos lugares que involuntariamente se viram obrigados a abandonar em grande parte em função dos conflitos armados³⁰.

Ainda em outubro de 2004 pudemos assistir em Bogotá ao triste espetáculo de veículos militares do exército protegendo os carros das famílias que iriam passar o final de semana nos arredores da cidade, o que nos dá um pouco do significado dessa desterritorialização. Enfim, na Colômbia os territórios são mutuamente excludentes e fortemente marcados pelas lutas de classes, onde a questão agrária cumpre um papel central no contexto das particularidades da história política do país. Mais recentemente, vem crescendo no país o paramilitarismo, fenômeno em grande parte associado ao crescimento de uma narcoburguesia que, nos anos 80 e 90, sobretudo, vem disputando o poder com/contra a tradicional oligarquia *cafetera* e ao campesinato.

A dificuldade para o exercício da hegemonia por parte das oligarquias colombianas se tornou ainda mais explícito com o recurso à presença militar estadunidense através do Plano Colômbia. Tudo indica que o impasse ainda pode sobreviver muitos anos, a julgar pelo destino das forças políticas que abandonaram a luta armada, como o M-19 e o Exército Popular de Libertação, cujos militantes foram, na sua quase totalidade, simplesmente dizimados quando abandonaram a política clandestina e passaram à vida política legal. A presença militar estadunidense na Colômbia só torna mais complexa a questão na medida em que faz imbricar uma conflitividade em grande parte conformada internacionalmente, como a do narcotráfico, numa conflitividade histórica nacional, forjada na profunda desigualdade social e racial do país, onde a questão da reforma agrária tem centralidade, agora resignificada enquanto luta por territórios reivindicados pelos povos originários e afrodescendentes. É preciso levar em conta a multiterritorialidade implicada no debate da

³⁰ - Há, também, um número expressivo de deslocados por outras razões imediatas, como os terremotos, enchentes, deslizamentos de terras e outras catástrofes socio-naturais.

coca e da cocaína, com suas múltiplas dimensões histórico-culturais³¹, econômicas³², políticas³³ e, particularmente, geopolíticas³⁴. Afinal, a presença de uma narcoburguesia com fortes laços políticos internos na Colômbia não pode ser devidamente compreendida sem que se considerem os necessários laços externos que ela mantém, até porque é no mercado internacional que realiza seus grandes lucros.

Registre-se que apesar da onipresença do conflito armado no debate sobre a Colômbia, tem sido importante a presença de movimentos sociais na cena política sem a mediação dos protagonistas da luta armada³⁵ e, assim, horizontes se abrem para as populações que

³¹ - A coca, antes de ser matéria prima para alucinógenos, é objeto milenar de culto religioso muito embora, no caso da Colômbia, esse uso diga respeito somente aos indígenas do sul do país, na fronteira com o Equador, posto que nas demais regiões o plantio de coca só se expandiu após o combate ao narcotráfico empreendido pela DEA, a agência estadunidense, no Peru e na Bolívia, para não nos afastarmos mais no tempo, posto que esse deslocamento geográfico do narcotráfico para a América do Sul nos remete ao combate ao cultivo de *marijuana* no México ainda nos anos 1980. Registre-se que em nome do narcotráfico, as forças policiais e militares estadunidenses se fazem presentes em áreas de forte presença camponesa que durante décadas foi a base social de movimentos revolucionários. Acrescente-se, ainda, que no caso colombiano e peruano a presença dessas forças proporciona um cenário, em linguagem militar se diz teatro de operações, de aprendizado para combate na Amazônia que, como se sabe, é reserva estratégica de biodiversidade, de água e de conhecimento, no caso dos povos originários, afrodescendentes e de camponeses há muito territorializados na região.

³² - O mercado de cocaína está, basicamente, nas grandes cidades, sobretudo dos Estados Unidos, da Europa (cada vez mais na Rússia) e do Japão. Não esqueçamos, ainda, que o objetivo dos narcotraficantes não é se drogarem, mas, sim, ganhar dinheiro. Deste modo, todo o sistema bancário internacional está comprometido, em maior ou menor grau, com o narcotráfico, até pelo volume de dinheiro que circula nessa atividade. A existência de paraísos fiscais, o nome é sugestivo enquanto pérola neoliberal, é um verdadeiro convite às transações paralegais, expressão mais precisa que ilegais, posto que se dá por dentro do sistema legal. James Petras (Petras, 2001) vem apontando uma forte relação do dinheiro do narcotráfico com os grandes bancos internacionais.

³³ - Não podemos olvidar a tolerância da *intelligentzia* e dos estrategistas geopolíticos estadunidenses com a emergência e crescimento de uma narcoburguesia, sobretudo após os anos 70, inclusive pela colaboração no combate às forças políticas insurgentes. As ligações de militares e de líderes políticos com o narcotráfico (Noriega, no Panamá, e Montesinos, no Peru, entre tantos) serão desnudadas depois da queda do muro de Berlim, quando o combate ao comunismo perdeu a centralidade que tinha sob a guerra fria. Aliás, a geopolítica do narcotráfico e suas múltiplas territorialidades é um tema que deveria ser retomado com pesquisas empíricas mais detalhadas, apesar dos riscos nela implicados. Desde o final dos anos 60 e início dos 70 que o movimento negro estadunidense acusa a disseminação do uso de drogas nos guetos das periferias das grandes cidades como estratégia de combate à insurgência dos Panteras Negras. Spike Lee em seus filmes em vários momentos explicita essa relação. Nos anos 90 víamos uma série de políticos e militares que haviam combatido os movimentos insurgentes na América Latina e Caribe serem acusados de narcotraficantes.

³⁴ - Não olvidemos que essa nova configuração geopolítica se dá quando o Exército estadunidense se vê obrigado a se reposicionar depois da devolução, em finais dos anos 90, do Canal do Panamá, formalmente decidida ainda 1977 no governo de J. Carter e no de Omar Torrijos. É com Bill Clinton, em 2000, que se instrumentaliza, supranacionalmente, o histórico conflito nacional interno colombiano em nome do combate ao narcotráfico. Após 11 de setembro de 2001, e já sob George W. Bush, o caráter de combate à insurgência das FARC e do ELN torna-se explícito, agora sob a política de amplo espectro do combate ao terrorismo.

³⁵ Poderíamos acrescentar, ainda, as insistentes declarações do braço político tanto das FARC como do ELN, de que não há solução militar para o conflito colombiano. Ou essas declarações são levadas a sério e trazidas a debate público ou o conflito militar prossegue fazendo suas vítimas.

clamam por justiça social e participação política. Assinalo, entre tantas outras, as manifestações em Cauca, em finais dos anos 1990, que levaram o indígena Floro Tunubalá e seus “laboratórios de paz” ao governo do estado; o governo de “puertas abiertas” de Gloria Cuartas em Urabá; a articulação de vários prefeitos de regiões de conflito em busca de negociações de paz regionalizadas que o Governo de Álvaro Uribe Vélez inviabilizou; a derrota do governo de Álvaro Uribe Vélez na consulta nacional, em 2004, quando propunha uma série de medidas de caráter neoliberal; a vitória do Pólo Democrático em várias eleições importantes para municípios; as manifestações de povos originários e afrodescendentes de finais de 2008 e inícios de 2009. A sociedade colombiana vem, assim, dando demonstrações de que dispõe de forças políticas significativas para construir caminhos democráticos com protagonismo de movimentos sociais que lutam por justiça e contra o imperialismo que, no caso específico colombiano, tem contribuído para perpetuação da militarização dos conflitos e, como tal, para inviabilizar a política no sentido forte do termo.

Todavia, é importante assinalar que a presença histórica da insurgência, pela resistência até aqui demonstrada, a credencia como força política necessária ao diálogo de superação da crise. Toda a questão reside no fato fundamental posto a nu pela ciência política, qual seja, que a conformação de todo Estado Territorial Moderno-colonial se dá com o uso da força por alguma coalizão política e, na Colômbia, é essa questão que permanece em aberto.

Tudo indica que não haja solução militar para o conflito colombiano e, nesse sentido, a própria presença militar estadunidense pode estar nos indicando, contraditoriamente, um sinal para a superação do impasse na medida em que nos aponta a necessidade de maior envolvimento de outras forças políticas internacionais além das que já estão envolvidas no conflito³⁶. Afinal, além das razões humanitárias por si só suficientes para que esse envolvimento se dê, considere-se todo o significado geopolítico da Colômbia, país amazônico, caribenho, pacífico e andino, além de suas enormes riquezas minerais estratégicas, como carvão e petróleo, além da diversidade cultural, biológica e de água.

³⁶ A partir de 2008 tanto o governo da Venezuela como do Brasil vêm se envolvendo de modo mais ativo na mediação do conflito interno colombiano sempre em delicadas negociações com o governo colombiano que tem mantido uma posição pouco aberta às negociações com a guerrilha, sobretudo desde que Álvaro Uribe assumiu, em 2002.

Enfim, territorialidades em disputa, tanto no sentido hegemônico como no sentido emancipatório.

Sociedade e território são indissociáveis. Toda sociedade ao se constituir o faz constituindo o seu espaço, seu habitat, seu território. Ao contrário do pensamento disjuntivo que opera por dicotomias, como quer fazer crer o ainda hegemônico pensamento eurocêntrico moderno, não temos primeiro a sociedade (ou o espaço) e, depois, o espaço (ou a sociedade) – sociedade e espaço. Na verdade, sociedade é espaço, antes de tudo, porque é constituída por homens e mulheres de carne e osso que na sua materialidade corporal não podem prescindir da água, da terra, do ar e do fogo. O fato de que os homens e mulheres sejam seres que fazem História e Cultura, animais simbólicos que são, não os faz deixar de ser matéria viva. Toda apropriação material é, ao mesmo tempo, e não antes ou depois, simbólica. Afinal, não nos apropriamos de nada que não faça sentido, que não tenha *significado*. O conceito de território pensado para além dos dualismos nos obriga a abandonar um dos pilares do pensamento eurocêntrico que é a separação de sociedade e natureza³⁷.

O modo como cada ente natural é significado - a começar com suas *de*signações (afinal, dar nomes próprios é a primeira apropriação); o modo como cada objeto/cada lugar é situado, distribuído, percebido, sentido; o modo como cada gênero/grupo/camada/estamento/classe/etnia é disposto/dispoõe espacialmente por meio das relações sociais e de poder; o modo como se distribui e como qualificamos/desqualificamos os lugares/regiões e os diferentes sub-espacos, constitui as diferentes ‘ordens sociais’, seus territórios. Assim, o território *aparece* como uma paisagem para cada qual, como um abrigo onde nascemos como se fora um palco natural de nossas ações. Até mesmo os conflitos que sempre estiveram presentes na definição das fronteiras (*fronts*) são, freqüentemente, naturalizados. Diz-se, por exemplo, que o Rio Grande separa os EUA do México e, assim, naturaliza-se a guerra dos estadunidenses contra os mexicanos e que lhes usurpou amplos territórios.

³⁷ - A questão ambiental teria algum potencial para superar essa dicotomia. Digo teria porque a re-significação da natureza comporta visões de mundo (e suas práticas e instituições) distintas, como a idéia de natureza para os povos originários da América que é diferente da re-significação da natureza pela biologia molecular. Ver mais adiante.

Quando a paisagem-habitat-território que nos abriga, por alguma razão é posta em questão, como hoje, estamos diante de uma crise profunda posto que as relações sociais e de poder estão perdendo sua *naturalidade*. Indica-nos, assim, que está perdendo legitimidade, que sua hegemonia está em xeque, está em questão, está sendo questionada. Não sendo naturais essas crises, múltiplas possibilidades estão presentes, rigorosamente falando, *estão entre os entes*, tecidas nas próprias contradições das relações sociais e de poder em questão. Identificar esses possíveis é, portanto, uma tarefa teórico-política tão necessária como a gravidade do que está implicado, como nesse momento que vivemos, sobretudo, na América Latina e no Caribe.

Buscamos aqui, nesse artigo, compreender essa tensão de territorialidades presente hoje e que põe em crise a conformação geopolítica do mundo moderno-colonial no seu período atual, neoliberal, de uma globalização iniciada em 1492. Destacaremos, num primeiro momento, os principais vetores da crise atual da conformação geopolítica do mundo moderno-colonial, do ponto de vista do seu projeto global, hegemônico e, num segundo momento, a partir da experiência latino-americana e caribenha, destacaremos as perspectivas emancipatórias e os múltiplos caminhos por meio dos quais inúmeros protagonistas vêm se reinventando, r-existindo e apontando para novas conformações territoriais.

4. A Reinvenção dos territórios: perspectivas hegemônicas³⁸

Já se tornou lugar comum dizer-se que as grandes transformações que vêm ocorrendo nos últimos 30/40 anos, se devem à revolução tecnológica em curso – a informática, a microeletrônica, a química fina, a biologia molecular, os novos materiais, a nanotecnologia. Todavia, uma revolução tecnológica, qualquer que ela seja, não é obra da natureza mas, sim, instituída por sujeitos determinados em contextos histórico-geográficos específicos e, quase sempre, para resolver problemas bem mundanos. Assim, é preciso considerar que:

- 1- não existe sociedade sem técnica;
- 2- nem toda sociedade mantém a mesma relação com a técnica;

³⁸ Retomo aqui as reflexões do meu livro *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*, sobretudo nas suas partes I e II.

3- a técnica, sendo um *constructo* social, não pode ser compreendida fora das relações sociais e de poder que lhes empresta sentido. Portanto, as técnicas não são externas à sociedade que as cria;

4- o sentido das técnicas não é dado por elas mesmas;

5- O sistema técnico é parte das relações sociais e de poder que se realizam *praticamente* por meio dele.

Ignorar isso é partilhar das ilusões tecnocêntricas (e tecnocráticas) do mundo moderno-colonial e tomar a técnica como panacéia. A importância que é dada ao saber técnico pela racionalidade eurocêntrica, sobretudo a partir da segunda modernidade e sua colonialidade específica, nos impõe situar, ainda que minimamente, a emergência dessa nova revolução *nas-relações-de-poder-por-meio-da-tecnologia* que vem comandando a atual fase neoliberal da sistema-mundo moderno-colonial.

Saliente-se que a conformação do atual período, que Milton Santos (Santos, 1996) denominou técnico-científico-informacional, começa a se delinear, ainda que de maneira errática, como se acontecer com os fenômenos inseridos em contextos de lutas sociais, entre 1956 e 1968-69³⁹. Surge como parte das lutas sociais dos anos 60, na medida em que procura assimilar, *negando*, grande parte das demandas postas pelas lutas dos diferentes movimentos sociais naqueles anos⁴⁰.

A crítica às rígidas hierarquias na família, na escola, nas fábricas, no Estado, nas relações internacionais; a crítica ao colonialismo, à desigualdade social, ao machismo, ao eurocentrismo e sua razão técnica, sua ciência reducionista, seu materialismo economicista e ao seu racismo; a crítica ao militarismo, ao consumismo e ao produtivismo foram todas críticas tecidas a partir de múltiplos movimentos de libertação nacional, de jovens, dos operários⁴¹, das mulheres, dos negros, dos camponeses, dos indígenas, dos ambientalistas

³⁹ 1956 é uma referência importante por trazer o mundo do leste europeu para o centro do debate emancipatório que tem como principal referência 1968. O ano de 1956 deve ser visto tanto pelas lutas operárias emancipatórias na Hungria a que se seguiu a invasão de soviética, como pelas denúncias do stalinismo no XXº Congresso do PC-URSS.

⁴⁰ - Lutas sociais essas que proporcionaram que o crescimento salarial real na França fosse de 5,4% ao ano em 1968-1969, contra 2,9% entre 1975-1976. Na Itália, de 4,3% em 1966-1968 e de 7,3% em 1969-1970. Na Alemanha, onde as greves *'selvagens'* eram mais *'amenas'* do que em outros países europeus o aumento real entre 1966-1968 foi 3,3% (consequência da primeira recessão de 1966-1967), e de 9,2% em 1969-1970 (consequência da 'greve de setembro' e das eleições de 1969) (Altvater, 1994).

⁴¹ - Considere-se que o movimento operário à época, seja por meio das greves selvagens e outras formas de manifestação, lutou por democracia nos lugares de trabalho, tanto na Europa Ocidental e nos Estados Unidos,

que, por todos os lados, bradavam *Viva à Diferença* e por *Abaixo as Fronteiras*, por novas sensibilidades, pelo direito ao ócio, pelo trabalho livre e, libertariamente, bradavam ‘*é proibido proibir*’.

Como resposta política veremos uma profunda revolução tecnológica como parte de uma contra-estratégia visando a reprodução das assimétricas relações sociais e de poder que nos oferecerá: um mundo sem-fronteiras, sim, mas no sentido neoliberal, que facilita a livre circulação de bens e mercadorias e não dos homens, sobretudo, de pobres; menor hierarquia e centralização, sim, mas com um Estado Mínimo para a maioria, uma flexibilização generalizada que vai dos valores às relações trabalhistas; novas sensibilidades, sim, mas estimulando um individualismo narcísico com uma *media* que opera uma eficaz fabricação capitalística da subjetividade (Guatarri, 1982) que instrumentaliza o desejo, infantiliza cada um, contribui para a apatia, onde vemos o uso generalizado (e a criminalização) das drogas e, também, a criminalização dos que recusam a apatia e lutam; que responde aos pacifistas com uma revolução tecnológica no modo de fazer a guerra, com uma guerra sem heróis, até mesmo covarde, porque sequer comparece ao campo de batalha – trabalha com sensores remotos com tele (ampla) visão - a que nos habituamos com os videogames; no lugar do direito ao ócio estimulou exatamente sua negação, o neg + ócio: e, no lugar do trabalho livre, procurou se livrar do trabalho, gerando um desemprego generalizado que, associado a um Estado mais atento ao capital que à questão social, levará ao aumento das migrações e à sobrecarga de responsabilidades da mulher nos cuidados com os filhos, com os idosos, com os doentes – à falta da Previdência Social resta a mulher previdente – *feminizando* a pobreza (Tavares, 2003) no exato momento em que as mulheres lutam para se afirmar no espaço público; aos ambientalistas que se associavam a toda essa revolução política e cultural, se responderá com a paulatina institucionalização da questão ambiental (conferências mundiais, colóquios, seminários ...)

como nos países do leste europeu, ainda sob o comunismo. Talvez, tenhamos que recuperar o sentido e a importância dessas lutas, sobretudo no Leste europeu pois, tudo indica, nem toda crítica ao comunismo advinha do mundo capitalista, como fizeram crer os gestores comunistas no poder. Talvez aqui se esconda uma secreta aliança prática, conveniente ao mundo burguês, de não se divulgar essas lutas no mundo ocidental, até porque implicaria admitir que a democracia deveria chegar às fábricas também no Ocidente capitalista, ensejando um sentido mais radical à democracia cuja ausência, sabemos, é um dos maiores empecilhos à justiça social e a uma sociedade ecologicamente equilibrada (Ver, também, Abensour, 1998).

que, assim, vai se tornando uma questão paradoxalmente específica, ela que se quis holística, e, dessa forma, vai perdendo seu poder emancipatório⁴².

Assim, estamos imersos num processo profundo de mudanças nas relações de poder por meio de uma revolução que se quer tecnológica. Mais do que uma lógica das técnicas é diante da afirmação de uma determinada lógica política (e de uma epistemo-*lógica*) que nos encontramos. Vejamo-la um pouco mais de perto, até porque é com/contra ela que novas territorialidades vão ter que se haver, até porque sendo uma lógica de dominação pressupõe o controle do dominado. Com isso, paradoxalmente, revela o primado do dominado, sem quem não vive e, não fosse ele importante não haveria porque tanto investimento para controlá-lo e dominá-lo. E, tenhamos sempre em mente, que o dominado potencialmente *pode* viver sem dominação.

4.1 As especificidades da *atual* revolução nas-relações-sociais-e-de-poder por meio da tecnologia

Desde os anos sessenta, cada vez mais, o nosso cotidiano, tanto em casa, como na rua e no trabalho, se vê inundado por todo um conjunto de objetos que são frutos *da revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia*. Há que se destacar nesse processo o significado da Ótica, da Eletrônica, da Biotecnologia e dos Novos Materiais.

Assinalemos, de início, a importância da Ótica na medida em que vai proporcionar uma verdadeira revolução na observação (e controle) da matéria, tanto à escala micro como à escala macro. À escala macro, temos cada vez mais tecnologias sofisticadas de sensorialmente remoto, como as imagens de satélites que permitem observações com detalhes de centímetros (GPS). São enormes as conseqüências políticas dessas novas tecnologias, na medida em que proporcionam um conhecimento desigual dos diferentes territórios e, com isso, as condições tecnológicas para uma verdadeira sociedade de controle a diferentes escalas desde a global, por meio de satélites, até a câmara que nos filma e nos pede para internalizar o controle - *Sorria, você está sendo filmado*. Já não se trata mais daquele painel de controle de toda a fábrica que a genialidade de Charles Chaplin nos

⁴² - O mito da técnica - a despoluição, a técnica não-agressiva, a técnica não contaminadora - domina cada vez mais os ambientalistas, embora não seja consensual entre eles. Há um *mainstream* ecológico que permanece prisioneiro do mito da técnica. A assimilação chegou a tal ponto que, enquanto nos anos 60 falava-se de 'lixo ocidental', hoje, faz-se a coleta de lixo do 'lixo ocidental'. Coleta seletiva, é claro.

brindara em seus *Tempos Modernos*. Não, agora, se trata de controle via satélite, controle remoto, onde se pode lançar um míssil de longa distância e acompanhar e corrigir eletronicamente a trajetória. Os videogames nos habitam a essa insensibilidade com seus nintendos com suas paisagens virtuais. Vê-se sem ser visto, como convém à lógica da dominação. Transparência unilateral. A guerra, vê-se, transcende às fábricas. A guerra se generaliza, conforme bem destaca Ana Ester Ceceña (Ceceña, 2004).

À escala micro, cada vez mais se penetra no âmago da matéria trabalhando com um nível de fragmentação jamais imaginado. Fala-se de Química *Fina*, de Biologia *Molecular*, de Física *Atômica* ou *Nuclear* e de *Micro*eletrônica e, nessas expressões, devemos atentar menos para a Química, para a Biologia e para a Física e mais para a fragmentação da matéria o que está indicado nas expressões *Fina*, *Molecular*, *Átomo* e *Micro*.

Essa visão ampla e em detalhe só se torna possível porque, junto com a ótica, novos materiais - resistentes, leves e flexíveis - vêm servindo de suporte não só para que se veja com maior precisão como, também, para que se transmita informação a longa distância (a fibra é ótica). Assim, pode-se construir objetos cada vez mais *per*-feitos, isto é, programáveis (fala-se, até mesmo, de objetos inteligentes, com memória) e, também, exercer o controle à distância.

Essas novas tecnologias de poder proporcionam que se trate a matéria a partir de escalas inacessíveis a olho nu, tanto no nível telescópico (macroscópico), como no nanoscópico, muito além da escala microscópica a que já nos havíamos habituado. Cada vez mais a matéria é tratada à escala do nanômetro⁴³, o que só é acessível por meio de tecnologias sofisticadíssimas. Nesse contexto expressões como *desmaterialização*, *transmaterialização*, *materiais sintéticos*, *funcionalidade dos materiais*, assim como *flexibilização* e *nanotecnologias* vêm constituindo um novo universo discursivo que assinala mudanças nas práticas que se desenvolvem nos ambientes dos laboratórios (as novas fábricas ?)⁴⁴.

⁴³ - Um nanômetro é igual a dez elevado a menos nove. Para não alimentarmos a dissociação da linguagem científica daquela do senso (do homem) comum, essa medida significa o mesmo que o diâmetro médio de um fio de cabelo dividido 60.000 vezes! Na verdade, nenhum homem comum pode sentir o que isso quer dizer. Esse fato, veremos, está impregnado de conseqüências políticas.

⁴⁴ - Nos laboratórios de pesquisa cada vez mais a lógica produtivista vem se impondo. Entre pesquisadores a preocupação com o patenteamento, isto é, com a propriedade privada do conhecimento está nos conduzindo a efeitos preocupantes, até porque os investigadores vêm guardando segredo sobre suas descobertas. Se o segredo é a alma do negócio, como se diz no mercado, é bom que se diga que o desenvolvimento científico até aqui se deu pela ampla publicização das descobertas. Publicar é tornar público e essa era a maior glória de um cientista. Com a lógica de mercado o conhecimento deixa de ter um sentido público.

Com a *desmaterialização* a matéria passa a ser tratada não mais como aprendemos a manuseá-la e nomeá-la, mas como compostos elementares sejam eles químicos ou genéticos, ensejando a possibilidade de elaboração de novos materiais, como os materiais sintéticos da química ou os organismos laboratorialmente modificados⁴⁵, o que provoca uma revolução tanto no mundo dos metais, como no da biologia e, fala-se menos, no campo da antropologia e da geografia política. São inúmeros os exemplos que povoam nosso cotidiano com os materiais sintéticos e compostos químicos que não só substituem o aço na fabricação das carrocerias dos automóveis; o vidro, as fibras naturais com materiais reforçados; os canos de chumbo por plásticos, como também alimentos que são produzidos a partir de substâncias sintéticas (aromatizantes, acidificantes, colorantes, adoçantes e tantos outros).

Com essa revolução nas relações de poder por meio da tecnologia nossa paisagem cotidiana passa por grandes mudanças. No passado

“(…) as casas eram de pedra nas zonas onde havia rochas de manipulação relativamente simples, enquanto que em outras zonas as habitações eram de adobe e em zonas desérticas eram de rocha e de tecidos fabricados com fibras vegetais. Os relatos dos viajantes e os primeiros livros de geografia descreviam como os nativos de cada comarca fabricavam suas casas e utensílios utilizando os recursos que tinham a mão. (...) Isso foi mudando gradualmente, acelerando-se a partir da segunda metade do século XX. Hoje em dia – mais que nunca antes – a força impulsionadora do ciclo é a produção de *materiais de características predeterminadas*, sobre cuja base se fabricam componentes e sistemas que respondem às necessidades e urgências de um desenvolvimento tecnológico orientado a satisfazer um mercado mundializado (ou ‘globalizado’) cada vez mais sofisticado e exigente. Por exemplo: os materiais de construção (aços, cimentos, etc.) que se usam em todo o mundo estão *normalizados*; uma empresa fabricante de uma determinada marca de automóveis, televisores, ou qualquer outro bem de capital usará em suas sucursais no Japão, nos Estados Unidos, no Brasil

⁴⁵ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter 2007 *Em Defesa dos Organismos Laboratorialmente Modificados - em busca da precisão conceitual*. Consultar site do jornal Brasil de Fato.

ou outro país materiais que respondem às mesmas especificações e que podem ser provenientes dos mais diversos países” (Mari: 69-70).

Até 1945, a indústria humana⁴⁶ trabalhava com cerca de 25 a 30 dos elementos da tabela periódica da química. Desde então, a nova revolução nas relações de poder por meio da tecnologia tornou possível trabalhar com os outros 60 a 65 elementos químicos, que eram considerados *raros*, além de obter mais 26 elementos químicos sintéticos (Mari: 52-3). São enormes as implicações geopolíticas que daí derivam, inclusive, porque mudam as regras do jogo das trocas entre os povos e suas regiões por meio do mercado.

Com a tecnologia industrial de produção de enzimas em biorreatores pode-se obter, entre outras coisas, excelentes substitutos de manteiga de cacau com base em toda uma gama de óleos e gorduras derivados de plantas e animais como o óleo de palma, de soja, de baleia ou de colza que, até aqui, estavam desconectados da produção de cacau. Assim, um produtor de cacau de qualquer país da América Latina e do Caribe, tem que competir no mercado, hoje, não só com os produtores de cacau de Gana ou de algum outro país africano mas, também, com a indústria de pesca de baleia do Japão. Na verdade, o mercado está, cada vez mais, mediado pela indústria. O mesmo se dá com o café, cuja matéria prima para a indústria que o processa já não deriva mais, necessariamente, do *coffea arabica* ou outra variedade com que, até aqui, se produzia café: pode ser uma substância química obtida de algum mineral, ou da criação de algum animal ou outra planta sintetizada quimicamente.

‘Há já alguns anos esta mesma técnica (tecnologia de enzimas) vem sendo usada para produzir um amido adoçante à base de milho (HFCS), que está substituindo o açúcar na indústria de refrigerantes americana (sic) e isto conduziu a um forte declínio dos rendimentos de exportação de alguns países exportadores de cana de açúcar’ (Seiler, 1998: 55).

Deste modo, profundas transformações na geografia econômica, política e cultural estão em curso: vinte e oito (28) países produtores de café estão sendo afetados por biotecnologias, como a cultura de tecidos e de células e transgênese vegetal; 16 países estão sendo afetados, no caso do açúcar e da banana (plátano); 15 países, no caso do algodão e do cacau; 10 países, no caso do coco; 6 países, no caso do arroz; 5 países, no caso da borracha;

4 países, no caso do chá; 3 países, nos casos do óleo de palmeira, da soja, e do trigo; 2 países, nos casos da baunilha, do fumo e do milho e, pelo menos, um país nos casos do girassol, da mandioca e da batata (Seiler 1998: 50).

A química vai se tornando cada vez mais *fina*, a biologia mais *micro* ou *molecular*, a engenharia cada vez mais *genética* (*gen*), a física mais *nuclear* ou *atômica* e a eletrônica mais *micro* e, assim, cada vez mais mergulhamos nos níveis mais ínfimos da matéria. Nos níveis nanoscópicos, a química deixa de ser simplesmente química, a biologia deixa de ser biologia, o mesmo ocorrendo com a física e a eletrônica que, também, deixam de ser disciplinas específicas e passam a ter que dialogar entre si – biofísica, físico-química, bioquímica. Surge o que vem sendo chamado “ *enfoque unificador* [que] permite a aplicação de teorias e técnicas desenvolvidas em um ramo da indústria a outros ramos e as investigações sobre a relação entre a estrutura de um material e suas propriedades *permitem fabricar materiais com propriedades predeterminadas*” (Mari: 107). Assim, ganha particular importância o que sendo chamado de *multifuncionalidade dos materiais*, isto é, uma mesma substância podendo ter múltiplos usos que podem ir da produção de alimentos à fabricação de ligas metálicas. As indústrias passam a estabelecer padrões e normas que definem o que é o mercado de insumos e de matérias primas a partir de substâncias nanométricas, sejam elas um gene ou uma substância química que pode ser comercializada.

Já não é mais a matéria, tal como a víamos, manipulávamos e sentíamos – o ferro, o quartzo, o cobre, o ouro, a argila, o milho, a mandioca, o arroz, o trigo – que importa para o mercado e, sim, o composto químico sintetizado tal como especificado pelas *normas de qualidade*, tal como visto e manipulado nos laboratórios (cada vez mais empresariais) de pesquisa. Observemos que, com isso, o olho e a mão dos homens e mulheres comuns por meio dos quais se manipulavam os objetos e, por esse meio, se teciam os saberes e os sabores, enfim, as culturas, são substituídos por um olhar macroscópico ou nanoscópico por meio de *tele* (amplo) visores (daí a importância da ótica⁴⁷). Não sem sentido, a cultura torna-se um tema político e geopolítico. Com isso, toda a geografia econômica e política do

⁴⁶ - Uso aqui essa expressão com o mesmo sentido de Marx em *A Ideologia Alemã*, qual seja, como capacidade humana de criar, industrializar. Falava-se, à época, de homem industrial, no sentido de homem criativo. Mais que engenheiro, engenhoso. A indústria humana ainda não havia se tornado uma coisa.

⁴⁷ - A supervalorização do olhar sobre todos os outros sentidos é uma das características marcantes na tradição hegemônica da cultura ocidental. Um homem inteligente é um homem de *visão* e não um homem que saiba

mundo se altera, não no sentido de mais equilíbrio mas, ao contrário, fortalecendo as tradicionais e assimétricas relações sociais e de poder no mundo.

Assim, a indústria se torna cada vez mais parte do complexo científico-tecnológico transformado-se em um verdadeiro laboratório. Com isso aumenta o poder dessas indústrias de ponta cujas matrizes estão concentradas nos países do centro do sistema capitalista mundial. A exploração de uma jazida mineral exige, cada vez mais, um complexo sistema técnico e elevado montante de capitais, condições que escapam aos países situados no pólo dominado do atual padrão de poder mundial. Acrescente-se, ainda, que essa revolução nos materiais vai proporcionar um enorme desemprego em setores da indústria onde maiores foram as resistências da classe operária, qual seja, no setor metalúrgico, no setor automobilístico, no setor de mineração e nos portos.

Não nos deve escapar que tudo isso ocorre em laboratórios de pesquisas que, cada vez mais, são de empresas privadas ou são projetos estratégicos envolvendo interesses das grandes potências mundiais e as grandes corporações transnacionais. O *Informe sobre Desenvolvimento Humano* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento capta o significado geopolítico dessas mudanças cuja compreensão é fundamental para enfrentarmos o desafio teórico-político contemporâneo:

“A pesquisa e o desenvolvimento têm se afastado dos países em desenvolvimento. Sua participação no total mundial baixou de 6% em meados da década de oitenta para 4% a meados dos anos 90”. E, continua o *Informe*, “84% do gasto mundial em pesquisas e desenvolvimento correspondia, em 1993, a somente dez países, que controlavam 95% das patentes dos EUA nos dois últimos decênios. Ademais, mais de 80% das patentes outorgadas em países em desenvolvimento pertencem a residentes de países industrializados”(…). “A inovação em materiais, base dos desenvolvimentos de sistemas cada vez mais sofisticados, tem um valor econômico e estratégico enorme e um forte efeito multiplicador (...). A avassaladora maioria das patentes sobre materiais avançados em qualquer

ouvir, por exemplo. A audição não se inscreve como um dos sentidos mais apreciados muito menos o tato. Ter uma visão ampla, tal como uma águia, caracteriza um homem que vê longe, enfim, um homem de visão.

país, desenvolvido ou não, está registrada a favor de alguns poucos países” (PNUD apud Mari, 2000: 105) e, acrescento, de algumas poucas empresas.

Os países mais desenvolvidos estabelecem suas necessidades mínimas estratégicas para cada tipo de recurso, e isto se faz tanto a nível estatal como privado. É o caso do silício que, embora seja o segundo elemento presente na crosta terrestre, passou a ser considerado um elemento *raro* faz pouco tempo com o desenvolvimento de sofisticadas tecnologias de processamento que tornou possível sua obtenção sob a forma metálica de altíssima pureza a um custo relativamente baixo, proporcionando que viesse a se constituir na base da indústria microeletrônica. “Por razões estratégicas, os Estados Unidos, que no começo da indústria de circuitos integrados dependia do mineral brasileiro (quartzo de alta pureza), decidiu que devia buscar um recurso próprio ... o encontrou em certos depósitos de rochas pegmatíticas de seu país” (Mari: 107-108). Ou, ainda, o que Ceceña (2001) e Porto-Gonçalves (2004) analisaram sobre a estratégia de controle da biodiversidade mundial por parte dos Estados Unidos e seu *International Cooperative Biodiversity Groupe*.

É preciso atentarmos para a imposição do que vem sendo chamado *sistemas de qualidade* com a fixação de sistemas de normas, requisitos, especificações, procedimentos e outros mecanismos para controlar e assegurar a *qualidade dos produtos e serviços* que se apresentam como indispensáveis no mundo atual. Essas normas vêm dificultando o uso das matérias primas locais porque estão formuladas para contemplar os produtos pré-fabricados, ou seja, produtos que são predeterminados de acordo com os interesses das grandes empresas dos países situados no pólo dominante do padrão de poder mundial, sem que importem as condições locais. Os países situados no pólo dominado do padrão de poder mundial têm encontrado dificuldades cada vez maiores para ter acesso a determinados mercados, muitos dos quais tradicionalmente se apresentavam como principais fornecedores.

Não há como deixar de reconhecer que todas essas transformações científicas e tecnológicas assestam um duríssimo golpe não só na classe operária, como em todos aqueles protagonistas que emergiram à cena política nos idos dos anos 60.

A afirmação de Marx de que “o capital não tem pátria” parece se realizar de um modo ainda mais perverso, posto que não sendo o capital simplesmente dinheiro mas, sim, uma relação social, sua desterritorialização generalizada implica desterritorializar homens e

mulheres que têm casas, famílias, parentes e, embora possam (e devam) se deslocar, não o fazem necessariamente com as mesmas motivações que movem a burguesia. O território torna-se uma questão central, vê-se.

Toda essa revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia não implicou diminuição da demanda de matéria como se difundiu apressadamente, talvez em resposta ao alerta do Relatório Meadows que apontava os limites do crescimento e acusava o esgotamento dos recursos naturais e o aumento da poluição (Porto-Gonçalves, 1983). Tanto a demanda pelos materiais tradicionais continuou crescendo, por energia, por exemplo, como novos materiais, muitos dos quais raros, começaram a ser demandados. Acrescente-se, que o tratamento da matéria num nível nanoscópico exige muita energia e muita água. As áreas tropicais tornam-se, em todos os sentidos, estratégicas posto que reúnem, a um só tempo, muita insolação, muita água e uma enorme diversidade biológica sendo que esta, para o capital, deva ser rigorosamente descontextualizada não só territorialmente (leis de patentes e propriedade intelectual), como organicamente (isolando-se os princípios ativos). Por todo lado, desagregação, tanto política, como epistêmica. O cartesianismo bem vale uma missa!

A derrota imposta pela sociedade civil ao capital na sua estratégia de obter o controle da energia por meio da tecnologia da fissão nuclear – usando fontes de energia que, pela primeira vez na história da humanidade não seria proveniente do Sol⁴⁸, vem retardando a mudança da matriz energética no mundo. O capital, até aqui, não conseguiu desenvolver uma energia alternativa sob seu controle tal como conseguiu sobre fontes fósseis e sobre as hidrelétricas. Atentemos, pois, para a centralidade da questão energética⁴⁹, posto que em torno dela se trava um tenso debate político de implicações civilizatórias. O capital, insisto, tem sofrido derrotas significativas nesse embate energético estratégico por seus efeitos histórica e geograficamente abrangentes: o carvão e o petróleo, além de recursos não renováveis, com sua queima devolve-se à atmosfera o carbono que dela foi retirado pela fotossíntese há milhões de anos atrás. Seus efeitos, como o estufa, projeta-se num tempo que ultrapassa gerações e numa escala espacial que mais que local, ou regional, ou

⁴⁸ - Lembremos que o Sol é fonte de toda a energia até aqui explorada, sejam as fósseis, como o carvão e petróleo, seja a de biomassa, como a lenha ou o biodiesel.

⁴⁹ - Afinal, como nos ensinam os físicos, sem energia não há trabalho e, sem trabalho, não há *transformação* da matéria.

nacional, é global. Assim, o efeito da ação dos que se sustentam com essa matriz energética atinge até mesmo quem ainda não nasceu⁵⁰ e a todos em qualquer lugar, estejam onde estiverem. Mudam, assim, as relações de tempo e de espaço, enfim, as relações políticas. Novas territorialidades se fazem necessárias. Ainda aqui, há soluções que se colocam na perspectiva hegemônica e, outras, emancipatórias.

As hidrelétricas, até os anos 80 largamente financiadas pelo Banco Mundial, têm sido responsáveis pela inundação e desalojo de milhões de famílias de ribeirinhos, camponeses, indígenas e afrodescendentes, muitos desses, inclusive, que haviam se refugiado em épocas pretéritas nas áreas acima das quedas d'água procurando proteção contra os que os queriam aprisionar e escravizar (quilombos no Brasil e *pallenques*, na Colômbia, por exemplo). Também aqui tem sido grande a resistência dessas populações.

Diante dessas derrotas, tudo indica que esteja em curso uma nova estratégia do capital pelo controle da produção de energia⁵¹. Trata-se da produção de biomassa que, sob relações sociais e de poder capitalistas, tende a ser uma produção social e politicamente insustentável⁵², como já se pode observar com a recente investida do capital por meio de enormes latifúndios produtivos de biomassa no Brasil, na Argentina, na Bolívia e no

⁵⁰ - Não nos escudemos dizendo que é assim mesmo posto que, ao contrário de nossos avós sabemos, hoje, alguns dos efeitos do que estamos fazendo. E os efeitos conhecidos não são efeitos quaisquer e a sociedade contemporânea já mereceu até mesmo a caracterização de 'sociedade de risco' por parte de alguns cientistas como Giddens e Beck. As implicações do sistema técnico tornam, hoje, presentes não só os riscos dos seus próprios efeitos como, também, daqueles que prometeu superar, como a fome e a peste, cujo decantado sucesso é controverso. Exigir o direito de fazer hoje o que as gerações de burguesias de alguns países na Europa e nos EUA fizeram no passado, como parece exigir as burguesias de alguns países emergentes com seu desenvolvimentismo, se torna um verdadeiro absurdo. Mahatma Ghandi (1869-1948) havia alertado-nos com a afirmação: Para desenvolver a Inglaterra foi necessário o planeta inteiro. O que será necessário para desenvolver a Índia?

⁵¹ - Além de a curto prazo procurar controlar as fontes fósseis como tem sido claro com a guerra pelo controle da Ásia Central – Afeganistão e Chechênia; pelo controle do Oriente Médio – Iraque; pelo controle da Nigéria, na África e, ainda, pelo controle dos países andinos – o Plano Patriota é expansão do Plano Colômbia além de uma pedra no dominó geopolítico que envolve o apoio à oposição à Hugo Chávez Frias, na Venezuela, e aos movimentos sociais que levaram Evo Morales Ayma ao governo na Bolívia (Guerra da Água, em Cochabamba, em 2000, e a Guerra do Gás, em 2005).

⁵² - O capital, por meio do dinheiro, procura se abstrair da materialidade, sempre qualitativamente distinta, e se refugiar na quantidade. Confunde, e nos confunde, a medida da riqueza com a riqueza. Que o dinheiro, enquanto medida da riqueza não seja a riqueza mesma, prove-o tentando comê-lo ou bebê-lo em vez de ter acesso à riqueza na sua materialidade na forma de milho, de trigo, de arroz, de mandioca, de água. O capital, por meio do dinheiro, procura se abstrair da materialidade, sempre qualitativamente distinta, e se refugiar na quantidade. Confunde, e nos confunde, a medida da riqueza com a riqueza. O capital não tem pátria porque não quer limites. Mas limites, livremente instituído, é a essência da política. Não olvidemos que um homem privado, em todos os sentidos da palavra, não pode ser livre.

Paraguai (soja, palma, dendê, girassol e para outros óleos, assim como a cana de açúcar) e, desta vez, contando com o apoio de ecologistas reducionistas⁵³.

A energia solar, ao contrário de ser concentrada, como as jazidas minerais, é dispersa espacialmente e, assim, dominá-la em maior quantidade implica o domínio de maiores extensões de terra, sobretudo nas áreas onde ela é mais intensa, como as tropicais. Todavia, maior extensão territorial e mais energia do Sol, por si mesmas não são ecologicamente suficientes para o desenvolvimento da vida, se não houver água. A demanda por água dos grandes latifúndios produtivos de biomassa é enorme, não só para aumentar a produtividade biológica como, também, para a transformação e beneficiamento da matéria. As enormes plantações de biomassa, seja para energia para humanos e de outros animais, sob a forma de alimentos e de forragens, seja para óleos combustíveis, seja, ainda, para celulose, têm levado a uma enorme concentração no uso e no consumo da água. A extensão territorial tornou-se, novamente, quem diria ?, estratégica. Área, muita área. Água, muita água. Conflito, muito conflito.

Desde que o Banco Mundial, na segunda metade dos recém findos anos 90, começou a fazer o discurso da escassez de água, que já era sentida pelos mais pobres desde muito tempo sem que houvesse preocupação⁵⁴, que se iniciou um debate sobre a privatização da água, nova regulação que vem sendo imposta a todos os países sob recomendação dos organismos multilaterais e, com isso, inaugurando uma nova conflitividade, do que Cochabamba, na Bolívia no ano 2000⁵⁵, é um exemplo emblemático. Estamos diante, também aqui, de um conflito que é, ao mesmo tempo, político e de racionalidades distintas: de um lado, água como bem público e direito de todos, com uso comunitário e coletivo e,

⁵³ - Os ecologistas reducionistas vêem o ambiente só na sua metade natural e não como um todo. Reproduzem, assim, a separação natureza e sociedade tão cara ao saber eurocêntrico que, já o dissemos em outro lugar (Gonçalves, 1989), mais que solução é parte do problema a ser superado. A aceitação acrítica dessa separação produz os reducionismos naturalistas e antropocêntricos, ambos filhos da mesma matriz filosófica. Não há vencedor nessa oposição, somos todos derrotados enquanto prevalecer a hegemonia de uma certa ciência e de uma certa filosofia eurocêntrica. A batalha das idéias é estratégica.

⁵⁴ Nos anos 1950, no Brasil, havia uma música popular que cantava: “Lata d’água na cabeça/Lá vai Maria/Lá vai Maria/ Sobe o morro e não se cansa/Pela mão leva a criança/Lá vai Maria”. Não foi suficiente para fazer da água uma questão, pelo menos enquanto ela fora pautada pelos pobres.

⁵⁵ - Poder-se-ia inventariar um bom número de casos de conflitos intensos na África do Sul, na Argentina, na Índia, no Brasil (camponeses do Riachão, afluente do rio São Francisco, em Minas Gerais). Mas o caso de Cochabamba se torna emblemático por ter sido o primeiro a expulsar de um país do 3º mundo uma multinacional que se apropriara da água, a estadunidense Bechtel, que, depois, viria se beneficiar com os contratos de privatização no Iraque depois da invasão dos Estados Unidos. Ver PORTO-GONÇALVES ,

de outro, água como recurso hídrico, dissociável⁵⁶ do todo para poder ser vendida (água-mercadoria). O discurso da escassez prepara jurídica e politicamente a privatização⁵⁷.

Até muito recentemente havia um conflito aberto entre capitais que podia ser verificado, por exemplo, na tensão entre o capital que depende da informação genética (da diversidade biológica) e os capitais ligados à criação de gado, à exploração madeireira e do agronegócio, protagonistas de intensos desmatamentos. Há claros indícios de que está em curso um novo pacto político-territorial entre esses capitais. E, mais uma vez, o que é político, se apresenta como *razão técnica* enquanto Zoneamento Econômico-ecológico, quase sempre estimulados pelos organismos multilaterais, como o BID e o BIRD como parte das novas regulações que redesenham o novo papel do Estado⁵⁸: separam-se as áreas a serem conservadas, de preferência sem população, e deixam-se áreas livres às práticas desenvolvimentistas comandadas pela lógica econômica que se sobrepõe às temporalidades bio-geo-físico-químicas e culturais distintas de cada lugar. Eis o pacto político enquanto razão técnica.

Há um supranacionalismo jurídico que ora vem sendo engendrado que mantém um paralelo interessante com a ordem jurídica e política mundial que formatou o sistema-mundo moderno-colonial nos seus albores. Tanto àquela época, como hoje, os juristas ocuparam um lugar de destaque. A norma escrita com a preocupação da máxima precisão

2008. *Água Não Se Nega a Ninguém: A Necessidade de Ouvir Outras Vozes*. In <http://www.geopolitica.ws/leer.php/115>.

⁵⁶ - O cartesianismo, vê-se, é mais que um paradigma. Ou melhor, os paradigmas são instituídos por sujeitos históricos. Assim, não é possível mudar paradigmas sem, politicamente, deslocarmos os sujeitos que os instituíram, como parece ignorar as obras de F. Capra e E. Morin.

⁵⁷ - Afinal, como dizem os economistas liberais, um bem só tem valor mercantil se escasso. É interessante verificar que a economia liberal tenha muito pouco a dizer sobre a riqueza, que é sinônimo de abundância, até porque está fundada no princípio da escassez.

⁵⁸ - É o caso de uma organização *sui generis*, como o FUNBIO, no Brasil, em que membros do governo têm acento, mas não governam. O FUNBIO está autorizado a captar dinheiro junto a empresas para implantar a Convenção de Diversidade Biológica, sob o incentivo explícito de organismos multilaterais. Um belo caso de deslocamento de soberania e do interesse público, que o Estado democratizado poderia representar, para organizações sobre as quais o povo (o público), enquanto soberano, não exerce controle. Os recursos internacionais correm com mais facilidade para organismos como esses do que para os Estados que teriam que se submeter a controles políticos, públicos. Um dos mais eminentes conselheiros dessa instituição responsável pela implantação da convenção de diversidade biológica no Brasil é um dos maiores empresários brasileiros dedicados à monocultura de eucalipto para produção de celulose. A diversidade biológica deve estar em algum lugar fora de suas propriedades monocultoras. Nesses outros lugares, o pacto territorial hegemônico é impacto, como bem demonstrou o antropólogo Antonio Carlos Diegues (Diegues, 1996). Destaque-se, aqui, os 'latifúndios genéticos' (Porto-Gonçalves, 2002) das unidades de conservação que expulsam povos originários, camponeses e afrodescendentes por meio de organizações Neo-governamentais financiadas com recursos privados e com apoio de organismos multilaterais.

da palavra, para que não haja dúvida (Rama, 1985), ensejará uma linguagem com tecnalidades jurídicas tão formais que praticamente só os próprios juristas a entenderão. Não se trata, evidentemente, de uma linguagem técnica, pois são normas a serem impostas num espaço mais vasto deslocando, no sentido muito preciso de des-locar, isto é, de retirar da comunidade local, de cada lugar, dos quer são de cada lugar, o poder-fazer suas próprias vidas⁵⁹. O poder dizer e nomear o que é e o que não é e, assim, fazer de seu mundo algo próprio, rigorosamente, dele se apropriar, escapa aos lugares, escapa aos que são dos lugares. A oralidade, essencial em regimes político-culturais deliberativos e não-eletivos (Garcia-Linera, 2003) que pedem que a comunidade se apresente (e não re-presente) implica, é claro, espaços onde as vozes possam ser ouvidas (escala local, comunitária). É esse corpo a corpo que está sendo evitado e o contato, sabemos, engendra sentidos e emoções muito concretos e *palpáveis*, para o que, na lógica hegemônica, é preciso um saber que se abstraia em uma pretensa universalidade, como se não fora de lugar nenhum (atópico). Como se vê, epistemes e territórios se con-formam.

Vimos como esse constitucionalismo que fez renascer o Direito Romano⁶⁰ nos albores do mundo moderno-colonial foi mercantil-colonialista e consagrou a soberania *territorial* dos Estados em 1648. Ordem *territorial soberana*, sem *povo soberano*, e ordem mundial colonial convivem. Somente com Revolução Americana de 1776 e, depois, com a derrubada da ordem senhorial na Europa, quando o povo torna-se o soberano e não mais o Rei e, sobretudo, com a emergência de um proletariado que luta por justiça e inventa direitos, é que o Estado deixa de ser meramente territorial e pode-se falar, pelo menos na Europa, de Estado Nacional. O imperialismo foi um desdobramento na ordem mundial das contradições engendradas no interior desse Estado-Nação forjado nas contradições do capitalismo que, inclusive, contou com o apoio dos social-democratas à guerra imperialista de 1914. Impossível uma aliança como essa fora de uma mentalidade colonial, onde os povos outros, isto é, difer(+)entes enquanto entes que diferem, são vistos como aquém da

⁵⁹ - É o poder-sobre deslocando o poder-fazer, como diria John Holloway.

⁶⁰ - É decisivo ter em conta que o Direito Romano está assentado na propriedade privada e, com ele, trás a idéia de área mutuamente excludente que será a base da idéia de território que prevalecerá no mundo moderno-colonial. Assim, outras conformações territoriais não mutuamente excludentes são deixadas de lado e o estudo delas poderá trazer importantes contribuições para os problemas contemporâneos.

humanidade⁶¹. Na América Latina e no Caribe, a colonialidade se manteve mesmo com os Estados independentes, posto que os povos originários e os afrodescendentes continuaram sendo subalternizados e sem direitos. Nas periferias urbanas do primeiro mundo, seja em Paris ou em Londres, ou ainda nos Estados Unidos, a dimensão colonial do sistema mundo vem gritando (“griots”) indicando uma transterritorialidade a que devemos dar consequência política. Como se vê, a colonialidade é o pano de fundo do sistema-mundo moderno-colonial desde sempre.

O atual supranacionalismo constitucional com tantas regulações sobre a natureza (convenções, tratados e protocolos de clima, de desertificação, de diversidade Biológica, de lixo tóxico) e sobre a circulação de mercadorias, sobretudo de capitais, vem engendrando um novo deslocamento, naquele sentido já apontado de des-locar, não mais simplesmente dos locais e das comunidades, mas dos próprios territórios nacionais que, até aqui, foram, formalmente, o espaço da cidadania. Na Europa, esses espaços de cidadania foram mais que formais, pelas conquistas impostas pelo proletariado, sobretudo enquanto direitos sociais e coletivos que, contraditoriamente, suas organizações políticas e sindicais acabaram, ao se nacionalizar, silenciando sobre a exploração na África, na Ásia, na América Latina e no Caribe. Contribuíram, assim, para sustentar a colonialidade do poder do sistema-mundo.

Essa mesma forma, *Estado Territorial* enquanto *container* de poder, comporta relações sociais e de poder distintas: nos países do pólo hegemônico, os direitos foram, de certa forma, generalizados para os nacionais⁶², enquanto na América Latina e Caribe essas relações foram atravessadas por uma colonialidade interna que nos legou uma desigualdade política e social profunda, ainda que em graus distintos nos diferentes países.

O que está sendo forjado no supranacionalismo constitucionalista atual não é o mesmo que no liberalismo clássico. Neste, a propriedade privada era o fundamento do direito

⁶¹ - Como vimos em Hegel, em Tomas Jefferson, em Napoleão e pode ser visto também em Kant,. Até mesmo Marx não escapa totalmente dessa mentalidade eurocêntrica, com suas análises sobre a missão civilizadora do capital na Índia ou no México. Ainda recentemente, segundo John Pilger, um oficial de alta patente britânico afirmou que “os americanos consideram os iraquianos como Untermenschen, um termo que Hitler usou em *Mein Kampf* para descrever os judeus, os romenos e os eslavos, ou seja, como subumanos. É assim que o exército nazista assediou as cidades russas, matando tanto combatentes quanto não combatentes” (Pilger, 2004).

⁶² - Ainda que, hoje, tendo que se haver com a presença em seus territórios de leva cada vez maiores de migrantes, geralmente das ex-colônias, a colonialidade e seu racismo se apresentem no seu espaço diretamente. A generalização dos direitos se vê tencionada quando deve ser repartida entre aqueles que, até aqui, eram sub-humanos e, portanto, sem-direitos.

individual que acreditava que por meio dela estava garantido o direito da pessoa, enquanto indivíduo e cidadão. Havia algum sentido ético sustentando o argumento. No novo liberalismo, por meio do supranacionalismo constitucionalista, o que está sendo visado não é a liberdade do indivíduo e a pessoa, mas sim, e cada vez mais, o que se invoca é a pessoa jurídica, a empresa, cuja liberdade deve ultrapassar as fronteiras (dos)⁶³ nacionais. A cláusula de confidencialidade introduzida na concessão da água pelo poder público em Cochabamba é significativa dessa lógica do privado – “o segredo é a alma do negócio” – introduzida no direito público. Imaginar um poder público que não possa tornar pública a concessão da água é não só introduzir a lógica privatista mas, também, a lógica da guerra que lhe é inerente onde o segredo é fundamental⁶⁴. As negociações da Alca se mantiveram sigilosas até o ano 2000 e, entre as suas principais propostas, constavam o primado da Empresa sobre o Estado na resolução de conflitos, princípio esse que havia sido recusado na Europa (Acordos Mundiais de Investimentos). Nessa nova conformação a *empresa*, enquanto unidade jurídica abstrata de produção, pode ter vários *estabelecimentos*, suas unidades concretas de produção, num espaço que lhe é próprio dissociado do território enquanto unidade política e da cidadania. Assim, a Empresa estaria protegida, na verdade seus proprietários, por ter sido abstraída pela nova regulação supranacional (estados desnacionalizados num claro processo de des-democratização posto que se descolam de seus povos). É a liberdade de alguns, proprietários de empresa, agirem em qualquer lugar se abstraindo dos territórios, *containers* de poder, no novo constitucionalismo supranacional. Nele, não há lugar para a livre circulação das gentes que seria o corolário da liberdade se pensada em termos do liberalismo clássico – direito de ir e vir. Deste, ficou o princípio da propriedade privada já privado de qualquer sentido ético e moral, princípio agora brandido pelas grandes corporações por meio de seus intelectuais específicos, entre os quais se destacam os da mídia⁶⁵. Não sem sentido, o direito de patente sobre a propriedade intelectual se torna tão importante.

⁶³ - Esse (dos) não é um detalhe.

⁶⁴ - Aliás, cada vez mais a linguagem da guerra invade o cotidiano. A logística, por exemplo, tema clássico dos militares, virou tema empresarial e saiu das escolas militares para as universidades.

⁶⁵ - Não nos esqueçamos que mídia (media, em inglês) indica aquele que media, aquele que faz a mediação, condição *sine qua non* da política. A liberdade de imprensa, hoje, esconde a liberdade de empresa. (Porto-Gonçalves, 1997).

Além das regulações jurídicas no campo do direito econômico que vem sendo comandada pelos organismos multilaterais e pelo sistema financeiro, há toda uma redução economicista comandando a regulação da natureza e, com isso, sustentando a colonialidade de saber e de poder que lhe é constitutiva. A responsabilidade comum, mas diferenciada, que vinha conformando o debate sobre as mudanças climáticas foi, com a lógica econômica submetendo a lógica ecológica implicada na questão, transformada em Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) criando um mercado de fotossíntese em que os países ricos, os maiores responsáveis pelo problema, podem comprar áreas nos países pobres para ‘seqüestrar carbono’ que eles mesmos lançam no ar. O mesmo vem ocorrendo com o lixo tóxico levado para os países pobres, assim como com a transferência das indústrias altamente poluidoras, em que as indústrias do alumínio e de celulose foram pioneiras, mas que depois do acidente de Bhopal na Índia (3/12/1984) tornou-se uma estratégia generalizada das grandes corporações. A livre circulação das empresas e o valor econômico diferenciado das pessoas e dos lugares sustentam essa lógica moderno-colonial. Afinal, indenizar alguém na Índia é menos oneroso do que nos Estados Unidos e Europa: o lugar onde se nasce tem valor diferenciado. A colonialidade do saber e do poder está subjacente a essa geopolítica.

Assim, a colonialidade se mantém com uma nova divisão territorial⁶⁶ do trabalho, onde os países pobres viram verdadeiras lixeiras do mundo, para sustentar o modo de vida desigual nos marcos do capitalismo. Os mecanismos de certificação, os selos verdes, estão consagrando como florestas, o que não passam de plantações de monoculturas e, assim, pintando de verde a injustiça ambiental global⁶⁷ (van Dam, 2003).

⁶⁶ O território, insisto, é o conceito que melhor permite ler a relação social e de poder que conforma a relação da sociedade com a natureza enquanto relação espaço-temporalmente indeterminada. Com a expressão espaço-temporalmente indeterminada quero escapar dos determinismos simples e indicar que a indeterminação não é absoluta, mas sim contextualizada e, portanto, sob condições. Afinal, os homens e mulheres são, sempre, seres com necessidades, serem necessitados e, como tais, criam, inventam, instituem mundos. A pulsão da fome, por exemplo, nos instiga à cultura, à agri + cultura. Não se sacia a fome simplesmente com proteínas e calorias, muito embora não o façamos sem elas, mas com sabores que são saberes cultivados, cultuados.

⁶⁷ - Campo Verde, no Planalto Central goiano brasileiro, é um município na sua quase totalidade coberto pela soja dos grandes latifúndios empresariais que cumprem a legislação ambiental comprando de terras em outros municípios longínquos. Nesse outros municípios, esses mesmos empresários mantêm ‘reservas particulares de patrimônio natural’, quase sempre apoiando, quando não criando, alguma entidade não-governamental ambientalista. Impõem, assim, a sua divisão ecológica territorial do trabalho.

É fundamental ter em conta essa colonialidade estruturante das relações sociais e de poder que vem comandando a atual regulação jurídica da natureza. Essa regulação vem sendo feita no bojo do mesmo movimento em que a natureza vem sendo resignificada. Para superar a crise da disciplinaridade, mais se fala do diálogo entre diferentes disciplinas científicas – multi-disciplinaridade; inter-disciplinaridade, trans-disciplinaridade e a-disciplinaridade, como em Edgar Morin e em Fritjof Capra, do que de diálogo de saberes, como em Enrique Leff, Antonio Carlos Diegues e Arturo Escobar, o que implicaria admitir, além dos diálogos entre as disciplinas, diferentes racionalidades dialogando entre si o que, sem dúvida, seria um primeiro passo para admitir que existem múltiplas matrizes de racionalidades no mundo. Reconhecer-se-ia, com isso, a diversidade cultural e a necessária interculturalidade (Walsh, Cucicanqui, Albó, Asiems), assim como que a vida é impossível sem conhecimento e que, portanto, estamos diante de diferentes modos de conhecer que se fazem presentes onde haja vida e haja gente e suas culturas. Para que possamos entender melhor as contradições do mundo atual é preciso ir além da crítica pós-moderna e, na perspectiva da subalternidade, apontarmos tanto na direção do que Enrique Leff chama racionalidade ambiental (Leff, 2005), como na direção da crítica pós-colonial, o pós-tradicionalismo, onde valores tradicionais podem ser reinventados não para olhar para o passado, mas como fonte de inspiração para a dignidade da vida futura.

Na América Latina e Caribe, há uma geopolítica hegemônica em curso que tem grandes projetos em pauta, com destaque para o IIRSA – Infraestrutura de Integração Regional Sul Americana; para o PPP – Plan Puebla Panamá e o Plan Colômbia/Plan Patriota. Nos três casos, é preciso ver que o combate aos movimentos sociais é parte da estratégia geopolítica, como bem se destaca no caso do combate ao zapatismo no PPP e das forças insurgentes na Colômbia e Peru, no caso do Plan Colômbia e Plan Patriota. No caso do IIRSA, a burguesia brasileira está numa posição privilegiada não só pela desproporção da magnitude de seus capitais vis a vis a burguesia dos demais países (a Petrobrás é, nesse caso, emblemática) como também pela poupança disponível no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDEs⁶⁸ - que dispõe de mais capitais para aplicar anualmente do que o Banco Mundial. É o BNDEs que tem dado suporte às empresas brasileiras, sobretudo de construção civil, como a Camargo Correa e Norberto Oderbrecht, mas também na área de

⁶⁸ Onde a letra esse, de social, tem na sigla o tamanho menor tal como lhe é reservado na prática.

energia, como a Petrobrás, e até mesmo na área de bebidas como a AMBEV. Destaque-se, ainda, o novo bloco de poder que vem se constituindo onde o complexo de poder técnico-científico-industrial-financeiro-midiático brasileiro vem operando com alianças estratégicas com o complexo estadunidense, com destaque para o setor ligado à energia, sobretudo aos combustíveis de biomassa, como se pode ver na constituição da Associação Interamericana de Etanol, fundada em 2006, e dirigida pelos Sr.s Jeb Bush e Roberto Rodrigues. A declaração “Da ALCA ao Álcool”, feita pelo Sr. Jeb Bush, é esclarecedora⁶⁹.

Nos países onde a força dos movimentos sociais deslegitimou as políticas neoliberais e proporcionou que alguns governos fossem ocupados por forças políticas que delas se afastam, ainda que de modo desigual, a geopolítica hegemônica vem operando por meio de tentativas separatistas com as oligarquias moderno-coloniais se apoiando em instrumentos de poder não submetidos a controles democráticos, como os seus meios de comunicação, como as que operam no Oriente boliviano, com Santa Cruz em destaque, em Guayaquil, no Equador ou em Zulia, na Venezuela.

Enquanto os setores dominantes buscam conformar uma nova territorialidade hegemônica, diversos grupos sociais buscam conformar outras territorialidades. É disso que vamos falar agora.

5. A Reinvenção dos territórios: perspectivas emancipatórias, territorialidades Emergentes

5.1 De Camponeses, de Indígenas, de Campesíndios ou de Indigenatos

Vimos como a constituição do sistema-mundo moderno colonial, desde 1492, implicou a conformação territorial de diferentes escalas de poder⁷⁰. A ordem mundial se constitui no mesmo movimento que conforma as demais escalas, sejam elas local, regional ou nacional. Por meio dessa conformação territorial, diferentes grupos e classes sociais se afirmaram,

⁶⁹ Ver Porto-Gonçalves, 2009. *Outra verdade inconveniente: a nova geografia política da energia numa perspectiva subalterna*.

⁷⁰ Podemos até mesmo falar de dialética das escalas, desde que evitemos a reificação que a expressão pode trazer vendo dialética nas relações entre o local, o regional, o nacional e o global. Só podemos falar de dialética das escalas se não olvidarmos que as próprias escalas são instituídas por sujeitos que processam o que normalmente se chama de processos instituintes. A relação da escala local com outras escalas e vice versa se faz através dos sujeitos que se formam e conformam sob determinadas relações sociais e de poder. Assim, é preciso ver a relação do local a partir dos que são do local, assim como os que são das diversas escalas. As escalas só existem na medida em que são agenciadas, agidas. Não existe escala a não ser por meio de sujeitos que agem por meio delas, se forjam ao forjá-las.

outros foram submetidos e negados. A América Latina e o Caribe tiveram um papel protagônico na constituição desse sistema-mundo moderno-colonial não só na primeira moderno-colonialidade, sob hegemonia ibérica, como na segunda moderno-colonialidade, sob hegemonia da Europa Norte Ocidental.

Se, desde o primeiro momento da primeira moderno-colonialidade houve r-existência, até porque toda dominação é contato com o dominado, portanto, lugar de atrito, as estratégias de sobrevivência dos setores subalternizados foram, ao longo tempo, diversas. Houve época que fugir para lugares de difícil acesso foi a forma de se libertar: os indígenas na bacia amazônica buscaram os altos cursos dos rios; os negros formaram seus *pallenques* e quilombos em lugares acidentados, ou nas furnas e cavernas, ou nos bosques fechados, ou acima das cachoeiras; ou nos mangues ou áreas insalubres para brancos (há situações *sui generis* de negros serem naturalmente protegidos contra a malária, como os que ocuparam o vale do Gurutuba, em Minas Gerais⁷¹). Em muitos lugares os indígenas preferiram ou aceitaram missionários protetores contra colonos ávidos por explorá-los. Enfim, foram várias e múltiplas as estratégias de sobrevivência. Todavia, só muito recentemente os povos originários ganharam maior visibilidade, apesar da sua r-existência histórica. São múltiplas também as razões para essa emergência que, por sua vez, nos permitem identificar um novo padrão de conflitividade e, assim, uma nova periodização das lutas sociais onde o território e as territorialidades ganham visibilidade.

Há razões próprias internas aos grupos sociais que se constituem em r-existência, que são impossíveis de serem identificadas no escopo desse trabalho⁷². Todavia, há uma série de eventos e processos que conformam condições de possibilidade para a emergência desses grupos em movimentos sociais, algumas já identificadas na primeira parte desse trabalho, como a reconfiguração dos blocos de poder tradicionais em *nuestra América* com as políticas de ajuste estrutural, sobretudo com a desmontagem dos velhos mecanismos de dominação, como o clientelismo, fisiologismo, mandonismo, gamonalismo, coronelismo,

⁷¹ Com o recente saneamento desse vale, as oligarquias branco-mestiças puderam adentrá-lo e a paz das comunidades negras vem sendo ameaçada por jagunços e pistoleiros a mando dos fazendeiros. Eis um caso emblemático da chamada modernidade entre nós: a chegada da ciência e da técnica de saneamento longe de emancipar chega como condição de opressão dos povos, tal e qual aqui chegaram as primeiras manufaturas moderno-coloniais nos séculos XVI e XVII.

⁷² Para isso remeto aos livros de Raul Zibechi e James Scott.

embora muitas vezes recriados por um estado que ainda mantém fortes traços patrimonialistas.

Talvez o último momento em que os camponeses como tais protagonizaram lutas emancipatórias em nosso continente tenha sido na Revolução Sandinista (1979-1989), na Nicarágua. Paralelamente a essa revolução, tivemos o avanço das políticas neoliberais, iniciadas com a ditadura sanguinária de Augusto Pinochet⁷³, com a ascensão ao poder de Ronald Reagan (1981-1989) e Margaret Thatcher (1979-1990). A tensão do campesinato versus oligarquias latifundiárias apoiadas no imperialismo passou a ser vivida com grande intensidade nesse contexto hegemônico por Pinochet-Reagan-Thatcher, sobretudo na guerra protagonizada pelos *Contra* para desestabilizar o governo sandinista (1979-1989), onde até mesmo dólares estadunidenses foram contrabandeados do arqui-inimigo⁷⁴ Irã por agentes da CIA, como o Sr. Oliver North, no episódio que ficou conhecido como o “escândalo Irã-Contras”. Nesse contexto, ganha destaque a luta dos povos originários, como foi o caso dos Miskitos do litoral caribenho da Nicarágua. Os Miskitos tinham razões miskitas para se oporem ao sandinismo, muito embora os *Contra* procurassem instrumentalizar essas razões num contexto de Guerra Fria enquanto luta contra o comunismo. Assim, a causa indígena aparecia como legítima, nesse caso como se fora uma guerra justa contra o comunismo. Todavia, insisto em companhia de Hector Diaz-Polanco⁷⁵, que haviam razões propriamente miskitas para a luta contra o sandinismo que se mantinham independentes das razões anti-comunistas invocadas pelo imperialismo. Entre essas razões se encontra a recusa dos miskitos ao “desenvolvimento das forças produtivas” tal como os sandinistas, por sua influência marxista, entendiam a emancipação dos indígenas⁷⁶. Aqui a colonialidade aparecia também no campo das esquerdas. A experiência do conflito miskito-sandinista-imperialismo na Nicarágua nos indica a passagem para um novo padrão de conflitividade na América Latina onde, ao mesmo tempo em que vemos a afirmação das políticas (e dos políticos neoliberais ou que se neoliberalizam), vemos o

⁷³ Que contou com apoio dos Estados Unidos e seus assessores, os Chicago's Boys.

⁷⁴ Arqui-inimigo dos EUA somente após a Revolução Xiita de 1979, pois até então o Irã era o principal aliado dos EUA na região sobretudo com Mohamed Rhexa Pahlevi.

⁷⁵ Diaz-Polanco, Hector 2004. *El Canon Snorry*. Ediciones de UACM, México.

⁷⁶ Uma situação análoga foi vivida em outro contexto revolucionário na América Latina, em 1952, na Revolução boliviana quando as esquerdas, ali também marcadas pelo eurocentrismo, ignoraram a propriedade comunitária dos povos originários - os ayllus - e impuseram uma reforma agrária com caráter campesino, com base na pequena propriedade privada.

protagonismo dos povos originários e dos afrodescendentes reconfigurando as lutas camponesas que passam cada vez mais a incorporar novas dimensões, como a natureza, a cultura e o território. Ou melhor, o território enquanto natureza + cultura, enfim, enquanto territorialidade.

A queda do muro de Berlin significou entre nós, latino-americanos, a potencialização política de possibilidades identitárias que se achavam semantizadas por uma leitura eurocêntrica das lutas de classes, onde terra e crédito, por exemplo, construía uma identidade camponesa e impedia outras dimensões que, agora, se politizam, como o indígena. No mesmo ano, 1989, em que o sandinismo é derrotado pela pressão dos *Contra* temos (1) a queda do muro de Berlin e, para surpresa diante do que vem sendo ressaltado, é também o ano em que ocorrem importantes manifestações *callejeras* que (2) derrubam o primeiro Presidente⁷⁷, por sua tentativa de tomar medidas neoliberais anti-populares a favor do corte do gasto público para fins sociais, aumento de tarifas, e outras visando a liberalização financeira. Essas manifestações *callejeras* serão, também no mesmo ano, alvo de massacres, como o Caracazzo, onde entre 1000 e 3000 pessoas morreram na Venezuela quando se manifestavam contra essas mesmas medidas⁷⁸. É ainda no ano de 1989 que ocorrem as duas grandes “Marchas pelo Território e pela Dignidade” na Bolívia e no Equador trazendo, novamente, os descendentes de Tupac Amaru, Tupac Katari e Sepé Tiaraju, para o centro da cena num novo quadro político. E, nesse mesmo ano ainda, os Estados Unidos bombardeiam a capital do Panamá⁷⁹ para prender o General Noriega, antigo aliado na luta contra o comunismo, agora acusado de narcotraficante, posto que já não mais necessário no novo padrão de conflitividade onde a luta contra o comunismo é substituída pela luta contra o narcotráfico. Esse novo padrão de conflitividade se consolida com a problematização que os movimentos sociais fazem, em 1992, das comemorações dos 500 anos da descoberta da América, sobretudo na reunião que ficará conhecida como ECO-92 ou Rio-92, organizada pela Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Ali estiveram presentes todos os chefes de Estado de todos os países do

⁷⁷ Raul Alfonsín se vê obrigado a abandonar seu mandato seis meses antes depois de tentar implantar o receituário recomendado pelo FMI e pelo Banco Mundial. Ele foi o primeiro de uma série que, até o ano de 2005, atingirá quase duas dezenas de presidentes derrubados.

⁷⁸ O massacre dos manifestantes populares nas ruas de Caracas abrirá uma ferida profunda nas forças armadas venezuelanas de onde, mais tarde, emergirá a figura de Hugo Chávez Frias por se rebelar contra essa violência praticada pelas forças armadas contra sua própria população.

mundo, num encontro jamais visto até então por sua representatividade formal. Ali, os povos indígenas tiveram um papel protagônico ao assinalarem que depois de 500 anos os países que surgiram contra os povos originários faziam uma reunião mundial para debaterem questões sobre as quais seus povos sempre demonstraram enorme conhecimento, sensibilidade e cuidado: água, ar, terra e vida (animal e vegetal). E o faziam com seus saberes e rituais, isto é, com suas culturas. A partir de então, o campesinato se transforma em indigenato, como antecipara Darci Ribeiro, onde cada vez mais passa a invocar a diversidade e a diferença. A partir da reunião da Rio-92 se inicia todo um ciclo de manifestações dos movimentos sociais em todas as grandes cúpulas mundiais, onde quer que se realizem. As lutas sociais também se globalizam assinalando que há muitas globalizações para além na globalização hegemônica fundada no e para o Grande Dinheiro. Quando o Grande Dinheiro tenta conformar blocos regionais-globais, como no caso do NAFTA, lá estão eles, os campesíndios, como serão chamados por Armando Bartra (Bartra, 2008), o mesmo indigenato de Darci Ribeiro, ocupando *las calles* no 1º de janeiro de 1994, agora enquanto zapatistas e lançando mão das mais modernas tecnologias de comunicação, como a internet. Os índios continuam querendo se espelhar, refletir, repercutir como protagonistas locais-regionais-nacionais-globais.

Quando observamos os conflitos sociais na América Latina e no Caribe, como faz o Observatório Social de Clacso, vemos que, além de vários protagonistas cujas lutas se dão nos marcos das contradições típicas do capitalismo, com as especificidades do período neoliberal atual, como na forte presença dos assalariados dos setores públicos e privados em luta contra a capitalização (no Brasil, diz-se privatização) de empresas públicas ou por melhores salários e emprego vemos, também, a forte presença de movimentos indígenas, de afrodescendentes e de campesinatos com diferentes matizes culturais, sobretudo em países como Bolívia, Paraguai, Equador, México, Guatemala, Colômbia, Chile (Mapuches) e Brasil (aqui, com destaque para os camponeses politicamente organizados no MST), que vêm pautando uma série de outras questões para além daquelas que emanam do capitalismo global que, sabemos, subjaz à formação social da América Latina e do Caribe.

Enfim, não compreenderemos a emergência de movimentos com forte potencial emancipatório na América Latina e no Caribe, se permanecermos prisioneiros de categorias

⁷⁹ Inaugurando operações aéreas que ficarão mais tarde conhecidas como Operação Pânico e Terror.

analíticas pensadas a partir de uma realidade específica como a Europa, por mais que tenhamos nos habituado com a idéia de um pensamento universal e, assim, válido em qualquer circunstância. Há uma colonialidade do saber aí implicada (Lander, 2006 [2000]). Afinal, entre nós, a colonialidade sempre fez parte de nossa formação moderna, desde o exclusivo colonial às políticas de ajuste estrutural e à dívida eterna. Mas dizer colonialidade é dizer, também, que há outras matrizes de racionalidade subalternizadas resistindo, r-existindo, desde que a dominação colonial se estabeleceu e que, hoje, vêm ganhando visibilidade. Aqui, mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age *entre* duas lógicas.

Assim, nessas resistências, r-existência, as epistemes e o território, onde a questão da terra tem um lugar central, ganham uma enorme importância não só pelo lugar que a ordem moderno-colonial nos destinou na divisão internacional do trabalho, como também pelo significado da natureza para a reprodução de qualquer sociedade, por mais que o antropocentrismo eurocêntrico acredite que a ciência e a técnica possam superá-la⁸⁰. Vimos como a revolução recente nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia reconfigurando a vida, as plantas e os animais, enquanto germoplasma (biotecnologia), ao mesmo tempo em que amplia, como nunca antes, a dependência de todo o complexo de poder hegemônico pelos países centrais de todos os elementos da tabela periódica da química, além dos sintéticos, assim como demanda cada vez mais água e energia. E como os elementos da tabela periódica não são somente símbolos químicos, mas jazidas situadas em espaços territorializados, vemos explodir múltiplos conflitos de territorialidades onde cumprem um papel destacado as matrizes de racionalidade fundadas em civilizações outras tanto de povos originários como de afrodescendentes, muitos enquanto camponeses étnica e/ou culturalmente diferenciados (indigenatos).

⁸⁰ - Além disso, na geografia do imaginário eurocêntrico coube-nos o lugar da natureza, onde até mesmo os povos são (da selva) selvagens, cabendo à Europa o lugar da cultura.

O Tawantinsuyu⁸¹, um dos amplos territórios aqui constituídos antes do grande encontro com os europeus e sua Cruz, Espada e Dinheiro, abrangia grande parte da atual América Andina, com centro político em Cuzco, estava baseado no *ayllu* enquanto unidade territorial. Cada *ayllu* é constituído por uma comunidade que tem algum antepassado em comum ou alguma outra referência identitária que pode ser uma montanha, um bosque ou um rio. Nesses *ayllus*, a propriedade comum da terra era periodicamente distribuída em lotes (*tupus*) entre os membros da comunidade de acordo com suas responsabilidades familiares, que os explorava enquanto uma unidade particular. Sempre que a necessidade de redistribuir os *tupus* era sentida, os *ayllus* se reuniam sem que houvesse um prazo abstrato, pré-estabelecido, que não fosse determinado pelas necessidades tal e como são percebidas pelos seus habitantes. O princípio da complementaridade constituía esses povos e os pisos ecológicos de *terras calientes*, *tierras templadas* e *tierras frías* longe de serem unidades separadas, ao contrário, eram complementares num sistema territorial que tomava as condições naturais como piso. No sul do continente, os diversos povos hoje conhecidos como *pehuenes* ou *mapuches*, atravessavam os Andes transportando gado através dos vales ocupando complementarmente os territórios hoje hegemonzados pelo Chile e pela Argentina. Os Andes não separavam, apesar da sua onipresença. Os *ayllus* são anteriores à existência do sistema incaico, que os subordinou ao seu sistema de castas, mas sobreviveu não só ao sistema opressivo incaico como, também, à conquista colonial espanhola e às repúblicas independentes, chegando aos nossos dias com as alterações que, criativamente, as comunidades quíchuas e aymaras fizeram nas circunstâncias históricas que se apresentaram. As mulheres cumpriram um papel destacado na reprodução desses valores e instituições. A reciprocidade que Aníbal Quijano (Quijano, 2000) destaca em seus trabalhos emana dessas matrizes histórico-culturais e inspira valores que informam não só as práticas cotidianas como as lutas de resistência do indigenato e de muitas comunidades originárias tanto no campo na cidade. Há, aqui, muito de mudança e muito de permanência.

Na América Latina e no Caribe, há um componente étnico e racial conformando as classes sociais (Aníbal Quijano), que tem na monopolização das terras por brancos e seus descendentes *crioulos* sua base e, assim, entre nós, a estrutura de classes é etnizada. A

⁸¹ - A outra grande formação territorial pré-existente à chegada dos europeus é o Anauac que abrangia grande parte desde a atual América Central (Guatemala e México) ao Texas, Novo México, Arizona, Utah e à

questão agrária emerge, hoje, não só em suas dimensões social e política, mas também epistêmica, impulsionada por movimentos que explicitam suas reivindicações territoriais, sejam eles afrodescendentes, indígenas e povos originários, além de outros como os seringueiros, geraizeiros, retireiros (Rio Araguaia), faxinalenses.

O arranjo espacial que as populações subalternizadas se viram criativamente obrigadas a conformar em contextos históricos no limite da sobrevivência (genocídio, etnocídio) nos mostra que, hoje, invariavelmente ocupam áreas longínquas, ou de difícil acesso ou desconectadas dos principais circuitos mercantis. Todavia, essas áreas, hoje, vêm se tornando estratégicas do ponto de vista hegemônico por meio da revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia porque são áreas (1) com grande diversidade biológica, água, energia (carvão, petróleo, gás e lítio); (2) ricas em minerais (cobre, bauxita, ferro, manganês e toda a tabela periódica da química) ou (3) são áreas extensas com relevo plano e grande disponibilidade de insolação, é dizer, áreas tropicais. Assim, áreas que, até recentemente, ficaram relativamente à margem do desenvolvimento capitalista se tonam estratégicas, como o Oriente boliviano, o Chaco paraguaio e argentino, a Patagônia argentina (Gutiérrez, 2003), além dos Cerrados brasileiros, *'la gran sabana'* venezuelana e, ainda, toda Bacia Amazônica (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) que, sobretudo, nos seus contrafortes andinos abriga uma diversidade biológica ainda maior, condição que se prolonga por toda a América Central, desde o Panamá até Puebla no México, onde a tropicalidade também está associada a gradientes altimétricos na Sierra Madre, inclusive a região da Selva de Lacandona chiapaneca e no Peten guatemalteco. Além dos enormes recursos de diversidade biológica e água essas áreas abrigam, como já o indicamos, enormes recursos energéticos, sobretudo de gás e lítio – a Bolívia detém os maiores reservas da América desses recursos, sendo as de lítio⁸² as maiores do mundo -, além de petróleo na Amazônia equatoriana e peruana, assim como na fronteira colombiano-venezuelana e, também, no México.

Califórnia.

⁸² O lítio, na sua forma pura, é um metal de coloração branco-prateada, que se oxida rapidamente no contato com o ar e a água. É um elemento sólido - o nome lítio vem de pedra -, porém leve, sendo empregado especialmente na produção de ligas metálicas condutoras de calor, em baterias elétricas e, seus sais, no tratamento de transtorno bipolar. Na crise energética que se avizinha, o lítio se coloca como um mineral estratégico.

Essas áreas são ocupadas por povos invisibilizados, muitos dos quais aqui estão há mais de 12.000 anos, ao contrário do que afirma a ideologia dos conquistadores que nomeia como vazios demográficos e desertos as áreas que querem submeter. Só mesmo a colonialidade do pensamento hegemônico pode ignorar o conhecimento tecido por esses diferentes povos nessa história milenar. Entretanto, essa mesma arrogância que nega a esses povos a condição básica de produtor de conhecimento, foi muito pragmática sabendo dele se aproveitar para ocupar os lugares e reconhecer seus recursos para explorá-los (Buarque de Holanda, 1994). Aliás, ainda hoje a exploração desse conhecimento ancestral se faz por meio da etno-bio-pirataria, já que a bio-pirataria é incomparavelmente menos rentável. Afinal, o que os novos piratas⁸³ se apropriam não é da planta ou do bicho, o que configuraria a *bio*-pirataria mas, sim, o conhecimento que os povos originários, os indígenas, os vários campesinatos, os afrodescendentes têm sobre as plantas e os bichos e, assim, é de *etno*-bio-pirataria que se trata. Afinal, para esses povos o conhecimento não é produzido por algum indivíduo isolado e, como ninguém se apresenta como sendo o seu proprietário individual, é entendido como não-propriedade e, assim, pode, lockeanamente, ser apropriado por outrem posto que não se apóiam no direito natural tal como etnocentricamente se os toma. Mais uma vez, luta política e luta de racionalidades distintas. De um lado, temos o conhecimento acerca da natureza como conhecimento coletivo e comunitário *inscrito* na língua (oralidade), que está entre os homens e mulheres e não é de nenhum deles individualmente e, de outro, os que querem leis de acesso e de patentes, que só reconhecem o conhecimento quando feito em laboratório e que possa ser patenteado, que está *escrito*, enquanto propriedade privada e individual.

Em 1993, quando trabalhava no norte da Bolívia, no Departamento de Pando, ouvi de um camponês a afirmação: “*não queremos terra, queremos território*”. Pela primeira vez ouvira a expressão território falada fora do âmbito acadêmico ou de juristas. Comecei a entender que o território pode ser reinventado, ao vê-lo recusar o debate sobre a reforma agrária nos marcos teórico-políticos ocidentais, onde a terra é vista como meio de produção, somente. Ali, ganhou forma uma idéia que já vinha percebendo nas minhas andanças amazônicas junto ao movimento dos seringueiros no Acre, junto com Chico

⁸³ - Os novos piratas, diga-se, de passagem, são as grandes corporações capitalistas dos setores de fármacos, da engenharia genética, de sementes industriais entre outros.

Mendes (Porto-Gonçalves, 2001), onde pude aprender que, mais do que terra, eles queriam a floresta para se reproduzirem enquanto seringueiros. Ali, sequer era a terra o que pleiteavam, já que seu objeto de trabalho era a árvore da seringueira, embora também praticassem a pequena agricultura e criassem animais junto à casa e, ainda, a caça e coleta de frutos, resinas e medicinas, como se diz em espanhol. As principais marcas na terra do que era de cada um, eram as próprias casas e seus roçados e, principalmente, a *estrada* com as árvores de seringueira que se percorre coletando látex. Tinham essas *estradas* a forma de um balão cuja boca se iniciava nas proximidades da casa. Por essa boca se adentrava a *estrada* a coletar o látex e por ela se saía retornando à casa. A área interna desse balão não era propriedade privada, mas partilhada com outras famílias que ali quisessem caçar ou coletar (Porto-Gonçalves, 2001). Assim, combinavam apropriação familiar e comunitária dos recursos naturais. O fundamento conceitual do direito romano, que inspira epistemicamente o direito brasileiro consagrando a propriedade privada, não reconhecia essa forma de apropriação que combina propriedade familiar e área de uso comum dos recursos naturais embora no Acre. Em 1970, aproximadamente 70% dessas terras estavam ocupadas por essa forma de organização do espaço sem nenhuma regulação estatal. Sem dúvida, a resistência dos seringueiros contra os madeireiros e fazendeiros a partir dos anos 1970 tem, aqui, uma de suas razões (Porto-Gonçalves, 2001, 1998 [2003]). Compreendi, assim, que pensar a terra a partir do território implica pensar politicamente a cultura. Assim, eram racionalidades distintas em conflito. Concretamente a luta política era também uma luta para afirmar outras epistemes. Naquelas circunstâncias, inventou-se uma determinada territorialidade, a *reserva extrativista* onde, inclusive, se rompe com a tradição eurocêntrica de, como sempre, separar, ali, no caso, a natureza da sociedade, como se faz nas unidades de conservação⁸⁴.

Conto essa história para falar da invenção de um conceito a partir de movimentos sociais cuja luta, vê-se, é um lugar próprio de produção de novos conhecimentos. A partir daqui não há como não trazer ao debate, pela sua atualidade, a correspondência trocada entre Karl Marx e Vera Zasulich, em que a intelectual russa conduz Marx a perceber de modo distinto essa combinação de terras familiares e terras comuns, tal como partilhadas

⁸⁴ - A apropriação e resignificação do vetor ecológico global pela luta camponesa é, aqui, evidente. Arturo Escobar e Líbia Grueso perceberam o mesmo entre os afrodescendentes no litoral do Pacífico Sul

pelos camponeses russos no *mir*. O entusiasmo de Marx chega ao ponto de afirmar que o *mir* russo estava mais próximo do comunismo do que qualquer outra formação social⁸⁵. E, para além do que tanto se falou sobre a tacanhez camponesa e sua propriedade individual familiar, é preciso resgatar que na origem do capitalismo está não o camponês, como se acreditou sobretudo com as análises de Marx sobre a diferenciação interna ao campesinato e o emburguesamento de sua camada superior (gentrificação ou culaquização), mas, sim, o cercamento dos campos (*enclousers*), o que implica dizer que, também lá na Europa, foi por meio da apropriação privada das terras comuns que se quebrou a unidade familiar-comunal camponesa⁸⁶. O *mir* russo, o campesinato europeu e suas terras familiares e comunais, os ayllus, a territorialidade seringueira têm mais em comum do que se quer admitir.

É o que vem sucedendo também nos últimos 30 anos no Planalto Central brasileiro, onde vastas áreas planas das chapadas cobertas por cerrados vêm sendo capturadas pelas grandes latifúndios empresariais do agronegócio, áreas essas historicamente usadas pelos camponeses como *campos gerais*, isto é, campos que pertencem a todos (são *gerais*). Ali, os camponeses usam os fundos dos vales para a agricultura, onde cada família tem seu próprio lote, e as chapadas como área comum (*gerais*). A reprodução camponesa se vê, assim, impossibilitada na medida em que lhe são amputadas suas terras comuns num processo muito semelhante àquele analisado por Tomas Morus e por Karl Marx sobre o cercamento dos campos na Inglaterra. Um dos romances mais originais da literatura brasileira traz em seu título a unidade das duas paisagens que dominam nossos cerrados segundo a lógica camponesa. Trata-se de *Grande Sertão, Veredas*, de Guimarães Rosa, em que o *grande sertão* são as chapadas e as *veredas* são os seus vales. Hoje, graças à iniciativa dos *geraizeiros*, camponeses organizados em torno do sindicato de trabalhadores rurais no município de Rio Pardo de Minas, em Minas Gerais, de ocupar esses *gerais* que vinham sendo plantados com monoculturas de eucalipto com sérias implicações hídricas e

colombiano.

⁸⁵ - Uma bela passagem de recusa ao evolucionismo linear característico do pensamento eurocêntrico que, por vezes, ronda o próprio Marx. Talvez o lugar de onde fala Vera Zasulich não permita essa linearidade, posto que na Rússia a contemporaneidade de temporalidades distintas nos lembre as mesmas contribuições de José Carlos Mariátegui para a América.

⁸⁶ - Merece ser devidamente considerada essa histórica resistência do campesinato como formação social, talvez por essa habilidade adquirida por atuar entre o mercado, a que sempre compareceu, e o uso comum dos recursos naturais, que sempre praticou. Talvez mereça ser olhada com mais atenção a distinção sutil de Kautsky entre camponês e agricultor. A subordinação exclusiva ao mercado marcaria esse deslocamento.

sociais, há uma aberta luta de reapropriação da natureza para estabelecer o uso combinado familiar-comunitário com a proposta de Reservas Agroextrativistas, numa reinvenção da Reserva Extrativista dos seringueiros da Amazônia. Há, assim, modos distintos de se apropriar da terra por meio de cultura distintas e, deste modo, é de territorialidades distintas que estamos falando.

O mesmo pode ser apontado com relação às populações negras e seus territórios de liberdade, os quilombos e *pallenques*, inventados nas circunstâncias de regimes escravocratas desde o período colonial. Nesses espaços de liberdade, invariavelmente, as comunidades fazem *uso comum* dos recursos naturais (Oslender, Escobar). São espaços geralmente localizados em áreas de difícil acesso aos brancos conquistadores - ora afastados das principais rotas de exploração comercial, ora nos lugares de relevo acidentado, ora em lugares de mata cerrada, ora em lugares alagados, ora se aproximando de populações indígenas e de brancos pobres - o fato é que esses amplos espaços são, hoje, reivindicados por populações negras como territórios a serem reconhecidos. No Brasil, a Constituição de 1988 reconheceu, formalmente, o direito das populações remanescentes de quilombos, maioritariamente negras, a terem seus territórios demarcados, muito embora os procedimentos nesse sentido se façam morosamente. Talvez o Pacífico Sul colombiano (Tumaco, Buenaventura) guarde o melhor exemplo das lutas dessas populações afrodescendentes que, à semelhança do que fizeram os seringueiros brasileiros, também souberam capturar um dos vetores da ordem global, o ecológico, e resignificá-lo, aqui, afirmando que o “território é igual a biodiversidade mais cultura”, como explicitamente formularam (Escobar e Grueso). Na Colômbia já seriam cerca de 4 milhões de hectares demarcados desde o reconhecimento desses direitos dos afrodescendentes tornado possível pela nova Constituição de 1991. No caso da Colômbia, o reconhecimento formal de extensões de terras tão significativas tornou as populações negras mais visíveis e, assim, mais expostas a ataques de grupos paramilitares, como tem sido o caso de massacres sucessivos na região de Urabá, conforme Gloria Cuartas em depoimento pessoal.

É ainda em torno da questão agrária que vai emergir um dos mais importantes movimentos sociais da América Latina e Caribe, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no Brasil. Sua estratégia de apropriação de terras com seus acampamentos e assentamentos tem contribuído, tal como na Colômbia, para que as classes dominantes

tradicionais, não acostumadas à lógica do direito mas, sim, à *lógica do favor*, apelem para a violência aberta, como o demonstram os grupos paramilitares colombianos e o aumento da violência privada no Brasil, como vem ocorrendo nas regiões de expansão dos grandes latifúndios produtivos do agronegócio, como demonstram fartamente documentos da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2004). No primeiro ano do governo do Presidente Lula, cuja candidatura contou com apoio aberto do MST, não só aumentou a violência privada (número de famílias expulsas de suas terras, de assassinatos de trabalhadores rurais, de pessoas ameaçadas de morte no campo) como, também, da violência (tida como) legítima por parte do Estado, agora com a particularidade de uma ação repressiva descentralizada, por meio da ação dos poderes executivo e judiciário das unidades político-administrativas de nível imediatamente inferior ao governo nacional (os estados, como são nomeados no Brasil), com destaque para o estado de Mato Grosso, governado pelo maior produtor de soja do mundo, onde foram registrados os maiores índices de conflitividade, de violência privada e de violência do poder público do país (Porto-Gonçalves, 2004).

O MST mantém uma articulação política nacional com ampla capilaridade em todas as unidades administrativas do país, seja por meio de acampamentos ou de assentamentos onde, além da apropriação da terra enquanto condição material da vida, criam por todo lado escolas de formação cultural e política e, assim, se apropriam das condições simbólicas de produção. Há, pelo menos, duas dimensões territoriais da ação política do MST que merecem destaques. A primeira diz respeito à mobilização e recrutamento de populações sub-urbanizadas que constituem um universo sociogeográfico de enorme importância não só no Brasil, como no mundo todo. Ao que se saiba o MST é o primeiro movimento social que, enquanto tal, tenta promover uma inversão do fluxo migratório que vinha se fazendo em direção às grandes aglomerações (Porto-Gonçalves, 1996). O MST, ao organizar politicamente um movimento que revaloriza a terra e o campesinato, vai ao encontro de uma nova geografia do fenômeno urbano mundial nos últimos anos. Apesar da franca hegemonia da ideologia desenvolvimentista eurocêntrica, não é nos países industrializados que se encontra a maior parte da população urbana mundial. Hoje, de cada 10 habitantes em cidades no mundo, 7 estão na Ásia, na África e na América Latina e Caribe e somente 3 na Europa, EUA e Japão! A ideologia do urbano como ‘modelo de civilidade’ não corresponde à realidade cotidiana onde estão 70% da população urbana do planeta. Dos quase 3 bilhões

de urbanos (2,923 bilhões), cerca de 924 milhões estão em favelas, sendo que dessa população favelada, 94% está na África, na Ásia, na América Latina e Oceania, segundo a ONU. Ou seja, a população vivendo em favelas no mundo é maior do que a população total dos países desenvolvidos (Canadá, EUA, Japão e Europa)!

Na verdade, a significação dessas aglomerações *sub-urbanas* ensejou uma expressão - *periferia* – que indica que estamos diante de um fenômeno de outro tipo, nem urbano nem rural. A população dessas periferias, além da enorme vulnerabilidade ao risco de causa imediata natural - chuvas, enchentes, furacões, terremotos - vivem um ambiente de insegurança generalizado, onde a principal *causa mortis* entre jovens é o assassinato!

Se ainda hoje “a cidade conserva o prestígio que lhe fora atribuído pela Grécia Antiga, como lugar onde se forja a democracia e a civilidade dos humanos”, (Leff, 2001: 288), em nenhum sentido é a urbanidade e a civilidade⁸⁷ que encontramos em aglomerações como o Rio de Janeiro, a Cidade do México, Caracas, Bogotá, La Paz, Quito ou Assunção⁸⁸. A violência é a mais aberta demonstração do quanto estamos longe de ter a mais elementar regra de civilidade de um regime democrático, isto é, o convencimento pela palavra, pela argumentação e não pela força ou pela bala. O crescimento da população vivendo em cidades no mundo não tem sido acompanhado pela cidadania! Nesse sentido, a politização dessas populações, para o que vem contribuindo em parte o MST, aponta para um fenômeno de maior envergadura e mais profundo do que o precário debate fechado nos marcos da ideologia moderno-colonial que continua a pensar de modo evolucionista unilinear (Porto-Gonçalves, 2006) como se a humanidade tivesse condenada ao mesmo percurso dos países da segunda modernidade com o êxodo rural e a urbanização. O grande número de vítimas da tragédia que recentemente atingiu o Índico asiático e africano, no tsunami de 2004, devemos atribuir a essa desruralização sub-urbanizadora que vem acometendo a humanidade inteira com a expansão do capitalismo e sua ideologia moderno-colonial.

A segunda dimensão territorial a ser destacada nas práticas do MST, aqui junto à Via Campesina, diz respeito à urbanização da questão agrária por meio da politização do debate

⁸⁷ - Os dicionários ainda acusam que urbano é sinônimo de educado, assim como urbanidade é sinônimo de civilidade.

⁸⁸ - Ou, ainda, em Bombaim, Lagos ou Joannesburgo ou onde vivem os mais pobres de Nova Iorque, Paris ou Tóquio Segundo a ONU, 53 milhões da população favelada do mundo vive nos países do primeiro mundo!

técnico. Paisagens monótonas de monoculturas indicam não só que outros desenhos paisagísticos estão sendo suprimidos (expulsão de populações originárias, de afrodescendentes e de campesinatos vários), como estão associadas a desequilíbrios ecológicos (vaca louca, pneumonia asiática, gripe do frango, *stress* hídricos, erosão de solos e de diversidade genética) e a um regime alimentar midiaticamente induzido⁸⁹. É a questão básica, não da produção de alimentos, mas da reprodução que está em jogo na luta pelo controle das sementes que, no fundo, é uma luta pelo modo de produção nos sentidos material e simbólico do modo de comer que caracteriza cada cultura, cada povo. Assim, o debate em torno da transgenia é, também, político e epistêmico.

Há, ainda, muitas outras lutas emancipatórias com forte conteúdo de autonomia e que sinalizam para outras territorialidades, como o indicam o Cabildo Abierto nascido da Guerra del Água em Cochabamba no ano 2000; as comunidades de *vecinos* (operários e indígenas sub-urbanizados que mantêm relações de reciprocidade) de La Paz e El Alto; as Juntas de Bom Governo dos Caracoles zapatistas; as organizações de base distrital e comunitária dos indígenas e camponeses equatorianos (CONAIE e Pachakutik); o indigenato do Chapare, na Bolívia, que emerge na luta contra a erradicação da coca e, assim, em confronto aberto contra o imperialismo; entre os *piqueteros* argentinos. A reciprocidade e a autonomia se fazem aí presentes, sob relações que combinam o que é familiar/individual e o coletivo e/ou comunitário e que ensejam, na sua própria base, a necessidade do diálogo, no sentido forte da palavra, até porque muitas de suas normas consuetudinárias têm que ser agenciadas na presença do outro para entrarem em vigência, como se vê, sobretudo entre os descendentes dos povos originários, de camponeses ou de afrodescendentes. Afinal, são normas que estão *inscritas* nos seus corpos e não *escritas*. Implicam, assim, protagonistas que ajam com corpo presente para ouvir a palavra do outro. Muitas dessas populações carregam consigo a modernidade até por a terem experimentado pelo seu-outro-lado colonial, desde sempre, e se vêm tendo que dialogar com o outro, o que vêm fazendo sob condições de subalternização. *Sabem* a modernidade por tê-la *saboreado*⁹⁰

⁸⁹ - E. Thompson em *Costumes em Comum* nos chama a atenção que a geração pós-anos 60 é a primeira na história da humanidade em que a produção de necessidades escapa aos círculos de socialização primário, como a família, por exemplo. Cada vez mais quem produz as necessidades são as máquinas midiáticas.

⁹⁰ - *Saveur* e *savoir*, saber e sabor.

pelo seu lado amargo, mas o fazem a partir de recursos epistêmicos próprios, resignificados e atualizados. Comportam, assim, uma gnose dupla (Mignolo, 2003).

5.2 - Estado monocultural e tensões de territorialidades: novas questões epistêmico-políticas trazidas pelos movimentos emancipatórios

É fundamental que atentemos para essas novas territorialidades que estão potencialmente inscritas entre esses diferentes protagonistas e que se mobilizam com/contra as conformações territoriais (e os grupos/classes sociais que as instituíram) que estão em crise, tentando identificar suas possibilidades e seus limites emancipatórios. Há novas conflitividades se sobrepondo às antigas. Nessa imbricação de temporalidades distintas, a questão do território se explicita com a crise do Estado.

Muitos dos movimentos acima arrolados se voltam para lutas de caráter local e regional num processo contraditório que tanto pode apontar para perspectivas emancipatórias, como para afirmar perspectivas hegemônicas que historicamente procuram segmentar, dividir (*divide et impera*). Ao mesmo tempo, é possível identificar nas estratégias hegemônicas a importância que emprestam ao controle do aparelho do Estado centralizado enquanto afirmam por meio dos seus ideólogos o discurso sobre o poder local. Nunca o capital conseguiu tal controle desse aparelho estatal centralizado como hoje, ao mesmo tempo em que mantém uma ideologia neoliberalizante de estado mínimo por meio dos seus intelectuais e da mídia.

Assim, o Estado Territorial soberano vem sendo pressionado, por cima, pelas grandes corporações empresariais globais para constitucionalizar seu direito à livre circulação, combatendo a universalização de direitos, tal como os movimentos operários e populares propugnavam, e desenvolvendo estratégias de reconhecer o direito à diferença mais do que o direito à igualdade. Embora políticas de afirmação da diferença venham sendo incorporadas em diferentes reformas constitucionais em diferentes países, a análise das possibilidades e limites de um ponto de vista emancipatório pode ser melhor aferida a partir daqueles países em que os movimentos que protagonizam essas propostas alcançaram maior visibilidade política.

Tomemos, então, o exemplo do Equador que, talvez, mais que qualquer outro país venha sendo debatida a idéia de pluralismo jurídico que afirma respeitar os direitos dos

povos indígenas. Ali, “a legalização do pluralismo jurídico vem sendo entendido como um elemento do que chamam *empoderamento*⁹¹ (sic) dos povos indígenas, com o fortalecendo da jurisdição indígena. Todavia, como anota Assies (apud Walsh, 2002), “la legalización bien puede ser un dispositivo en la tecnología del poder, dominación y domesticación”. Por isso, não há nada inerentemente progressista ou emancipador no pluralismo legal (Sousa apud Walsh, 2002). Catherine Walsh assinala, ainda, que “o mero fato de que exista mais que um sistema (jurídico), não assegura que haverá justiça adequada e apropriada. Não se assegura que a suposta superioridade do direito positivo e estatal não se imporá sobre o outro, que os direitos individuais e os direitos coletivos não entrarão em contradição, ou que o problema das relações de poder e dos conflitos interculturais desaparecerá. Tampouco assegura uma consideração da real complexidade da diversidade - tanto étnica como de gênero, classe social, localização geográfica -, nem uma mudança imediata nas crenças e atitudes das pessoas. De fato, e como bem assinala Albó (2000), demasiadas vezes complicam a situação prévia. Isso pode ser evidenciado, por exemplo, na aplicação contraditória de conceito de "território" dentro dos mesmos direitos coletivos. Ao outorgar títulos de propriedade coletiva, o Estado reconhece os donos ancestrais, mas ao dar concessões territoriais a companhias de extração mineral (como as petroleiras, etc.), define a partir de sua própria racionalidade (e interesse econômico) o que é o que não é "território". De fato, ao excluir a água e o subsolo e limitar o conceito de território à superfície, rompe com as bases tradicionais e esquemas culturais sobre as quais os direitos coletivos supostamente se fundam. (...) O pluralismo jurídico parte da necessidade de uma interpretação *pluricultural* das leis, é dizer, do reconhecimento de diferentes funções, contextos e fins sociais das distintas normas jurídicas. Neste sentido, o pluralismo jurídico reflete uma aplicação da *pluriculturalidad oficial*⁹² (...): acrescenta um sistema baseado no reconhecimento e inclusão indígena à estrutura legal, sem fazer maior transformação em termos de outro sistema não-indígena. *O propósito é dar atenção e cabida à particularidade étnica, não a repensar a totalidade.* (...) Com a necessidade de normativizar e codificar em forma escrita os procedimentos e práticas vivenciais que, com

⁹¹ - Empoderamento. Essa substancialização do poder vai contra tudo que a ciência política e a filosofia acrescentaram nos últimos 30/40 anos. É como se o poder fosse uma coisa que se pudesse dar a alguém. Enfim, ...

⁹² - Aqui, a autora está enfatizando a distinção entre a interculturalidade, que defende, e a pluriculturalidade.

os anos, vêm sendo constantemente re-criados, vem a tendência de generalizar e homogeneizar a interpretação do "dever ser" (Albó 2000), ao fazer ressaltar a diferença oposicional entre o sistema (e não *os* sistemas) indígenas e o sistema ocidental-estatal. A existência do que alguns autores chamam "hibridismos" ou "sincretismos" jurídicos, é dizer, os processos sociais dinâmicos da construção de fronteiras (Assies 2000) e *a habilidade e prática que existem em muitas comunidades de mover-se entre sistemas e esquemas de administração de justiça* (mais uma vez os grifos são meus), normalmente ficam fora da codificação. E, por isso, o "dever ser" escrito pode converter-se em outra imposição.

Sugerir que o problema da interculturalidade é simplesmente um problema do tratamento dos indígenas e não um problema histórico e estrutural de toda a sociedade pode cair em fundamentalismos e etnicismos que muitas vezes servem para promover a segmentação e separação. Também é ceder frente à necessidade de construir uma proposta civilizatória alternativa, à construção de uma proposta civilizatória alternativa a um novo tipo de estado e a um aprofundamento da democracia (Ramón apud Walsh, 2002) que comprometa a todos.

Xavier Albó (Albó apud Walsh, 2002) em artigo recente insiste nas abordagens que informam práticas políticas unidirecionais e que, segundo ele, 'num mundo cada vez mais entrelaçado', deveríamos estabelecer 'o diálogo em ambas as direções'. Catherine Walsh, no mesmo sentido, aponta que 'não devemos reproduzir a polarização tão comum no direito positivo, entre um direito absolutamente individual ou absolutamente coletivo à propriedade, por exemplo. Tampouco é de presumir que o direito consuetudinário deve evoluir para o direito "positivo e ordinário" (o que supõe, ironicamente, que o consuetudinário é "negativo" e "não-ordinário"). Melhor, como sugere Albó, é buscar um enriquecimento e possível convergência intercultural jurídica, que também permita incorporar de baixo para cima alguns princípios subjacentes no direito indígena ao direito estatal e, por sua vez, construir uma convivência social onde a diferença e a igualdade possam começar a entrelaçar-se" (WALSH, C. 2002). Enrique Dussel vem falando em transmodernidade.

Temos, assim, o que podemos chamar de autonomias débeis, como vem ocorrendo com os territórios reconhecidos e destinados tanto aos afrodescendentes, aos indígenas e a outras

populações socioculturalmente diferenciadas, como o seringueiros, os retireiros, as mulheres quebradeiras de coco de babaçu, como se pode ver no Brasil, na Colômbia, no Equador, no México. Nesses casos, cada uma das diferentes territorialidades vem se mantendo à margem das outras e, assim, a diferença tende a perder seu dinamismo como decorrência do próprio isolamento (gueto). Destaquemos que, entre nós latino-americanos e caribenhos, o se mover entre códigos é, desde o grande encontro de 1492, um componente estruturante de nossa formação moderno-colonial.

Nessa tensão de territorialidades o coletivo/comunitário se coloca, quase sempre, contrário à exclusividade da propriedade privada que, sendo espaço de uso exclusivo é, já aí, de exclusão, enfim a base de um espaço mutuamente excludente, de soberania absoluta, que subjaz ao conceito de território nas matrizes hegemônicas do pensamento moderno-colonial. Assim, é preciso que superemos a lógica dicotômica, a lógica do *ou* aquilo e, definitivamente, aceitemos as lógicas relacionais, plurais e que nos apontem para territorialidades de outros tipos.

Nesses diferentes movimentos com potencial emancipatório é possível identificar algumas características importantes, como (1) a luta pela apropriação das suas condições materiais de produção (água, gás, energia, biodiversidade, terra só para ficarmos com as explicitadas) assim como da criação das condições para sua própria reprodução simbólica (escolas, universidades livres, rádios comunitárias, posses de *rappers*). Na junção dessas duas dimensões é que a invenção de territórios ganha sentido, na exata medida em que comporta as dimensões material e a simbólica geograficamente conformadas. Além disso, a formação social que enseja a existência desses movimentos implica, como vimos insistindo, (2) a conformação simultânea de grupos, segmentos, classes, etnias, comunidades, estamentos, camadas, enfim, distintas formações de sujeitos sociais que buscam se realizar por meio de diferentes escalas e conformações territoriais. Walter Mignolo (Mignolo, 2003) caracterizou essa multi-escalaridade como histórias locais e projetos globais que se conformaram reciprocamente.

Aqui, nessas experiências de conformação de novas territorialidades a partir de diferentes *topoi* e suas diferentes epistemes, há uma modernidade sofrida que, como tal, comporta uma dimensão de emoção que a razão moderna hegemônica com suas abstrações objetivistas mantém separada. Nelas há uma exigência de proximidade – ‘somos

olvidados’, ‘não somos vistos’, ‘somos abandonados’ – que exige que a política lhe seja algo mais próximo, mais presente, ao contrário das hierarquias, das representações, das centralizações. Ao buscarem se apropriar das condições materiais de produção e de reprodução (escolas, universidades livres, rádios comunitárias e posses) retomam uma tradição do próprio movimento operário. A cultura toma um lugar de destaque, tanto quanto fora decisiva para construir uma cultura operária de classe⁹³. O abandono dessas práticas que conformaram uma cultura operária própria (associações de ajuda mútua, clubes e escolas próprios) é, em grande parte, responsável pela apatia e pelo consumismo, sobretudo, quando se passou a privilegiar o controle do Estado com a forma partido (Zibechi, 2000). A presunção universalista do pensamento hegemônico eurocêntrico, além do legado de genocídio, de etnocídio e de ecocídio já devidamente demonstrados, nos legou, também, um enorme desperdício de experiências (Boaventura de Sousa Santos), na medida em que impediu a humanidade de conhecer diferentes instituições inventadas em diferentes circunstâncias e que bem poderiam inspirar outras formações sociais, e a cada um, na invenção criativa de soluções para seus próprios problemas. Somente a presunção universalista eurocêntrica pôde acreditar que o Estado Territorial centralizado, com seus poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e, agora, o Mercado, pudessem ser uma Panacéia.

Não tem sido tranqüilo, nem recente, esse caminhar em busca de novas conformações territoriais. Diferentes movimentos sociais experimentaram contradições quando buscaram articular outras escalas de poder, sobretudo, a nacional. A Revolução de base indígena-campesina mexicana de 1910 nos deu um Partido Revolucionário Institucional que substituiu seus protagonistas e submergiu na corrupção; os revolucionários russos de 1917 se viram diante do dilema entre centralismo e conselhos (*soviets*) e acabaram privilegiando a forma partido e o fortalecimento do Estado e, com isso, paradoxalmente esvaziaram a própria política em nome da administração colocando os gestores no lugar da autogestão⁹⁴. Os exemplos poderiam ser multiplicados. Recentemente, até mesmo movimentos sociais

⁹³ - Insisto na tese de que há uma questão territorial implicada nessas diferentes conformações territoriais: a escala nacional implica hierarquia de lugares enquanto hierarquia de poder. A conformação territorial não é indiferente às formações de grupos e classes que se constituem no e pelo espaço.

⁹⁴ - O movimento dos desurbanistas russos nos anos que antecederam e se seguiram imediatamente à revolução percebeu essa dimensão espacial do poder e, até onde pode, tentou colocar a democracia de base

que vêm se apresentando como alternativos à forma partido têm se enredados no mesmo desafio. Os zapatistas, mesmo lançando mão de recursos originais de mobilização e organização, combinando desde manifestações presenciais (marchas e bloqueios de caminhos), como virtuais (internet) até os de negociação política, como os Acordos de San Andres, se viram derrotados no Parlamento e tiveram que retomar seu poder de organizar sua própria casa (*Caracoles*) e estabelecer suas *Juntas de Bom Governo*. Os seringueiros brasileiros sabem o que vem significando abandonar suas próprias escolas e cooperativas ao deixar nas mãos do Estado a iniciativa da gestão dos seus territórios e ao abandonar o terreno da luta política junto aos demais trabalhadores e aos Povos da Floresta, como quando, com Chico Mendes, afirmavam que ‘*a reserva extrativista é a reforma agrária dos seringueiros*’. O movimento Pachakutich, no Equador, que vinha apostando na organização de base comunitária e distrital e recusando a hierarquia nacional com sua proposta de ‘*confederação de comunidades*’, vem experimentando os desafios e as contradições de se inserir na escala nacional quando se envolveu com as instituições de representação nacional e se aproximaram do governo de Lucio Gutierrez.

Ao mesmo tempo, não podemos olvidar que diferentes movimentos sociais, desde os Povos da Floresta da Amazônia brasileira, nos anos 80, aos afrodescendentes do Pacífico Sul colombiano, ao zapatismo e ao MST nos anos 90, vêm manejando um complexo jogo de escalas local-regional-nacional-mundial contribuindo para a reconfiguração geopolítica onde outras territorialidades, com base em outros valores com forte potencial emancipatório vêm sendo ensejados, como vemos em Chiapas, Seattle, Gênova e Porto Alegre⁹⁵. Lutas

soviética em oposição ao plano quinquenal elaborado por *experts*. Percebeu que a velha distinção entre trabalho manual e trabalho intelectual conforma e estrutura classes (Rodrigues, 1973).

⁹⁵ - Tal como o feminismo, está em curso uma revolução de tempo longo (Antonio Gramsci), onde novos valores vêm sendo gestados e que podem ser vistos, até mesmo, na onda de solidariedade mundial que se seguiu aos trágicos acontecimentos provocados a partir do tsunami de dezembro de 2004. Ali, nem mesmo os estados mais insensíveis à injustiça social, com seus políticos, com seus burocratas e com os seus ícones de celebridades midiáticas que conformam a ordem globalitária que-aí-está (Santos, 2001) puderam ficar insensíveis àqueles dramas humanos. Do ponto de vista hegemônico, há que se disputar aos movimentos emancipatórios a solidariedade para o que, sem dúvida, uma catástrofe com causa imediata natural pode ser uma boa oportunidade. Todavia, os fatos o comprovam, a magnitude daquela tragédia se deu não só pela excepcionalidade natural do tsunami, mas, sobretudo, pela situação de extrema vulnerabilidade social a que estão submetidas enormes parcelas da população que, paradoxalmente, são o objeto das lutas dos movimentos por justiça social, ambiental e cultural que, invariavelmente, têm sido invisibilizados, quando não desqualificados, por intelectuais e pela mídia. Caberiam, ainda, dois comentários ligeiros: 1- Os eventos dramáticos de 2004, tal como o Titanic, foi uma tragédia que atingiu não só o andar de baixo da sociedade mas, também, da mais alta burguesia que gozava, ali, do privilégio de um turismo que se coloca como um dos mais caros do mundo; 2- A temporada intensa de furacões de 2004, no Caribe, teve em Cuba seu menor

locais/regionais articuladas globalmente, ora passando pela escala nacional, ora passando ao seu largo. A articulação para além da escala nacional que esses movimentos vêm estabelecendo tem conseguido inibir o poder-sobre (Holloway, 2003) regional-nacional ao ganhar visibilidade política. Todavia, não têm conseguido, até aqui, oferecer uma alternativa à territorialidade moderno-colonial que se constituiu contra as comunidades, contra o lugar, contra os do lugar, por meio do Estado Territorial Monocultural e as relações assimétricas à escala mundial que sustém e que os sustentam. Enfim, essa passagem da escala local, comunitária, para outras escalas, seja ela regional, nacional ou mundial, é um dos maiores desafios dos movimentos sociais para a conformação de outros territórios⁹⁶.

Não se trata, pois, de reificar nenhuma conformação territorial *a priori*, seja ela qual for. Já vimos que os territórios não existem a não ser pelas relações sociais e de poder que os conformam e, assim, sempre afirmam os sujeitos sociais que por meio deles se realizam. Por isso, mais que a idealização de qualquer territorialidade é preciso verificar as relações que as conformam.

Se o poder-fazer (Holloway, 2003) implica a escala local, ao retomar em suas próprias mãos as condições materiais e simbólicas de produção/reprodução, como vimos, é preciso considerar que redes e articulações supralocais vêm sendo engendradas por meio de forças como o EZLN, no México; o MST, no Brasil, o Pachakutick e a CONAIE, no Equador; o MAS e a COB, na Bolívia; as FARC, o ELN, ONIC – Organização Nacional Indígena de Colômbia e o CRIC – Conselho Regional Indígena de Cauca, na Colômbia entre tantos outros. Álvaro Garcia Linera num artigo sob o significativo título de *Democracia Liberal versus Democracia Comunitária* explicita a questão das territorialidades quando nos diz: “Agora, é certo que estas técnicas de democracia e cidadania comunitárias regidas por

número de vítimas, o que mereceu elogios da ONU. Assim, não é o PIB maior ou menor que explica a vulnerabilidade da população.

⁹⁶ - O surgimento do Estado Territorial, tal como hoje o conhecemos, se deu (1) com o estabelecimento da norma escrita (Direito Romano) e com o deslocamento dos modos de produção/reprodução sociais fundados na oralidade, nos costumes, no corpo a corpo e (2) com o monopólio da violência e a delegação do poder a um soberano. Não olvidemos que toda essa arquitetura política se ergueu tendo em vista as lutas camponesas que grassavam de modo cada vez mais intenso contra a opressão e a miséria na Idade Média européia. A constituição de Exércitos centralizados implica o poder de cobrar impostos e, assim, se apropriar de modo centralizado de excedente social. Atentemos, pois, para o sentido de Exército, que significa *o poder em exercício* – ação, verbo - e, assim, substantiva-se – *Exército* -; tanto quanto *Imposto* é o que é *imposto* e, assim, *o ato de impor* – ação, verbo – também se substantiva enquanto Imposto coisa.

outros parâmetros morais e políticos distintos aos liberais e efetivadas através de instituições não partidárias de tipo associativo e assembleístico têm uma existência preponderantemente local e regional. Sem embargo, em distintos momentos da história mostram que estes sistemas podem se articular em sistemas macro de democracia, abarcando a milhares de comunidades, a numerosos grêmios e bairros, tanto no âmbito urbano como rural, assumindo a forma de exercício democrático em grande escala (federações sindicais provinciais, federações ou confederações de *ayllus*, bloqueios de caminhos, sublevações, participação eleitoral, etc.)”.

É possível identificar uma cartografia que nos revela essa tensão de territorialidades onde há uma nova geografia sendo gestada: 1- desde a tentativa estadunidense de instrumentalizar a guerra contra o terrorismo inventando células da Al Qaeda na Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, em Foz do Iguaçu, numa região que abriga uma das maiores reservas hídricas do planeta, o Aquífero Guarani, e tem nas suas proximidades uma planície das mais ricas em diversidade biológica do mundo, o Pantanal matogrossense; 2- a crescente insurgência indígena-camponesa e popular na Bolívia, desde o indigenato boliviano no Chapare, a ampla mobilização popular em Cochabamba, em 2000, na Guerra da Água e, em outubro de 2003, na Guerra do Gás, em La Paz e El Alto aqui envolvendo operários, *vecinos*, indígenas urbanizados que deve ser vista vis a vis com o interesse hegemônico no gás boliviano e que culminou, em 2005, com eleição de Evo Morales Ayma; 3- na forte resistência no Equador do indigenato e dos povos originários por meio do movimento Pachakutick e da CONAIE - Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador vis a vis a riqueza em petróleo e em biodiversidade (Amazônia) e que ensejará a eleição, em 2006, do economista Rafael Correa; 4- a persistente insurgência das FARC e do ELN na Colômbia a que, nos últimos anos, vêm se juntar movimentos indígenas e de afrodescendentes que procuram se manter independentes dos conflitos armados vis a vis a riqueza em petróleo, carvão, biodiversidade e água, cuja importância geopolítica é ainda acrescida por ser um país caribenho, amazônico, andino e com um amplo litoral voltado para o Pacífico; 5- no Peru, em 2003, amplas mobilizações populares se espalharam por todo o país, a partir de Arequipa, em aberto confronto com o supranacionalismo constitucionalista que, então, tentava conformar regras de privatização das empresas de energia elétrica, o que bem poderia ser chamado de Guerra da Energia Elétrica que, aqui,

também deve ser relacionada à riqueza em petróleo, diversidade biológica e água (Amazônia); 6- no México, o indigenato e os povos originários organizados, sobretudo, em torno do zapatismo, trouxeram o México Profundo à visibilidade política, em 1994, justo no momento em que uma nova reorganização territorial estava sendo (im)posta por meio do NAFTA, ali onde também são enormes os recursos energéticos, de diversidade biológica, além de geoestratégico (Istmo de Tehuantepec).

Atentemos para o fato de que nesses países a tensão de territorialidades vem se expressando de um modo tão agudo que, nos casos da Bolívia, do Equador, do Peru e da Argentina, os presidentes foram simplesmente derrubados por amplas mobilizações populares (Gonzalo de Losada, Bucaran, Mahuad, Gutierrez, Fujimory e de la Rúa) e, na Colômbia e México, as sucessões presidenciais têm sido feitas ao preço de assassinatos de vários candidatos.

5.3 - a reapropriação da escala de poder nacional pelos movimentos emancipatórios

Com a queda do muro de Berlin, em 1989, as esquerdas tradicionais perderam boa parte de seu prestígio. Ao mesmo tempo, a paulatina substituição da política pela economia – o mercado como regulador supremo – também contribuiu para que a política como um todo sofresse deslegitimação. Entre nós latino-americanos, a amarga experiência de tantas ditaduras desde 1964 (Brasil) havia sido habilmente manipulada pelos ideólogos neoliberais que, juntamente com a proliferação de organizações não governamentais, contribuíram para a aceitação de um discurso anti-estatizante e, também, para deslegitimar tudo que dissesse respeito à questão nacional. Nesse contexto, a indignação tão bem expressa no *slogan* “*que se vayan todos*” argentino de 2001 mostrava a força dos movimentos sociais que ali, mais uma vez, exercia uma espécie de poder de veto através das manifestações *callejeras* que, como já destacamos, derrubaram aproximadamente duas dezenas de governos desde Raul Alfonsín, em 1989, até Gonzalo Sanches de Losada, em 2003. O novo padrão de conflitividade iniciado em 1989 com as mobilizações sociais que contribuíram para deslegitimar as políticas neoliberais começa a sofrer uma nova bifurcação, a partir de 1998.

É o que se verá na Venezuela com a eleição de Hugo Chávez Frias, em 1998; na Bolívia, de 2000 até 2005, desde a *Guerra del Agua* (2000) passando pela *Guerra del Gás* (2003), até a eleição de Evo Morales Ayma em dezembro de 2005; na Argentina,

particularmente desde 2001, com as amplas mobilizações populares (‘que se vayan todos’) e a eleição seguida de Nestor Kirchner (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-); no Equador, não só com a derrubada de três presidentes desde finais dos anos 90 (Abdala Bucaran, em 1997, Jamil Mahuad, em 1999, e do Coronel Lucio Gutierrez⁹⁷ em 2005 e o seu exílio no Brasil), ao que se seguiu a eleição de Rafael Correa, em 2006, mais próximo dos reclamos dos movimentos sociais, embora mantendo independência em relação a eles; no Peru com as amplas mobilizações iniciadas em Arequipa, em 2003, que levaram à queda de Alberto Fujimori, além da grande votação do opositorista Ullanta Omala, em 2006; as amplas mobilizações que vêm ocorrendo no México, para além dos zapatistas, com destaque para a APPO – *Asamblea Popular de Los Pueblos de Oaxaca*, além das amplas mobilizações que se seguiram à derrota de Lopes Obrador, após eleições com fortes indícios de fraudes que levaram ao governo o direitista Felipe Calderón; as eleições de Luis Inácio Lula da Silva no Brasil (2002-2006 e 2006-), de Tavaré Vazquez (2004-) no Uruguai, de Daniel Ortega (2008-) na Nicarágua e de Fernando Lugo (2008-) no Paraguai⁹⁸ e, ainda, o triunfo do candidato da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional em El Salvador, em março de 2009. Registre-se que o fenômeno mais importante nesses casos, é que esses governos só foram possíveis em face do protagonismo dos movimentos sociais e a paulatina deslegitimação das medidas neoliberais. Pode-se dizer mesmo que os limites das transformações desde o Estado enfrentado por esses governos se encontra na medida exata da maior ou menor mobilização popular para garanti-las. Ao contrário das mudanças constitucionais de caráter neoliberal, o recurso a Assembléias Nacionais Constituintes com ampla participação popular, inclusive para referendá-las, tem se mostrado importante não

⁹⁷ Sua trajetória política se inscreve entre as mais erráticas entre tantas já vistas em nosso continente. Lucio Gutierrez se notabiliza por ter sido afastado das Forças Armadas equatorianas por se recusar a reprimir manifestações populares e, com a aceitação popular daí derivada, se lança candidato à Presidência com um discurso considerado esquerdista, o que não o impede de, entre o 1º e o 2º turnos das eleições ainda em curso e depois de uma viagem aos EUA, dali retorne assegurando as medidas do receituário neoliberal sob elogios de *La Embajada*.

⁹⁸ Os governos de Ricardo Lagos (2000-2006) e Michele Bachelet (2006-) no Chile, embora se reivindicando de esquerda e, sobretudo essa última procure se aproximar dos novos governos que, de alguma forma, buscam alternativas às políticas neoliberais, se inscrevem em *La Concertación* que se seguiu ao fim da ditadura de Augusto Pinochet, que abarca desde a esquerda moderada até a centro-direita democrata-cristã. A Revolução dos Pinguins, desencadeada pelos estudantes secundaristas chilenos em junho de 2006, foi a maior manifestação de rua no Chile desde o governo Salvador Allende e tem o significado de ter sido feita por jovens que não viveram politicamente nem a ditadura nem são responsáveis por *La Concertación*, mas que se manifestam contra a decadência do sistema educacional do país que, diga-se de passagem, se colocava tradicionalmente como dos melhores em toda a América Latina antes das reformas neoliberais.

só pelo caráter das novas Cartas Magnas, mas principalmente porque as mobilizações populares têm se mostrado o maior antídoto contra as pressões dos grupos conservadores, como se pode verificar no golpe de estado contra Hugo Chávez em 2003 que, todavia, retornou ao poder mediante amplas manifestações populares.

Assim, a eleição e posse de Hugo Chávez (1998-1999), recolocou em novas bases a importância da escala nacional para os processos políticos emancipatórios e, assim, abriu uma bifurcação no novo padrão de conflitividade aberto pelos movimentos sociais em 1989. É na escala nacional que o enfrentamento ao imperialismo se mostra mais eficiente, embora seja aí que esse embate normalmente encontre maiores dificuldades de êxito, sobretudo quando negligencia a escala local, isto é, a mobilização dos segmentos subalternizados a partir dos diversos locais. Guardadas as especificidades de cada uma dessas formações sociais, o enfrentamento direto com o imperialismo em todos esses países se fortaleceu a partir da ampla mobilização efetuada desde os mais recônditos lugares em articulação nacional: na Bolívia, desde o Chapare, contra a política de erradicação da coca, passando por Cochabamba, com a Guerra del Agua, e em La Paz e El Alto, na Guerra do Gás, enfim, contra a desnacionalização dos recursos naturais; na Venezuela, na luta pelo controle do petróleo (da PDVSA) por meio de uma revolução democrática que vem surpreendendo aos analistas pelo estímulo à participação popular, ainda que eleitorais, e a recusa ao uso da repressão policial-militar contra os movimentos sociais⁹⁹ e, assim, evitando até aqui o erro histórico de substituir o protagonismo popular por medidas de força, ainda que alegando beneficiá-lo. Registre-se, todavia, o excessivo verticalismo e dependência da figura de Hugo Chávez e ambiguidades como o discurso socialista e o estímulo a grupos empresariais (a burguesia que se aliou ao bolivarianismo de Chávez e conhecida como boliburguesia) que vem sendo responsável por um desgaste político, pela corrupção e nepotismo que, mais do que a queda dos preços do petróleo no mercado internacional e a renda que proporciona, vem impedindo o país de diversificar sua base produtiva e romper com a petrodependência por seu atávico rentismo. Todavia, é notável o esforço de buscar romper com as oligarquias tradicionais.

⁹⁹ - A nova da Constituição da República Bolivariana da Venezuela combina democracia representativa e democracia participativa (ver, em particular, o Capítulo IV – *De los derechos políticos y del referendum popular*, Artigos 62 ao 74, por seu estímulo ao protagonismo popular).

A Venezuela sinaliza para o significado que a escala nacional pode ter, sobretudo pela importância que vem sendo dada ao texto constitucional num momento em que a dimensão jurídica vinha sendo manejada por forças supranacionais, como vimos na análise do supranacionalismo constitucionalista. Na Venezuela, a crise dos partidos políticos tradicionais que operam à escala nacional, tanto quanto a profunda crise do próprio Estado, vinha ensejando manifestações populares reprimidas com violência, como no massacre do Caracazo de 1989, ao dar lugar à revolução democrática e popular bolivariana desde 1998, levou a que as classes dominantes sem as mediações tradicionais transformassem os meios de comunicação de massas em verdadeiros partidos políticos, com sistemática campanha de estímulo à desobediência civil e ao golpismo¹⁰⁰. Somente com a retomada do controle da PDVSA, em 2003, o governo Hugo Chávez conseguiu os recursos materiais para ensejar políticas sociais iniciando uma nova fase do processo revolucionário, pondo em prática as chamadas *Misiones* através das quais recursos públicos vêm sendo destinados às camadas mais pobres do país¹⁰¹. Registre-se, todavia, que as *Misiones* vêm carecendo de controles democráticos e tem sido um instrumento de fortalecimento não das instituições como um todo, mas sim de um verticalismo que mais conduz ao fortalecimento da figura de Hugo Chávez do que do protagonismo popular, conforme o sociólogo Edgardo Lander vem salientando. Na Venezuela, o patrimonialismo, uma das características mais fortes do estado na América Latina, vem sendo testada nesse novo contexto, haja vista a dificuldade de que esse estado se volte para as camadas populares, daí as contradições engendradas

¹⁰⁰ “Cualquier persona medianamente imparcial que visite Venezuela puede comprobar por sí misma que existen pocos países en el mundo en donde el sector privado, opositor al gobierno, tenga un control tan extraordinario sobre los medios. Hablo en términos cuantitativos y cualitativos: no sólo se trata de que domina la mayoría de los medios, sino también los más poderosos y penetrantes (los electrónicos, sin faltar los impresos: diarios, etc.). De hecho, puede decirse que el factor integrador de la oposición venezolana son los medios; y éstos funcionan en su conjunto como su partido político. Cuando uno lee, ve o escucha los medios venezolanos, se da cuenta de que es un país que disfruta de una gran libertad de expresión, que en ocasiones raya en el libertinaje (desde el punto de vista de la normatividad vigente). Esos medios de oposición se dan el lujo no solo de mentir, sino de violar las leyes abiertamente en forma aún más grave (por ejemplo incitando al magnicidio, es decir, al asesinato del presidente). En Estados Unidos y en otros países, ese delito tendría como consecuencia la cárcel para sus autores. No en Venezuela. Los medios opositores deforman los hechos y difunden mentiras, y no de manera esporádica o por error sino de manera intencionada y sistemática” (Díaz-Polanco, 2009).

¹⁰¹ “Los datos que proporcionan fuentes nada sospechosas de chavismo, como la CEPAL y Naciones Unidas, muestran que las condiciones en Venezuela han cambiado favorablemente para los sectores populares en el campo de la educación (hace poco, Venezuela fue declarada por la UNESCO como país libre de analfabetismo), la salud, la alimentación, entre otros. Pero sobre todo, los que pueden ver claramente resultados son los millones de pobres beneficiados” (Díaz-Polanco, 2009).

com o recurso às *Misiones* como forma de fazer chegar às camadas populares os recursos públicos que, como sabemos, não são públicos justamente em face de nossas tradições patrimonialistas. Ali, na Venezuela estão sendo questionadas duas das mais enraizadas tradições anti-populares de nossa região, a saber, o populismo e o patrimonialismo. Ali têm sido postas em prática algumas iniciativas em que se combinam democracia representativa com democracia direta, que vêm ao encontro da necessidade de reinventar a democracia em busca de uma democracia de alta intensidade, como vem alertando o sociólogo Boaventura de Sousa Santos. Hugo Chávez foi submetido a 12 testes eleitorais, inclusive a um referendun revocatório, instrumento político original que permite à população convocar um referendun para revogar do cargo aquele que julgue merecer ser destituído. A Venezuela e a Bolívia são os países que mais se aproximam da recomendação do sociólogo italiano Norberto Bobbio no sentido de que a democracia haveria que ser reinventada através de mecanismos que combinassem democracia representativa com democracia direta.

Na Bolívia, a ‘democracia diferenciada’, conforme lhe chamou o sociólogo Álvaro García Linera, foi acatada pela nova constituição política aprovada em referendun popular em janeiro de 2009, mas vem sendo atacada pelas oligarquias do Oriente com apoio ostensivo dos partidos midiáticos. O respeito aos mecanismos de autoridade tradicionais dos povos originários, com destaque para os quíchuas, aymaras e guaranis, também vem combinando democracia representativa e democracia comunitária mas vêm encontrando forte resistência das classes dominantes tradicionais. Isso não impediu que no mesmo referendun constitucional, a população desse amplo apoio, como mas de 80% dos votos, ao limite máximo de propriedade, restringido a 5000 hectares.

Cabe reconhecer a criatividade dos movimentos sociais bolivianos que, mais que um partido, criaram um *Movimento al Socialismo* – MAS - como um desdobramento do que vinham chamando *Instrumento Político para a soberania de los Pueblos* – IPSP- e, assim, deram origem a uma formação política híbrida, o MAS-IPSP que, por uma lado, cumpre a função de partido obedecendo o calendário eleitoral e, por outro lado, mantém uma ampla capilaridade social que articula os mais recônditos lugares/comunidades do país dando consequência substantiva à idéia de soberania popular, aliás, com um sentido de abraçar a diferença e, por isso, no plural: povos e não povo. A proximidade com a APPO de Oaxaca,

no México não é mera coincidência, mas um componente que mergulha nas práticas de democracia comunitária, presencial, que atualizam as mais profundas tradições dos povos originários, seja dos maias, em Oaxaca, seja dos quíchua/aymaras, na Bolívia.

O caso boliviano trás à luz fenômenos novos que os analistas presos ao eurocentrismo não vêm conseguindo entender, entre eles a nacionalização do indígena que, por tradição não se organizam na forma de estado-nação, ainda mais relevante quando se sabe que a Bolívia “*es una sociedad abigarrada*”, conforme a rica expressão de Zavaleta Mercado, onde diversas formações sociais convivem ainda que com autonomia. Na Bolívia, estamos diante de fenômenos como o de desproletarização e recampanização, onde *ex-obreros* se reterritorializaram como campesinos e encontraram no cultivo de coca uma estratégia de sobrevivência. E nessa migração levam a experiência de lutas operárias que se reinventa enquanto camponês e, enquanto *cocaleseros* se encontram/defrontam com/contra a arrogância imperialista que, ao ignorar o arquétipo mítico-religioso da coca para os povos originários exigindo a completa erradicação do cultivo em nome do combate ao tráfico de drogas, ensejou que a tradição indígena se atualizasse enquanto luta nacional por seu caráter anti-imperialista. Afinal, a erradicação completa da coca, conforme imposição do imperialismo estadunidense significava nas palavras de seu líder-maior, Evo Morales Ayma: “Coca cero es lo mismo que quíchua e aymara cero”. Ou seja, os indígenas para se afirmarem enquanto tais se viram obrigados a se tornarem nacionais e, como tais, puderam se colocar como protagonistas das lutas pela reapropriação dos recursos naturais, seja a água, seja o gás, e, agora, o lítio. Enfim, a questão das territorialidades está abertamente posta¹⁰².

5.4 - Novas Territorialidades Vindas do Urbano Subalterno

A América Latina e o Caribe desde os anos 1970 vêm passando por um profundo processo de desruralização e sub-urbanização. Essa profunda transformação tem como pano de fundo a concentração do capital e da propriedade fundiária, por meio da revolução (nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia) verde e do agronegócio, ao mesmo tempo em

¹⁰² - A FEJUVE - Federación de Juntas Vecinales (FEJUVE) de El Alto, junto a outras organizações sociais por todo o território nacional, ainda em janeiro de 2005, lançou um conjunto de demandas concretas ao então Presidente Carlos Mesa que nos dá conta do que assinalamos, vejamos: ‘*reversión del alza de carburantes, expulsión de la transnacional Aguas del Illimani de El Alto, rechazo a la inmunidad de los súbditos estadounidenses, juicio y cárcel para el ex presidente Sánchez de Lozada, aprobación de la nueva Ley de*

que concentra a população em aglomerados sub-urbanos, verdadeiros cinturões de miséria em todas as capitais e principais cidades da região. Acrescente-se, ainda, que nos países andinos e na América Central esses sítios urbanos estão localizados, via de regra, sob condições geológicas sujeitas a abalos sísmicos e com topografias acidentadas que estão, ainda, sujeitas a temporadas de furacões e chuvas torrenciais características do clima da região, torna a vida das populações desses aglomerados sub-urbanos mais sujeitas às intempéries do que quando estavam nas zonas rurais. *Triste urbano* poderíamos dizer parodiando Lévy-Strauss.

Ao contrário do que se passou na Europa e nos EUA em que a aglomeração em sítios sub-urbanos se deu ao mesmo tempo em que crescia a industrialização ou quando os países que se industrializavam puderam exportar seus excedentes demográficos relativos, aqui, nos últimos 30/40 anos e, sobretudo, depois dos anos 80 - a '*década perdida*' - e do período neoliberal dos anos 90, ocorreu uma verdadeira des-industrialização do que, talvez, a Argentina, tenha sido o caso mais emblemático, com um significativo empobrecimento da população num período relativamente curto de 10 anos de políticas de ajuste estrutural. O mesmo se passou com o Uruguai que de '*Suíça latino-americana*' passou a ser, segundo Eduardo Galeano, '*uma fábrica de pobres*'¹⁰³.

O primeiro momento do processo de crescimento das aglomerações sub-urbanas da região, nos anos 1950/60, foi experimentado pela população em meio a governos populistas, muitos de corte nacionalista, que, desde a revolução cubana e o medo do novo haitianismo que se seguiu, serão objeto de enormes pressões com a instauração de ditaduras de direita que abriram espaço com tortura e cadáveres às políticas neoliberais. Há um passivo macabro que antecedeu a onda neoliberalizante entre nós.

Desde o período populista que as camadas pobres sub-urbanas começaram a se apropriar de espaços públicos para a construção de sub-habitações nas favelas, alagados, *vilas misérias* e *barrios*. Na cidade de São Paulo, a maior do Brasil, mais de 70% das habitações eram, nos anos setenta, auto-construídas. Nessas auto-construções há que se

Hidrocarburos y convocatoria a la Asamblea Popular Constituyente'. Para maiores detalhes consulte-se http://alainet.org/active/show_text.php3?key=7386.

¹⁰³ - Não resta dúvida que a reestruturação produtiva em curso visou, com sua revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia, diminuir as conquistas dentro da ordem, como costumava falar Florestan Fernandes, que o proletariado havia alcançado, sobretudo, nos países hegemônicos. Relembremos que a

considerar o lugar das relações de parentesco, a reciprocidade e outras formas de ajuda mútua, enfim, dos valores comunitários oriundos seja do campesinato, ou dos povos originários, estes sobretudo nos países onde é grande a proporção de populações originárias – Paraguai, Bolívia, Equador, Colômbia, Peru, Guatemala, México, na Amazônia brasileira e no sul Chile. É comum nessas aglomerações sub-urbanas se reproduzirem bairros das comunidades camponeses e indígenas de origem, onde as relações de parentesco conformam comunidades de *vecinos*. São ruralidades que se reinventam nos espaços sub-urbanos fundamentais na re-territorialização dessas populações. Redes de emprego informais, mutirões para construção de casas e famílias ampliadas conformam de tal forma redes de socialização primárias que até mesmo um sistema de saúde *sui generis*, o de médico de família, foi desenvolvido a partir de Cuba e, hoje, se difunde por vários países. Assim, mais do que o Estado que, na Europa, assumiu a gestão da saúde, por aqui o Estado vem se apoiando nessas relações sociais primárias fundamentais. Grande parte da resistência que se vê em La Paz e El Alto, na Bolívia, em outubro de 2003, por meio das comunidades de *vecinos*, não se compreende fora desse quadro de conformação de novas territorialidades sub-urbanas.

Nessas mesmas cidades, entretanto, vemos um contra-urbanismo de espaços fechados de *shoppings centers* e de condomínios fechados das classes médias e burguesas. A unidade dessas cidades se mantém por meio de relações sociais e de poder injustas que se agrava, ainda mais, com a crise das relações tradicionais de dominação com a implementação das políticas de ajuste estrutural e o seu supranacionalismo constitucionalista. As políticas sociais ancoradas em direitos sociais, coletivos e trabalhistas, ainda que precárias sob os regimes políticos tradicionais, são substituídas por políticas focalizadas em grande parte intermediadas por organizações não-governamentais. O aumento da pobreza associado a reformas do Estado mais preocupadas com a pessoa jurídica do que com a pessoas física, diferença específica entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo atual, tem ensejado um enorme crescimento dessas organizações neo-governamentais posto que ‘*hay pobres para todos*’ (Alberto Soto).

primeira experiência do que, depois, viria ser conhecido como política neoliberal, se deu no Chile após o massacre que se seguiu à experiência do governo democrático-popular e socialista de Salvador Allende.

Na ausência de políticas de habitação e com o crescimento espacial (horizontal) das *periferias*, até mesmo a busca de emprego formal torna-se mais difícil diante dos preços dos transportes coletivos que se tornam exorbitantes. Cresce não só o chamado emprego informal muitos, na verdade, auto-emprego, que, assim, vem se juntar à auto-construção já assinalada, cujos limites a própria expansão horizontal da malha sub-urbana configura. O surgimento do movimento de Sem-Tetos em vários países da América Latina assinala não só esse componente sociológico e geográfico que estaria estimulando a emergência desses movimentos mas, sobretudo, a retomada da iniciativa política da multidão (Negri & Hardt, 2000). Não olvidemos o componente anti-capitalista do movimento dos sem-teto (Xosé Santos, 2001) que, mesmo não se fazendo a partir das fábricas, lugar da produção, mas da casa, *locus* da reprodução familiar, coloca-se de modo frontal contra o caráter-mercadoria da habitação, questionando o princípio da propriedade privada em nome do direito à habitação enquanto valor de uso.

Redes de troca, comércio solidário e outras formas de auto-ajuda vêm se constituindo nessa verdadeira reinvenção de novas relações societárias, muitas inspiradas em valores tradicionais, em resposta criativa à ampliação da pobreza nesses espaços sub-urbanizados. Na Argentina, onde a des-industrialização foi mais profunda, até porque era um país mais industrializado que os demais, emerge um dos movimentos urbanos mais importantes entre os que apontam potencial emancipatório: os *piqueteros*. E, para além das razões sociológicas que possamos assinalar nessas experiências, destaquemos a sua dimensão política, onde mais do que o que reivindicam, importa o modo como o fazem: retomam os *piqueteros* em suas próprias mãos as condições materiais e simbólicas (escolas, universidades livres, rádios comunitárias), onde os desempregados em geral vêm desenvolvendo relações sociais e de poder, enquanto arte de estar-juntos, marcadas pela autonomia e pela horizontalidade, conforme nos diz o uruguaio Raul Zibechi.

As fábricas recuperadas, fenômeno que cresce, sobretudo na Argentina, são mais um exemplo do poder-fazer (Holloway, 2003). Todavia, gostaria de destacar uma situação em particular pelo que ela sinaliza enquanto mais uma territorialidade emancipatória emergente. Trata-se do caso da fábrica de cerâmica Zanon, localizada em Neuquen, Argentina, por sua relação com os indígenas mapuche. Quando a fábrica estava sob o controle dos capitalistas, havia uma tensa relação com os indígenas de onde os capitalistas

retiravam a argila para a cerâmica pagando-lhe um preço vil. Recuperada a fábrica pelos trabalhadores, foram eles negociar em outras bases com os mapuche, que se recusaram a receber qualquer dinheiro pela argila, pelo simples fato de terem sido considerados e consultados pelo uso de recursos de seu território. A dignidade aparece como valor reivindicado politicamente, como já víamos nas Marchas pela Dignidade e pelo Território de 1989 na Bolívia e no Equador e, ainda, nos diversos pronunciamentos dos zapatistas. Aqui, mais uma vez, outras territorialidades em curso, e território não-mutuamente excludente, já que admite o uso dos operários e o respeito à dignidade indígena ao mesmo tempo no mesmo espaço. Não era o preço injusto que indignava os mapuche.

Há outras territorialidades com forte potencial emancipatório que emanam dessas contraditórias e injustas cidades latino-americanas e caribenhas e que se expressam a partir do componente étnico-racial de nossa formação social. As manifestações conservadoras da oposição na Venezuela de hoje são, sobretudo, de brancos dos bairros de classe média, enquanto as manifestações em defesa da ‘revolucion bolivariana’ são, sobretudo, de mestiços, negros e indígenas. O mesmo pode ser observado em La Paz e El Alto. A formação das classes sociais entre nós guarda esse componente étnico-racial por todo lado, em maior ou menor grau.

Agregue-se, hoje, em função de economias de crescimento pífijs e diante de processos des-ruralização e sub-urbanização intensos, um fenômeno específico e de enorme potencial emancipatório representado pelos jovens pobres dessas periferias sub-urbanas. O movimento Hip Hop é o que melhor vem expressando essa reinvenção da política, não só pela revalorização da palavra, por meio dos *rappers* com suas poesias (rap), como também vem grafando a cidade que os invisibiliza com seus grafites e ocupando a cidade com suas danças de rua, o *break*. Retomam, assim, sua capacidade de simbolizar o real de modo próprio, quase sempre se apresentando como uma possibilidade de reinvenção poética da mesma cidade que os meios de comunicação de massas vê pela ótica do medo, da violência e da criminalidade e da criminalização dos pobres.

Visto durante muito tempo pela ótica hegemônica, com todo seu preconceito contra os pobres, ‘quase todos pretos’, como diz Caetano Veloso, como sendo um movimento sob influência da cultura hegemônica estadunidense, o Hip Hop, pouco a pouco, foi se afirmando não só como um movimento de reinvenção simbólica, mas também de invenção

de redes próprias de economia num contato estreito com as novas possibilidades tecnológicas e suas facilidades de reprodução fonográfica. Um dos grupos de *rap* mais críticos do Brasil, o Racionais MC, vendeu mais de 1 milhão de cópias de seu primeiro CD o que, por si só, dá conta da sua capacidade de produção autônoma e de falar criticamente para além dos meios hegemônicos do *mass media*. Considere-se, ainda, os *shows* realizados, sobretudo em finais de semana, e seus operários, DJs e toda a economia que gira em torno desse complexo político-econômico-cultural. Aqui, assim como nos vários movimentos que antes apontamos, não só se apropriam das condições materiais de produção (de *shows*, de CDs, de grafites) como, também, das condições de reprodução simbólicas com sua própria estética poética e plástica, inclusive, a corporal - o *break*.

Mais do que cultura hegemônica estadunidense, o Hip Hop é um movimento que pode ser entendido como uma das melhores expressões das territorialidades emancipatórias que emergem no contexto da colonialidade de poder nesse período neoliberal. É um amálgama da cultura negra da Jamaica e suas trocas com as periferias das grandes cidades dos EUA, resignificando politicamente essas periferias jamaicano-estadunidenses-mundiais por meio da arte. No contexto latino-americano, esse movimento valoriza a cultura daqueles que são os mais pobres entre os pobres, dada a racialidade que comanda a formação social do sistema-mundo moderno-colonial. Tal como os chicanos, há aqui trocas que reinventam mundos de vida multiterritorializados que apontam para outras conformações territoriais já em curso.

6. - De mobilidade e de Multiterritorialidades

A livre mobilidade da população da natureza das relações sociais e de poder sob o capital, como nos ensinaram Adam Smith e Karl Marx. Assim, por todo o lado onde as relações sociais e de poder capitalistas começam a se afirmar, o direito de ir e vir se sobrepõe ao direito de ficar, direito esse quase nunca enunciado nos marcos liberais, enquanto manifestação de liberdade. Afinal, admiti-lo seria admitir as territorialidades que se fazem com forte ligação à natureza, como a quase totalidade daquelas que não são movidas pelo capital. Sabemos como os países hegemônicos nos primórdios da industrialização não só promoveram uma intensa des-ruralização e sub-urbanização, bem caracterizado por F. Engels em seu *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* como, não conseguindo

dar conta das reivindicações desses migrantes sub-urbanizados¹⁰⁴, promoveram a emigração, sobretudo, para os EUA, o Canadá, a Austrália, Nova Zelândia, África do Sul, sul do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Vimos, com Cecil Rhodes, como o imperialismo se apresentou como política deliberada enquanto resposta hegemônica para as contradições que o capitalismo apresentava no interior dos países hegemônicos. À época, as regiões subtropicais e de clima temperado fora da Europa receberam a população capitalisticamente excedentária daqueles países que, assim, resolveram com uma só tacada vários problemas: mão de obra disponível para a expansão do capital e, exportados os desempregados, diminuía, também, a pressão política dos sindicatos, como vimos Cecil Rhodes reclamar. Pouco a pouco, a luta do proletariado passou a se mover no interior da lógica do capital em busca de maiores salários e outros direitos dentro da ordem (Lenin e Gramsci).

As várias conquistas democráticas que se seguiram à guerra de 1939-1945, sobretudo aquelas que colocaram em questão o racismo que, como já o indicamos, é estruturante da geopolítica do sistema-mundo moderno-colonial que nos comanda até hoje, abrirão importantes questões para compreendermos as novas territorialidades emergentes, em particular, as emancipatórias. Aqui, é interessante observar que o racismo exacerbado pelo nazi-fascismo ensejará todo um movimento político-cultural que nos conduzirá ao relativismo cultural (Claude Levy-Strauss) que tocará num dos pontos centrais de todo o alicerce que sustenta a ordem moderno-colonial que ainda aí está. E, mais interessante ainda, é que o racismo anti-semita nos conduz ao cerne da questão das territorialidades. Afinal, os judeus comportavam uma situação territorial *sui generis* na medida em que era um povo sem estado territorial. As melhores tradições judaicas, que já nos haviam legado Marx, Trotsky e Simone Weil, além de tantos e tantas outras, e, ainda, um sionismo de corte socialista, será pouco a pouco também capturado por correntes hegemônicas e conservadoras que nos conduzirão à cisão israelo-palestina que, não sem sentido, se coloca como expressão maior de toda a tensão de territorialidade do mundo contemporâneo¹⁰⁵.

¹⁰⁴ - Marx anota em O Capital que a maior parte dos migrantes das cidades inglesas que se industrializaram no século XIX não sabia o que era a Inglaterra, pois mal conheciam qualquer lugar que não fosse seus condados rurais de origem.

¹⁰⁵ - Eduard Said (Said, 2000) afirmou que era mais fácil publicar seus textos em Israel do que nos EUA atribuindo o fato à maior aceitação pelos judeus israelenses da convivência com palestinos do que dos judeus estadunidenses, pela história, ali, vivenciada. Said chega a questionar, não sem uma certa ironia, o fato de os judeus estadunidenses apoiarem Israel com tanto empenho ... desde que de longe.

Se, até 1945, a migração era um fenômeno que se dirigia da Europa para o resto do mundo, hoje temos a presença de afrodescendentes, de caribenhos, latino-americanos, turcos, indianos, paquistaneses e de tantos outros lugares se dirigindo para o próprio território dos países europeus e Canadá. A América, inclusive os EUA, já conheciam essas migrações múltiplas há mais tempo. Registre-se que a racialidade do sistema-mundo moderno-colonial chegou a tal ponto de tensão nos EUA dos anos de 1960 que precisou de amplas mobilizações de massas por direitos civis, inclusive com várias mortes políticas (Martin Luther King, Malcolm X entre tantos) para que os negros pudessem ter o direito a votar, o que só conseguiram em 1963.

Enfim, após 1945, generaliza-se um fenômeno que poderíamos chamar de multiterritorialidade que traz em seu bojo as contradições do sistema-mundo moderno-colonial que nos comanda. Nela, aqueles e aquelas que dispõem de melhores condições de vida podem usufruir de todos os benefícios que a livre mobilidade proporciona. Já outros, migram em busca de alguma condição de trabalho em caminhões frigoríficos ou em navios que relembram os navios negreiros, quase sempre clandestinos e sob o comando de alguma rede mafiosa, que alimenta trabalho sub-humano no interior dos países hegemônicos. Entretanto, esses migrantes, muitos sem-documentos, enviaram para suas famílias na América Latina e Caribe em 2003, US\$ 38 bilhões, na maior entrada líquida de capitais para esses países, maior até que todo o investimento líquido obtido pelas políticas de ajuste estrutural que, diz-se, são feitas para atrair capitais e gerar emprego e renda. Assim, paradoxalmente, é do salário daqueles e daquelas que não conseguem trabalho nos seus próprios países de origem, entre outras coisas, por causa dessas políticas que os expulsam, que vem a maior parte do ingresso líquido em moeda forte para seus países, moedas essas que seriam atraídas pela aplicação daquelas políticas!

Ao mesmo tempo, esses migrantes vivem em condições subalternas nos mais diversos países em que vivem, inclusive, nos diferentes países da própria América Latina. Os colombianos, por exemplo, não só se encontram entre os principais migrantes nos EUA, mas também na Venezuela e México. Os bolivianos vivem sob condições de trabalho humilhantes no Brasil e na Argentina. Nos EUA, não são poucos os lares em que a língua que se fala não é o inglês e, máxima atualidade do sistema moderno-colonial que nos conforma, são nos antigos territórios indígenas mexicanos do Texas, Novo México, Utah e

Colorado que, em até mais de 80% dos lares, só se fala o espanhol. Ora, se “*minha pátria é minha língua*”, como nos ensina Fernando Pessoa, e se é no espaço público que a ação política ganha sua legitimidade (Hanna Arendt), só o fato de não se poder falar em público, e somente em casa, a língua em que se pensa e se sonha, dá conta da complexidade das tensões de territorialidade em curso no mundo contemporâneo. Ao mesmo tempo, essas mesmas casas onde se fala outra língua é que enviam aos seus parentes em outros territórios a maior parte dos recursos desses países. Os números são significativos: no Equador, em 2002, nada menos que 14% da população adulta do país recebeu alguma ajuda dos seus parentes no exterior; os US\$ 1,5 bilhões enviados do exterior correspondiam a 1/3 das exportações totais do país, dez vezes o total de assistência econômica oficial obtido e cinco vezes o crédito do FMI no ano, segundo Charo Quesada (Revista do BID). Na Colômbia, em 2003, entraram legalmente no país, US\$ 3,6 bilhões, o que equivale a 3,8 vezes o total das exportações de café, e 2,2 vezes as exportações de carvão e só foi inferior às exportações de petróleo. Em El Salvador, os envios corresponderam a 67% das exportações totais e a 14,1% do PIB. Do total de US\$ 38 bilhões que ingressaram na região pelo trabalho dos mais pobres nada menos de US\$ 30 bilhões vieram dos EUA¹⁰⁶. Todavia, desde que o Banco Central do México começou a medir as remessas de dinheiro dos imigrantes, em 1995, em finais de 2008, que se registrou pela primeira vez queda de envio de recursos: em 2007 houve o envio de 26 bilhões e 76 milhões de dólares e, em 2008, foram enviados 25 bilhões e 145 milhões de dólares, uma queda de 3,8%, segundo o Banco Central do México. Ao mesmo tempo, com o aprofundamento da crise do neoliberalismo e a eleição de Barak Hussein Obama muitos empresários que se beneficiavam com a exploração dos trabalhadores imigrantes clandestinos agora os denunciam ao serviço de imigração, como se pode ler na matéria publicada em La Jornada do México, em 21/02/2009, sob o título “*Está tan difícil en EU que “los mismos patrones nos deportan”*”.

Há, assim, contraditoriamente um enorme potencial emancipatório entre os imigrantes por toda a multiterritorialidade que comportam. Pelo menos é o ensinamento que nos fica quando relacionamos a multiterritorialidade dos chicanos com a dos seus parentes indocumentados equatorianos na Espanha que, perseguidos e compelidos a retornar ao seu

¹⁰⁶ - Agradeço ao geógrafo Helion Pova do NIEM - Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios - da UERJ, a gentileza dessas informações.

país, acusados de serem ilegais, brandiram faixas e cartazes dizendo que seu documento de identidade era a Carta de Cristóvão Colombo quando de sua chegada à América. Assim, se a ordem moderno-colonial havia tornado possível aos descendentes crioulos de Colombo ganharem a vida na América porque não haveriam eles de poder ganhá-la na Espanha? Várias organizações indígenas de Nuestra América têm comemorado a data de 11 de outubro, um dia antes do grande encontro, que Etienne La Boétie chamou mau-encontro, como data de referência de liberdade, o último dia que a viveram, valor que sinalizam querer retomar para o futuro. Outras territorialidades emancipatórias estão sendo engendradas, exigindo de cada um de nós estabelecer suas ligações em diferentes escalas e que superemos as territorialidades mutuamente excludentes que ensejaram a ordem geopolítica moderno-colonial que aí está, em crise.

Com a nova configuração das lutas de classes na ordem moderno-colonial em crise nesse período neoliberal, onde a centralidade da classe operária já não pode ser invocada, pelo menos não do mesmo modo como o era sob o capitalismo monopolista de estado, seu fordismo e seu *welfare state* ou sob o capitalismo de estado monopolista (João Bernardo) do leste europeu, vários outros protagonistas vêm se mobilizando contra o estado de coisas existente¹⁰⁷. Essa diversidade de movimentos e suas múltiplas questões têm desafiado o pensamento reducionista e uma certa concepção mecanicista newtoneana de mundo como a idéia de um eixo central entorno do que tudo giraria (que bem pode ser a classe operária) ou de um momento em que *tudo* muda, como o momento revolução. Sabemos como, na conquista da América, o fato de aqui pré-existirem impérios estruturados hierarquicamente, como o dos Incas e dos Astecas, entre outros fatores, facilitou o controle e a sua dominação, ao contrário, de regiões como a Amazônia e a Patagônia que se mantiveram mais autônomas. Pierre Clastres em seu *A Sociedade Contra o Estado* compreendeu isso como poucos.

A idéia de unidade desses diversos movimentos se coloca até porque estamos diante de um sistema-mundo que, como tal, retira sua força de uma unidade política hierarquicamente conformada. Afinal, a globalização iniciada em 1492 se fez enquanto histórias locais e,

¹⁰⁷ - Parodio aqui, conscientemente, Karl Marx que afirma em sua juventude que ‘o comunismo é o movimento real que suprime o estado de coisas existente’. Não conheço definição mais aberta do que poderia ser um movimento emancipatório. Olhemos, pois, menos para o capital e sua lógica, se é que existe uma

assim, contraditória e diferencialmente, está em todo lugar. O desafio é, portanto, o de construir relações sociais e de poder com base em outros valores, emancipatórios, emanados entre os próprios protagonistas (horizontalidade, radicalização democrática e autonomia) no próprio movimento de luta contra esse sistema-mundo e suas hierarquias.

Entretanto, devemos advertir, mais que a unidade devemos atentar para o modo como ela esteja sendo construída. O símbolo do fascismo, não o esqueçamos, era um fecho de lenha amarrado *externamente* por um laço. A mensagem que trazia era clara: cada graveto de lenha, se isolado, é frágil mas, juntos, a união faz a força. No símbolo do fascismo, entretanto, o laço que une cada graveto é externo a cada um e, roto, cada um deles cai na sua fragilidade. Busquemos, pois, a união que prescindia de laços externos! Mais do que o imperativo ‘proletários de todo o mundo, uni-vos’, talvez devêssemos dizer *unamo-nos* a todas e todos aquelas e aqueles que estão, aqui e agora, preocupados com o futuro da humanidade, com a prole. Talvez seja isso que esteja sendo engendrado no Fórum Social Mundial, sobretudo, por aqueles movimentos que, no fundo, querem um outro governo das gentes, das coisas e do mundo pelas (e não para) as gentes, como parecem indicar de diferentes maneiras o zapatismo, o MST, o Pachakutick, a Via Campesina, a COICA, a CONAIE, entre tantos outros, e parece estar entre as mulheres quebradeiras de coco babaçu, entre os piqueteros, entre os povos originários – os mapuche, os quíchua, os aymara, os tzotzil, os zapoteca, os kunas, os yanomami, os U’Wa, e outros tantos -, entre os afrodescendentes em seus *pallenques* e quilombos, entre os seringueiros da Amazônia, entre os cocaleros bolivianos, entre os retireiros do Araguaia, entre os geraizeiros dos cerrados brasileiros, entre a insurgência colombiana, no protagonismo do povo venezuelano, entre os *rappers*, ...

BIBLIOGRAFIA

- ABENSOUR, Miguel 1998 *A Democracia contra o Estado – Marx e o momento maquiaveliano* (Ed.UFMG, Belo Horizonte).
- ALIÈS, Pierre 1982 *L’Invention du Territoire*. Press Universitaires de Grenoble, Paris.

lógica do capital fora do terreno movediço da história, e acompanhemos mais de perto as relações sociais e de poder que estão sendo engendradas no interior dos movimentos reais. Marx o fez na Comuna de Paris.

- ALIMONDA, Hector (org.) (2002) *Introducción: política, utopía y naturaleza*. In Ecología Política – Naturaleza, sociedad y utopía, p. 7-14. Clacso, Buenos Aires.
- ALTVATER, Elmar, 1994 *O Preço da Riqueza*. Edunesp, São Paulo.
- ALVAREZ, Sonia, DANIGNO, Evelina e ESCOBAR, Arturo 2000 *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos – novas leituras*. Ed.UFMG, B. Horizonte.
- ANDERSON, Perry, 1976 *Passagens da Antigüidade ao Feudalismo*. Publicações Escorpião/Ed. Afrontamento, Porto.
- ANDERSON, Perry, 1984 *Linhagens do Estado Absolutista*. Afrontamento, Porto.
- ARENDT, Hanna 1995 *A Condição Humana*. Forense Universitária, Rio de Janeiro.
- ARENT, Hanna 1971 *Sobre a Revolução*. Moraes Ed., Lisboa.
- ARRIGHI, Giovanni, 1994 *O Longo Século XX*. Contraponto/Unesp, São Paulo.
- AROCHA, Jaime 2004 *Utopia para los excluidos*. Universidad Nacional Autonoma, Bogotá.
- ASSIES, Willem. 2000 La oficialización de lo no oficial: ¿Re-encuentro de dos mundos?. Curso "Identidad, autonomía y derechos indígenas: Desafíos para el tercer Milenio", Arica, Chile.
- BACHELARD, Gaston 1982, *Poética do Espaço*. Col. Os Pensadores, Abril ed., São Paulo.
- BECK, Ulrich 1992 *Risk Society. Towards New Modernity*. Sage, Londres.
- BERNARDO, João, 2000 *Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores*. Ed. Boitempo, São Paulo.
- BERNARDO, João, 1991 *Economia dos Conflitos Sociais*. Cortez ed., São Paulo.
- BORON, Atilio 2001a *La Selva y la Polis. Interrogantes en torno a la teoría política del Zapatismo*. Revista Chiapas no. 11, 89-114. UNAM/Ediciones Era, México.
- BORON, Atilio 2001b *A Coruja de Minerva*. Vozes/LPP/Clacso, Rio de Janeiro.
- BORON, Atilio 2002 *Império – Imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Clacso, Buenos Aires.
- BORÓN, Atilio 2004 *La Izquierda latinoamericana a comienzos del siglo XXI: nuevas realidades y urgentes desafíos*. In OSAL – Revista do Observatório Social de América Latina, n. 13, Clacso, Buenos Aires.
- CAYCEDO, Jaime 2004 *Impacto Regional del Conflicto Colombiano en América*

- Latina. In CECEÑA, Ana Esther (org.) 2004a *Hegemonías y Emancipaciones en el Siglo XXI*, pp. 59-71. Clacso, Buenos Aires.
- CAPRA, Fritjof 1988, *Sabedoria Incomum* Cultrix, São Paulo.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, e BRIGNOLI, Héctor Pérez 1983 *História econômica da América Latina*. Tradução de Fernando Antônio Faria. Rio de Janeiro, Graal.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. 1984 *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. 1988 *O Trabalho na América Latina Colonial*. São Paulo: Ática.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. 1982 *A Afro-América: A Escravidão no Novo Mundo*. São Paulo Brasiliense,. Coleção Tudo é História, No. 44.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org.). 1997 *Domínios da História; ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus.
- CARVALHO, José Murilo de 1996 *A Construção da Ordem – A elite política imperial e Teatro das Sombras – A Política imperial*. Relume-Dumará-Ed.UFRJ, Rio de Janeiro.
- CARVALHO, José Murilo de 2001 *A Cidadania no Brasil – O Longo Caminho*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- CASTORIADIS, Cornelius 1982 *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CECEÑA, Ana Esther e BARREDA Andrés (coord.) 1995 *Producción estratégica y hegemonía mundial*. Siglo XXI, México.
- CECEÑA, Ana Ester (org.) 2002a *A Guerra Infinita – hegemonia e terror mundial*. Ed. Vozes/LPP/Clacso, Rio de Janeiro.
- CECEÑA, Ana Ester entrevista a HERBAS, Gabriel 2002b *La guerra del agua en Cochabamba*. Revisa Chiapas no. 14, 97-114. UNAM/Ediciones Era, México.
- CECEÑA, Ana Esther Victor (entrevista) DE GENNARO 2001 El Nuevo Pensamiento y la Transformación de la lucha en Argentina , em Revista Chiapas no. 11, 61-74 UNAM/Ediciones Era, México.
- CECEÑA, Ana Esther 2001 La Territorialidad de la dominación. Estados Unidos y América Latina. Revista Chiapas no. 12, 7-30. UNAM/Ediciones Era, México.
- CECEÑA, Ana Esther (org.) 2004a *Hegemonías y Emancipaciones en el Siglo XXI* .

- Clasco, Buenos Aires.
- CECEÑA, Ana Esther 2004b *La Guerra como razón del mundo que queremos transformar*. Trabalho apresentado no Seminário Reforma ou Revolução organizado pelo LPP-UERJ e Fundação Rosa Luxemburgo em Maio de 2004, Rio de Janeiro.
 - CLASTRES, Pierre, 1982, *Arqueologia da Violência – Ensaios de Antropologia Política*, Brasiliense, São Paulo.
 - CLASTRES, Pierre 2003 *A Sociedade contra o Estado – Pesquisas de Antropologia Política*. Edição Cosac Naify, São Paulo.
 - CLAVAL, Paul 1978, *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar ed.
 - CLAVAL, Paul 1999, *A Geografia Cultural*. Florianópolis, Edufsc.
 - CPT – 2004 *Conflitos no Campo – Brasil 2003*. CPT, Goiânia.
 - CUSICANQUI, Silvia Rivera 1990 *El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia*”, en *Temas Sociales* No. 11, La Paz.
 - DÁVALOS, Pablo 2000 *Ecuador: las transformaciones políticas del movimiento indígena ecuatoriano*. In Boletín do ICCI, N° 11, ano 2, Fevereiro de 2000.
 - DÁVALOS, Pablo 2004 *El Discurso de la Modernidad: Poder y violencia en la Amazonia Ecuatoriana – Trabalho apresentado na Reunião do GT Ecologia Política de Clasco – outubro de 2004, São Paulo. Mimeo.*
 - DE GENNARO 2001 *El Nuevo Pensamiento y la Transformación de la lucha en Argentina*, em Revista Chiapas no. 11, 61-74. UNAM/Ediciones Era, México.
 - DIEGUES, Antonio Carlos 1996 *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. Hucitec, São Paulo.
 - DIAZ-POLANCO, Hector 2009 *Socialdemocracia con aroma liberal*. Mimeo.
 - DUSSEL, Enrique 2000 *Europa, Modernidad y eurocentrismo*. In LANDER, Edgardo (org.) 2000 *La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latino-americanas*. Clasco/Unesco, Buenos Aires.
 - DUSSEL, Enrique 1995 *Filosofia da Libertação - Crítica à Ideologia da Exclusão*. São Paulo, Edições Paulinas.
 - ENGELS, Frederico *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*.
 - ESCOBAR, Arturo 1996a, *La Invención del Tercer Mundo – Construcción y*

- Desconstrucción del Desarrollo. Norma ed., Santa Fé de Bogotá.
- ESCOBAR, Arturo e PEDROSA, Alvaro 1996b, Pacífico: Desarrollo o Diversidad ? Cerec, Santa Fé de Bogotá.
 - ESPINOSA, Myriam Amparo, 2001 Contraste entre Miradas Colonizadoras y Subalternas sobre Plan Colombia (Cauca, mimeo).
 - FALS BORDA, O. (Org.) 1998 *Participación popular: retos del futuro*. ICFES/IEPRI/COLCIENCIAS, Bogotá.
 - FERNANDES, Bernardo Mançano 1996 MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Formação e Territorialização em São Paulo. Hucitec, São Paulo.
 - GARCIA LINERA, Álvaro 2001 , Multitud y Comunidad – La Insurgencia Social en Bolívia en Bolívia. IN Revista Chiapas n. 11, 7-16. UNAM/Ediciones Era, México.
 - GARCIA LINERA, Álvaro 2003 Democracia liberal vs. democracia comunitaria. In El Juguete Rabioso 79, de 11 a 24 de maio de 2003.
 - GIDDENS, Anthony, 1989 A Constituição da Sociedade (São Paulo, Martins Fontes)
 - GIDDENS, Anthony, 1991, Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age, Cambridge, Polity.
 - GÓMEZ, José Maria 2002 Entre dois Fogos: o terrorismo, a guerra e os desafios do movimento social global contra-hegemônico. In CECEÑA, Ana Ester (org.) 2002 A Guerra Infinita – hegemonia e terror mundial, pp. 359-391. Ed. Vozes/LPP/Clacso, Rio de Janeiro.
 - GÓMEZ, José Maria (Org.) 2004 América Latina y el (Des) Ordem Global Neoliberal: Hegemonia, Contrahegemonia, Perspectivas – Clacso, Buenos Aires.
 - GRAMSCI, Antonio 1974 *A Questão Meridional*. Revista TEMAS. São Paulo.
 - GRAMSCI, Antonio 1968 Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
 - GUATARRI, Felix 1982, *Micropolítica - Cartografias do Desejo*. Brasiliense, Rio de Janeiro.
 - GUTIÉRREZ, Guillermo 2004 Patagonia, una region sin realidad ? <http://www.eldescamisado.org/pininueva2.htm>
 - HAESBAERT, Rogério 2004 *O Mito da Desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

- HÉAU, Joaquín Gimenez 2001 *El ICBG: laboratorio global o negocio redondo*. In Revista Chiapas no. 12, 165-190. UNAM/Ediciones Era, México.
- HOBBSAWN, Eric 1991 Nações e Nacionalismo desde 1780. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- HOLANDA, Sergio Buarque 1994 *Caminhos e Fronteiras*. Cia das Letras, 3ª edição, São Paulo.
- HOLLOWAY, John 1997 “La revuelta de la dignidad. Revista *Chiapas* No. 3. UNAM/Ediciones Era, México.
- HOLLOWAY, John 2003 *Mudar o Mundo sem Tomar o Poder*. Ed. Viramundo, São Paulo.
- HOLANDA, Sérgio Buarque 1994 Caminhos e Fronteiras. Cia das Letras, São Paulo.
- HOLANDA, Sérgio Buarque 1995 Raízes do Brasil. Cia das Letras, São Paulo.
- KAUTSKY, Karl 1968 *A Questão Agrária*. Ed. Laemmert, Rio de Janeiro.
- KOROL, Claudia 2002 *El tiempo subversivo de os intentos e el deseo*. Revista Chiapas no. 14, 115-123. UNAM/Ediciones Era, México.
- LANDER, Edgardo (org.) 2000 La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latino-americanas. Clacso/Unesco, Buenos Aires.
- LEFF, Enrique 1994, Ecología y Capital (México, Siglo XXI).
- LEFF, Enrique 1998, Saber Ambiental: Sustentabilidad, Racionalidad, Complejidad, Poder (México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA).
- LEFF, Enrique 2000, Pensar la Complejidad Ambiental, en Leff, Enrique (coordinador) La Complejidad Ambiental (México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA).
- LEFF, Enrique 2001, Epistemología Ambiental (São Paulo, Cortez).
- LEFF, Enrique 2005 Racionalidad Ambiental – la reapropiación social de la naturaleza. Siglo XXI, México.
- LENIN, V. I. 1947 O Imperialismo, estágio superior do capitalismo. Rio de Janeiro, Ed. Vitória.
- LENIN, V. I. S/D O Estado e a Revolução – o conceito marxista do poder. Biblioteca Universitária Diálogo, Niterói.
- LÉVY-STRAUSS. Claude, 1989 O Pensamento Selvagem (São Paulo, Papyrus).
- MIGNOLO, Walter 2003 Histórias Locais/Projetos Globais – colonialidade, saberes

- subalternos e pensamento liminar. Ed.UFMG, Belo Horizonte.
- MALDONADO, María Mercedes 2004 Propiedad y territorio en la constitucion de 1991. In AROCHA, Jaime 2004 Utopia para los excluidos, págs 347-364 (Universidad Nacional Autonoma, Bogotá).
- MALDONADO, El Movimiento Indígena Ecuatoriano: participacion y resistencia. In OSAL – Revista do Observatório Social de América Latina, n. 13, Clacso, Buenos Aires.
- MARI, Eduardo 2000 El ciclo de la tierra. Fondo de Cultura Economica, Buenos Aires.
- MARIÁTEGUI, Jose Carlos 1996 *Sete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. Empresa Editora Amauta S.A., Lima, Peru.
- MARINI, Ruy Mauro e MILLÁN, Márgara 2001 *La Teoria Social Latinoamericana*, 4 vol. México, Ed. El Caballito.
- MARX, Karl 1978 O Capital – contribuição à crítica da economia política, Vol. I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MARX, Karl 1978 O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARX, Karl 1974 Grundrisses. 2 vols. Fondo de Cultura. México.
- MARX, Karl e Engels, F. 1961 O Manifesto do Partido Comunista. In Obras Escolhidas, pp. 13-47. Editorial Vitória, Rio de Janeiro
- MARX, Karl e ENGELS, F. 3ª edição S/D, A Ideologia Alemã. Editorial. 2 Vols. Presença e Livraria Martins, Lisboa.
- MATOS, Olgária, 1981 Paris 1968 As barricadas do desejo. Coleção Tudo é História. Editora Brasiliense, São Paulo.
- MIGNOLO, Walter 2003 Histórias Locais/Projetos Globais. Ed.UFMG, Belo Horizonte.
- MEADOWS, Donald. et al. 1978 Os Limites do Crescimento. Cultrix. Rio de Janeiro.
- NEGRI, Antonio e HARDT, Michael 2001 *Império*. Record, Rio de Janeiro-São Paulo.
- OSAL 2004 Revista do Observatório Social de América Latina, n. 13, Clacso, Buenos Aires.

- OSLANDER, Ulrich. 2002. Espaço, Lugar y Movimientos Sociales: Hacia una espacialidad de resistencia. In: Scripta Nova, Revista eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. www.ub.es/geocrit/menu.htm
- OST, François 1995 La nature hors la loi. L'écologie a l'épreuve du droit. Ed. La découverte, Paris.
- PAOLI, Maria Célia 2002 Empresas e Responsabilidade Social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) 2002 Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- PETRAS, James 2001 Dinero negro: Fundamento del crecimiento y del imperio de los Estados Unidos. Revista eletrônica Actualidad Internacional, No. 126, 31 de maio de 2001. Consultar http://www.webislam.com/numeros/2001/05_01/Dinero_negro.htm.
- PILGER, J. 2004 A forma organizada e sistemática de fazer do mal uma banalidade. In <http://www.planetaportoalegre.net/publique/cgi/public/cgilua.exe/web/templates/htm/1P4OP/view.htm?user=reader&infoid=9459&editionsectionid=244>. Consultado em 2/12/2004.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter 1983 *Os Limites d'Os Limites do Crescimento*. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Ciências Da UFRJ.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter 1989 Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente. Contexto, São Paulo.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, 1996 – Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável. Revista Terra Livre No. 11-12.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter 2000, Para Além da Crítica aos Paradigmas em Crise: Diálogo entre diferentes matrizes de racionalidade (Caracas, Anais do III Encontro Iberoamericano de Educación Ambiental)
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter 2001a, Geo-grafias. Movimientos Sociales, Nuevas Territorialidades y sustentabilidad. Siglo XXI, México.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter 2001b, Amazônia, Amazônias, São Paulo, Contexto.

- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter 2001c, Meio Ambiente, Ciência e Poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade, em Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade, Educ/Fapesp, São Paulo.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter 2002a Latifúndios Genéticos y existencia indígena, Revista Chiapas no. 14, 7-30. UNAM/Ediciones Era, México.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter 2002b Da Geografia às Geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. CECEÑA, Ana Ester (org.) 2002 A Guerra Infinita – hegemonia e terror mundial, pp. 359-391. Ed. Vozes/LPP/Clacso, Rio de Janeiro.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter 2004a Geografando nos Varadouros do Mundo. Ed. Ibama, Brasília.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter 2004b Ligações Perigosas – o controle da biodiversidade mundial o caso do ICBG. Ver site de Alainet.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter 2004c Violência e democracia no campo brasileiro: o que nos dizem os dados da CPT. In Conflitos no campo – Brasil 2003. CPT, Goiânia.
- POULANTZAS, Nicos (1977) ‘O Estado em Crise’, Ed. Graal, Rio de Janeiro.
- PRIGOGINE, Illia e STENGERS, Isabelle (1991) A Nova Aliança. Metamorfose da Ciência. Brasília, Ed. UnB.
- QUESADA, Charo 2003 Por que emigrar? Pesquisa revela novos aspectos da imigração. Revista do Banco Interamericano de Desenvolvimento, julho de 2003. <http://www.iadb.org/idbamerica/index.cfm?thisid=2335>
- QUIJANO, Anibal 2000 Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas – In LANDER, Edgardo (org.) Buenos Aires, Clacso/Unesco) Revista Chiapas no. 11, 07-16 (México, UNAM/Ediciones Era)
- QUIJANO, Anibal 2004 El laberinto de América Latina. ¿ Hay otras salidas ? In OSAL – Revista do Observatório Social de América Latina, n. 13, Clacso, Buenos Aires.
- RAMA, Angel 1985 A Cidade das Letras. São Paulo, Ed. Brasiliense.

- RIBEIRO, Darci 1986 América Latina: A Pátria Grande (Rio de Janeiro, Ed. Guanabara).
- RIBEIRO, Gustavo Lins 1991 Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova Ideologia/Utopia do Desenvolvimento'. Revista de Antropologia' n° 34, pp. 59-101.
- RODRIGUES, Antonio Jacinto 1973 Urbanismo e Revolução. Ed. Afrontamento, Porto.
- SACK, Robert David 1986 Human Territoriality: Its Theory and History. Cambridge University Press, Cambridge.
- SADER, Eder, (1988) Quando Novos Personagens entram em Cena, Paz E Terra, Rio de Janeiro.
- SAID, Edward 2000 El Sionismo norteamericano el verdadero problema (I). Revista Sigma – Revista de Estudiantes de Sociología – 1° Semestre 2004 – No. 03, pp. 45-48. Universidad Nacional de Colômbia, Santa Fé de Bogotá. Al-Ahram Weekly Online em 21/09/2000.
- SAID, Edward 2000 El Sionismo norteamericano el verdadero problema (I). Transcrito de Revista Sigma – Revista de Estudiantes de Sociología – 1° Semestre 2004 – No. 03, pp. 49-52. Universidad Nacional de Colômbia, Santa Fé de Bogotá. Transcrito de Al-Ahram Weekly Online em Al-Ahram Weekly Online em 08/11/2000.
- SAID, Edward 2000 El Sionismo norteamericano el verdadero problema (I). Revista Sigma – Revista de Estudiantes de Sociología – 1° Semestre 2004 – No. 03, pp. 52-56. Universidad Nacional de Colômbia, Santa Fé de Bogotá. Transcrito de Al-Ahram Weekly Online em Al-Ahram Weekly Online em 21/09/2000.
- SANTOS, Boaventura de Souza 1997 Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-
 - modernidade, Ed, Cortez, São Paulo.
- SANTOS, Boaventura de Sousa 2001 Nuestra América. Para reinventar un paradigma subalterno de reconocimiento y redistribución. In Revista Chiapas n. 11, 31-70. UNAM/Ediciones Era, México.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) 2002 Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) 2002 Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.) 2003 Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- SEILER, Achim (1998) *Biotechnologia e terceiro mundo: interesses econômicos, opções técnicas e impactos socioeconômico*. ARAÚJO, Hermetes, R. - Tecnociência e Cultura – ensaios sobre o tempo presente, p. 47-64. Estação Liberdade. São Paulo.
- SODRÉ, Muniz 1988 O Terreiro e a Cidade: a forma social negro - brasileira. Vozes, Petrópolis.
- SANTOS, M., 1995, A Natureza do Espaço – técnica e tempo / razão e emoção (São Paulo, – Hucitec).
- SANTOS, Xosé 2001 Espacios disidentes en los procesos de organización territorial: ¿globalización o antiglobalización? Seminário Geografias Dissidentes: Reflexões sobre a Prática atual da geografia. Universidade de Girona, Cátedra de Geografia e Pensamento Territorial. Consultar <http://www.ieg.csic.es/age/hispengeo/cronicas3.htm>
- SOJA, Edward W. 1993 Geografias Pós-Modernas – A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica Zahar ed., Rio de Janeiro.
- SOUZA, Marcelo Lopes. 1997. Algumas notas sobre a importância do espaço para o Desenvolvimento espacial. In Território, nº3 (jul/dez) LAGET.
- SOUZA, Marcelo Lopes 2000. O Desafio Metropolitano. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- TAVARES, Laura 2003 O Desastre Social. Col. Os Porquês da desordem Mundial – Mestres Explicam a Globalização. Ed. Record, Rio de Janeiro.
- THOMPSON, Edward, 1983 A Miséria da Teoria (Rio de Janeiro, Zahar ed.)
- THOMPSON, Edward, 1998 Costumes em Comum : Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional (São Paulo, Cia das Letras)
- VAN DAM, Chris 2002 La Economía de la Certificación Forestal: ¿desarrollo sostenible para quien? Ponencia a ser presentada al Congreso Iberoamericano de Desarrollo y Medio Ambiente - Desafíos locales ante la globalización. Mimeo. FLACSO-Quito, Ecuador. Consultar o autor cvandam@elsitio.net ou vandam@unsa.edu.ar

- WALSH, C. 2002, Interculturalidad, reformas constitucionales y pluralismo jurídico, In Boletín ICCI-RIMAI - Publicação mensal do Instituto Científico de Culturas Indígenas. Año 4, No. 36, março de 2002.
- ZAMBRANO, Carlos Vladimir 2004 La Nacion en Transicion. Dinámicas sociopolíticas del reconocimiento de la diversidad. In AROCHA, Jaime 2004 Utopia para los excluidos, págs 231-260 (Universidad Nacional Autonoma, Bogotá).
- WALLERSTEIN, Immanuel 1998 *Impensar las ciencias sociales*. Siglo XXI, México.
- WALLERSTEIN, Immanuel 1998 El espacio tiempo como base del conocimiento. In FALS BORDA, O. (Org.): *Participación popular: retos del futuro*. Bogotá, ICFES/IEPRI/COLCIENCIAS, pp. 47-68.
- ZEA, Leopold 1976 *El Pensamiento latinoamericano*, Barcelona, Editorial Ariel.
- ZIBECHI, Raúl 2003 *Genealogía de la revuelta. Argentina: una sociedad en movimiento.*: Letra Libre, La Plata.
- ZIBECHI, Raúl S/D La emancipación como producción de vínculos. No prelo.